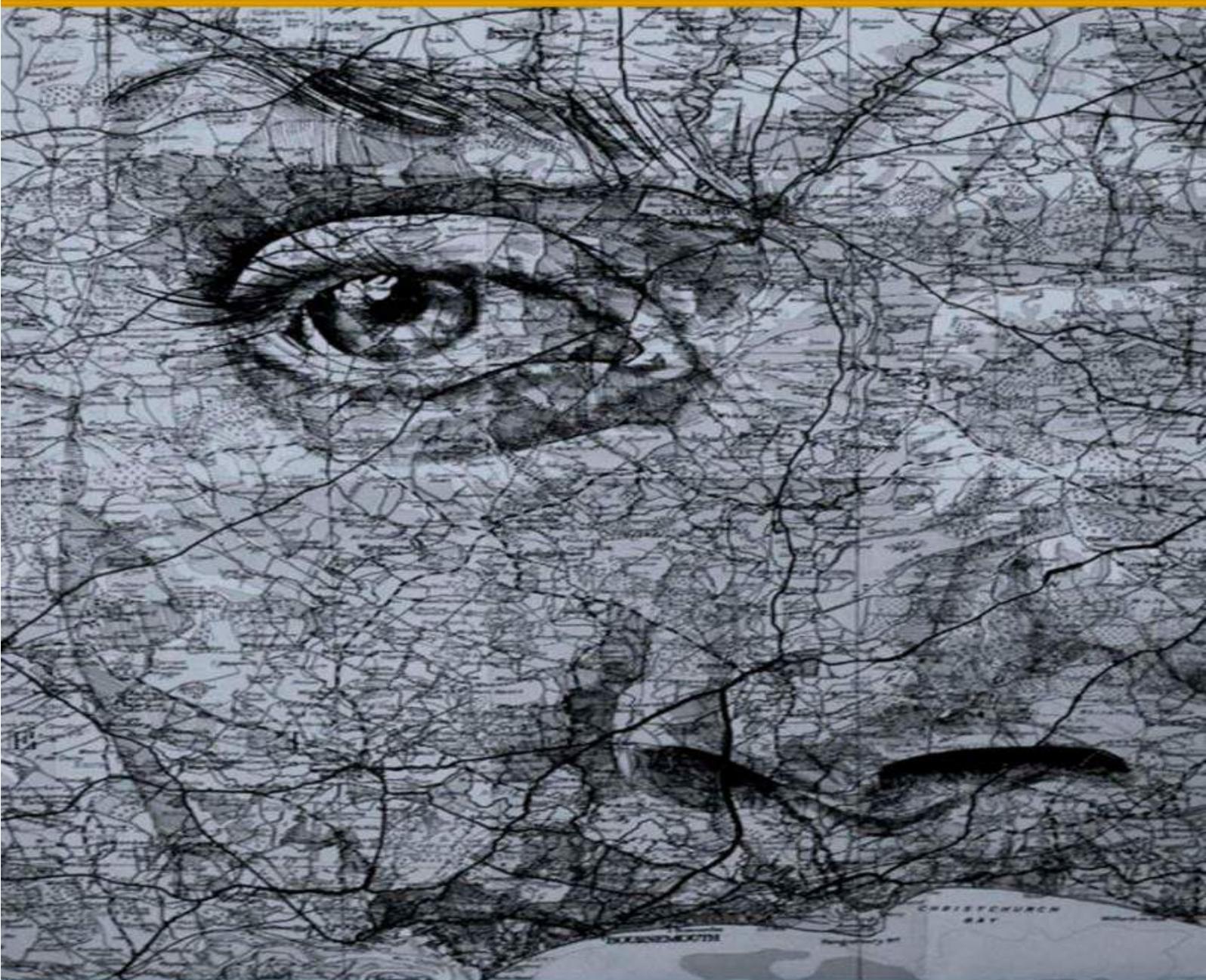


JADSON LUIS REBELO PORTO
IURI CAVLAK
ANDRIUS ESTEVAM NORONHA

FACES DA FRONTEIRA:

ENTRE HISTÓRIAS E ESPAÇOS; ENCONTROS E DESENCONTROS



V. 3
MACAPÁ
2018

**JADSON LUIS REBELO PORTO
IURI CAVLAK
ANDRIUS ESTEVAM NORONHA**

**FACES DA FRONTEIRA: Entre histórias e espaços, encontros e
desencontros**

V. 3

MACAPÁ
2018



Copyright © Iuri Cavlak; Jadson Luís Rebelo Porto; Andrius Estevam Noronha.
Direitos desta edição reservados aos autores. A reprodução total ou parcial desta obra está autorizada somente com a sua citação e crédito aos autores.

Reitora: Prof.^a Dr.^a Eliane Superti
Vice-Reitora: Prof.^a Dr.^a Adelma das Neves Nunes Barros Mendes
Pró-Reitora de Administração: Wilma Gomes Silva Monteiro
Pró-Reitor de Planejamento: Jefferson da Silva Martins
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Aretha Barros Silva
Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Prof.^a Dr.^a Daize Fernanda Wagner Silva
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof.^a Dr.^a Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões
Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. MSc. Adolfo Francesco de Oliveira Colares
Pró-Reitor de Cooperação e Relações Interinstitucionais: Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa

Conselho Editorial

Artemis Socorro do N. Rodrigues
César Augusto Mathias de Alencar
Cláudia Maria do Socorro C. F. Chelala
Daize Fernanda Wagner Silva
Elinaldo da Conceição dos Santos
Elizabeth Machado Barbosa
Elza Caroline Alves Muller
José Walter Cárdenas Sotil
Luis Henrique Rambo

Marcus André de Souza Cardoso da Silva
Maria de Fátima Garcia dos Santos
Patrícia Helena Turola Takamatsu
Patrícia Rocha Chaves
Robson Antonio Tavares Costa
Rosilene de Oliveira Furtado
Simone de Almeida Delphim Leal
Simone Dias Ferreira
Tiago Luedy Silva

Porto, Jadson Luís Rebelo; Cavlak, Iuri; Noronha, Andrius Estevam.
Fases da fronteira: entre histórias e espaços, encontros e desencontros / Jadson Luís Rebelo Porto;
Iuri Cavlak; Andrius Estevam Noronha. – Macapá, EDUNIFAP, 2018. v. 3, 146 p.: il.

ISBN: 978-85-5476-040-3

1. Fronteira. 2. Fronteira. I. Porto, Jadson Luís Rebelo. II. Cavlak, Iuri. III. Noronha, Andrius Estevam. IV. Título.

CDD: 900

Capa: Rosana Palmeirim e Alice dos Santos Palmeirim



Editora da Universidade Federal do Amapá

Site: www2.unifap.br/editora | E-mail: editora@unifap.br

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 2, s/n, Universidade, Campus Marco Zero do Equador, Macapá-AP, CEP: 68.903-419

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

AUTORES

Alejandro Schweitzer: Docente da Licenciatura e professorado em Geografia e do Doutorado em Ciencias Sociales y Humanidades na Universidad Nacional de la Patagonia Austral, Argentina. Doutor em Geographie, Aménagement, Urbanisme, Pós-doutor em Geografia-Planejamento regional e urbano. Pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas no Centro de Investigación y Transferencia Santa Cruz (CIT Santa Cruz/CONICET). Co-coordenador do Grupo de Trabalho CLACSO "Fronteiras, integração e globalização". E-mail: alejandro.schweitzer@gmail.com.

Andrius Estevam Noronha: Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Professor de História Moderna pela Universidade Federal do Amapá. Membro do Centro de Estudos Política, Religião e Sociedade CEPRES. Email: andriusds@hotmail.com.

Cecília Maria Chaves Brito Bastos: Doutora em Educação. Mestre em Desenvolvimento Sustentável. Professora vinculada ao Colegiado do Curso de História da UNIFAP. E-mail: cc.bastos@uol.com.br

Christian Topalov: Sociólogo. É Doutor em Estado das Artes e Humanidades (1985). e diretor na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS, Paris). Lecionou em várias universidades no Brasil, Itália, México, Suíça e Estados Unidos. Membro nomeado do Conselho Científico da Universidade de Paris 1 Panthéon-Sorbonne (2011-2013). Co-fundador da revista Genèses. Ciências Sociais e História, ele foi um membro do seu conselho editorial de 1989 a 2017 Seus interesses de pesquisa incluem o estudo comparativo da reforma e a sociologia dos reformadores do início do século XX na Grã-Bretanha, na França e nos EUA, a história das ciências sociais em relação à reforma e a modelagem dos vocabulários urbanos. E-mail: christian.topalov@ehess.fr.

Iuri Cavlak: Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp de Assis). Professor Permanente e Coordenador do Programa de Mestrado em Ensino de História, Professor Permanente do Programa de Mestrado em Estudos de Fronteira e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Professor do Colegiado de História da UNIFAP. E-mail: iuricavlak@yahoo.com.br.

Karolliny Melo Ferreira Diniz: Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Amapá. Especialista em Gestão e Docência no Ensino Superior pela Faculdade de Teologia e Ciências Humanas (FATECH). Mestranda em educação (PPGED/AP) pela Universidade Federal do Amapá. Professora substituta do Colegiado de História na Universidade Federal do Amapá. Tem experiência de pesquisa em História da Companhia de Jesus, História das Elites, Arqueologia com ênfase em Arqueologia Pré-Histórica. Membro do Conselho Consultivo da ANPUH-AP, pesquisadora do Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (CEPRES) e do Laboratório de Estudos de História Social do Trabalho da Amazônia (LEHSTAM). E-mail: karol.niz@hotmail.com.

Jadson Luís Rebelo Porto: Geógrafo. Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Amapá, Brasil. Pós-doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Blumenau; Pós-doutor em Geografia pela Universidade de Coimbra; Pós-doutor em Espaço Social pela Universidad Nacional de la Patagonia Austral, Argentina.

Integrante da Academia de Letras José de Alencar, Curitiba, Paraná, Brasil. Coordenador do Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos (NESUR/UNIFAP). E-mail: jadsonporto@yahoo.com.br. Homepage: www.jadsonporto.blogspot.com.br.

Marília Pantoja do Nascimento: Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História, Especialista em História da Amazônia, Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Amapá. Professora de História da Rede Pública do Estado do Amapá. E-mail: profmarilianascimento@gmail.com.

Miguel Patrice Philippe Dhenin: Cientista Político; pela Université de Versailles Saint-Quentin en Yvelines (UVSQ), França. Professor Substituto concursado do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em co-tutela internacional com a Université Paris III Sorbonne-Nouvelle (França). Pesquisador no Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine (IHEAL), Centre de Documentation des Amériques (CREDA) na linha de pesquisa Grands Espaces - UMR 7227 do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), França. É membro do LEPEB, Laboratório de Estudos sobre Política Externa Brasileira (LEPEB) do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST), na linha de pesquisa Política Externa e Segurança Planetária. Suas pesquisas e publicações no âmbito nacional e internacional dialogam com as seguintes áreas: Defesa, Estudos Estratégicos, Forças Armadas, Geopolítica, Segurança Internacional e Segurança no Entorno Estratégico brasileiro. E-mail: miguel.dhenin@gmail.com.

Roni Mayer Lomba: Doutor em Geografia (USP); pós doutorando (CONICET-UNPA); Possui Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2003), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2006) e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2011); pós-doutorando em Ciências Sociais (CONICET-UNPA). Professor efetivo na Universidade Federal do Amapá na área de Geografia Regional (Graduação) e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Amapá. Tem desenvolvido pesquisas nas áreas de Geografia Urbana e Agrária, Turismo e meio ambiente. E-mail: ronimayer@hotmail.com.

Simone Garcia Almeida: Pós-doutora em Linguística. Doutora em História Econômica. Mestre em História do norte e nordeste do Brasil. Professora vinculada ao colegiado do curso de História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: simonepgarcia@uol.com.br.

SUMÁRIO

	Pag.
APRESENTAÇÃO	7
PETITE HISTOIRE DE LA FRONTIÈRE, EN FRANCE <i>Christian Topalov</i>	10
A PRESENÇA EFETIVA DO EXÉRCITO NA FAIXA DE FRONTEIRA: O PAPEL DO PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA NO ACRE E RORAIMA – BRASIL <i>Miguel Patrice Philippe Dhenin</i>	35
A NATUREZA FRAGMENTADA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONFLITOS TERRITORIAIS NO AMAPÁ-BRASIL <i>Roni Mayer Lomba; Alejandro Schweitzer</i>	61
NAS FRONTEIRAS DO JARI: RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS DO PARÁ E DO AMAPÁ E A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI <i>Marília Pantoja do Nascimento</i>	75
A REPRESENTAÇÃO INDÍGENA NAS CARTAS EDIFICANTES DOS JESUÍTAS CROSSARD, LAVIT E FAUQUE NAS MISSÕES FRONTEIRIÇAS DE CAIENA E KOUROU ENTRE 1728-1729. <i>Karolliny Melo Ferreira Diniz; Andrius Estevam Noronha</i>	96
DIREITOS INDÍGENAS, MEIO AMBIENTE E PROJETOS ECONÔMICOS NA HISTÓRIA RECENTE DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE/AP <i>Simone Garcia Almeida; Cecília Maria Chaves Brito Bastos</i>	117
U M A REPÚBLICA NA FRONTEIRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO INDEPENDENTE DA GUIANA (CUNANI) <i>Iuri Cavlak</i>	137

APRESENTAÇÃO

Este livro é o terceiro volume de uma ideia que visa refletir sobre as diversas faces que a fronteira se apresenta. Foram convidados pesquisadores venezuelano, argentinos e brasileiros, que possuem a fronteira como parte integrante de seus planos de investigações e debates.

Nesta obra que apresentamos, contamos com debates oriundos uma conferência de um evento internacional, ocorrido em Macapá, como também de dissertações de mestrado defendidas na UNIFAP, teses doutorais, pesquisa de pós-doutoramento que discutam sobre áreas de fronteira.

A este livro está assim construído:

No primeiro texto, intitulado *Petite histoire de la frontière, en France*, foi uma conferência ministrada pelo autor, Dr. Christian Topalov, como parte integrante do “Colóquio Internacional Fronteiras e Mundos: Memórias e Projetos”, ocorrido em Macapá e no Oiapoque, como parte de uma ação acadêmica do Doutorado Interinstitucional entre as Universidades Federais do Rio de Janeiro e do Amapá. O autor, apresenta algumas notas de suas reflexões sobre três aspectos do estabelecimento da fronteira francesa: A fronteira como uma linha delimitando o território da soberania: uma invenção da monarquia absoluta (século XVII-XVIII); A Fronteira invisível, fronteira de papel, a separação entre franceses e estrangeiros: uma invenção da República (final do século XIX e início do século XX) e; A fronteira-prisão, a fronteira que mata: uma invenção da União Europeia (século XXI).

No segundo, intitulado *A presença efetiva do exército na faixa de fronteira: o papel do pelotão especial de fronteira no Acre e Roraima – Brasil*, é escrita por Miguel Patrice Philippe Dhenin, docente de Relações Internacionais da UNIFAP. Tem por objetivo apresentar a especificidade das menores organizações militares do Exército Brasileiro (os Pelotões Especiais de Fronteira) a partir de uma perspectiva descritiva e analítica, mostrando com a pesquisa de campo a os casos do Pelotão Especial de Fronteira da 7ª Brigada de Infantaria de Selva, localizado em Bonfim, Roraima; e da 4ª Brigada de Infantaria de Selva, localizado em Epitaciolândia, Acre, visitados em 2013 e 2014 pelo autor.

No terceiro, sob o título *A natureza fragmentada na fronteira amazônica: unidades de conservação e conflitos territoriais no Amapá – Brasil*, foi elaborado por Roni Mayer Lomba e Alejandro Schweitzer, como parte integrante do estágio de pós-doutoramento do primeiro

autor, sendo o segundo o seu supervisor, na Universidad Nacional de la Patagônia Austral, em Rio Gallegos (Argentina). Trás à tona reflexões sobre as razões, situações e consequências possibilitaram a criação de áreas protegidas no Amapá, a partir de uma análise marxista sobre a produção do espaço e suas dinâmicas. Neste sentido, compreendem que é necessária a construção histórica do Amapá, a definição das fronteiras, o destino/uso de seu território (pelo capital, Estado e sociedade) para enfim fazer a análise deste a partir de suas áreas de preservação, seus impactos e possibilidades.

No quarto, intitulado *Nas fronteiras do Jari: Relações entre os Estados do Pará e do Amapá e a formação do Município de Laranjal do Jari*, é um dos resultados da dissertação de mestrado em Ensino de História, defendido na UNIFAP, de Marília Pantoja do Nascimento. Apresenta reflexões sobre a origem do Município de Laranjal do Jari (AP) e a influência da instalação do Complexo Industrial do Jari na sua formação territorial. As relações entre os Estados do Pará e Amapá que implicaram no surgimento do município de Laranjal do Jari, nas fronteiras do rio, constituem o tema central deste escrito.

No quinto, identificado *A representação indígena nas cartas edificantes dos jesuítas Crossard, Lavit e Fauque nas missões fronteiriças de Caiena e Kourou entre 1728-1729*, é também parte da pesquisa de dissertação de mestrado em Educação da UNIFAP em desenvolvimento, de Karolliny Melo Ferreira Diniz, e possui a co-autoria do Dr. Andrius Estevam Noronha (Mestrado em Ensino de História – PPGEH/UNIFAP). Este texto visa compreender a representação indígena na fronteira setentrional amazônica do século XVIII através das relações inter-étnicas entre jesuítas franceses e indígenas localizados na Guiana Francesa. A partir de três cartas escritas entre 1728 até 1729 e retratam as ações da Companhia de Jesus na Guiana Francesa pelos padres Crossard, Lavit e Fauque, escritas na Missão de Caiena e a oeste dela, a Missão de Kourou, fronteira com a Guiana Holandesa, atual República do Suriname.

No sexto, sob o título *Direitos indígenas, meio ambiente e projetos econômicos na história recente dos povos indígenas do Oiapoque/AP*, elaborado com pelas doutoras Simone Garcia Almeida e Cecília Maria Chaves Brito Bastos, ambas do curso de História da UNIFAP, apresenta discussões acerca do campo do direito indígena associado às questões ambientais e aos projetos econômicos desenvolvidos nas terras indígenas do Oiapoque. O objetivo é verificar se os direitos indígenas, relacionados ao ambiente, onde vivem os povos

do Oiapoque, e ao desenvolvimento de seus projetos econômicos, vêm sendo respeitados e se na prática há transformação da letra da lei em realidade.

O sétimo, *Uma república na fronteira: Considerações sobre o estado independente da Guiana (Cunani)*, elaborado pelo Dr. Iuri Cavlak, docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional e do Mestrado em Ensino de História, ambos na UNIFAP, debate sobre um personagem da história da fronteira setentrional brasileira chamado Trajano Benítez. Este foi um ex-escravo brasileiro, fugitivo da vila de Cameté, no interior do Pará, que proclamou o Estado Livre da Guiana Independente, também conhecido como República do Cunani, no coração do então território contestado entre França e Brasil, situado ao Norte do atual Estado do Amapá e ao Sul da Guiana Francesa. Neste texto, o autor problematiza o principal livro publicado em língua francesa, fruto da pesquisa do historiador francês Odon Abbal, a fim de contribuir para o avanço das discussões a respeito do tema, cruzando referências e matrizes interpretativas de ambos os países.

Esperamos que sejam contínuas e criadas novas investigações sobre a questão limdeira, suas formações e formatações. Que esta obra estimule os leitores em nos acompanhar nesta trajetória.

Macapá, 05 de setembro de 2018.

Jadson Porto, Iuri Cavlak e Andrius Noronha.

PETITE HISTOIRE DE LA FRONTIÈRE, EN FRANCE¹.

Christian Topalov

J'aborderai successivement trois époques, trois aspects de la mise en place de la frontière, telle qu'elle existe aujourd'hui en France. Je n'ai pas fait personnellement d'enquêtes sur ce sujet, je me suis donc appuyé sur les travaux d'autres chercheurs et je donne tout de suite quelques unes des références qui furent mes guides.

1 - La frontière comme ligne délimitant le territoire de la souveraineté: une invention de la monarchie absolue (XVIIe-XVIIIe siècle). Références :Nordman (1998); Sahlins (1988).

2 – Frontière invisible, frontière de papier, la séparation entre Français et étrangers: une invention de la République (fin XIXe-début XXe siècle). Références : Noiriel (1991; 1998).

3 – La frontière-prison, la frontière qui tue: une invention de l'Union européenne (XXIe siècle). Références: Agier; Lecadet (2014); Agier et Babels (2017).

LA FRONTIÈRE COMME LIGNE DÉLIMITANT LE TERRITOIRE DE LA SOUVERAINETÉ: UNE INVENTION DE LA MONARCHIE ABSOLUE (XVIIIE-XVIIIIE SIÈCLE)

C'est au XIXe siècle que les géographes inventèrent l'étrange notion de "frontière naturelle": ils s'étaient donné pour tâche de justifier les revendications territoriales de l'Etat-nation auquel ils appartenaient en les attribuant à "la nature".

Cette notion s'était affirmée dès la fin du XVIIIe siècle. Ainsi, un membre de l'Académie des sciences, qui fut géographe du roi, évalue ainsi, pendant la Révolution, le traité franco-espagnol de 1785:

La nature a posé elle-même les bornes qui doivent séparer à jamais la France et l'Espagne [...]. Suivant la division naturelle du globe formée dès son origine par le Créateur, tous les terrains dont les eaux viennent en France doivent faire partie des possessions de ce Royaume; et ceux dont les eaux coulent en Espagne doivent faire

¹ Notes pour un conférence présenté au Colloque International Frontières et Mondes: Mémoires et Projet, réalisé le 16 août 2018 à l'Université Fédérale de l'Amapá. Macapá, le 16 août 2018. Cet événement s'est déroulé en partenariat entre l'Université Fédérale de Rio de Janeiro et l'Université Fédérale d'Amapa, dans le cadre du Programme Doctoral Interinstitutionnel en Urbanisme (DINTER/UFRJ/UNIFAP).

partie des Etats de cette puissance (Jean-Nicolas Buache de la Neuville, lettre au ministre des affaires étrangères, Paris, 13 juillet 1791).

La frontière voulue par la nature est donc, ici, la ligne de partage des eaux.

Cette théorie ignore l'expérience historique évidente que les frontières résultaient d'abord de l'issue des guerres, incertaine et surtout variable, puis de négociations complexes. Elle efface aussi l'expérience des habitants de ces régions qui savent bien qu'une rivière ne sépare pas ses deux rives, mais les unit; qu'un massif montagneux est constamment franchi grâce à ses vallées et ses cols, etc.

Mais le préalable de la théorie des frontières naturelles, c'est que la frontière devait être une ligne tracée sur le sol, qui fixe la limite entre deux Etats. L'Etat moderne se définit, en effet, par la souveraineté d'un prince, d'un État, d'un appareil politico-administratif, sur un territoire.

Il n'en a pas toujours été ainsi.

Voyez le royaume de France en 1661, au moment où Louis XIV, le Roi-Soleil et l'instaurateur de la monarchie absolue, a pris le pouvoir (figure 1). En gris foncé, les acquisitions depuis 1600.

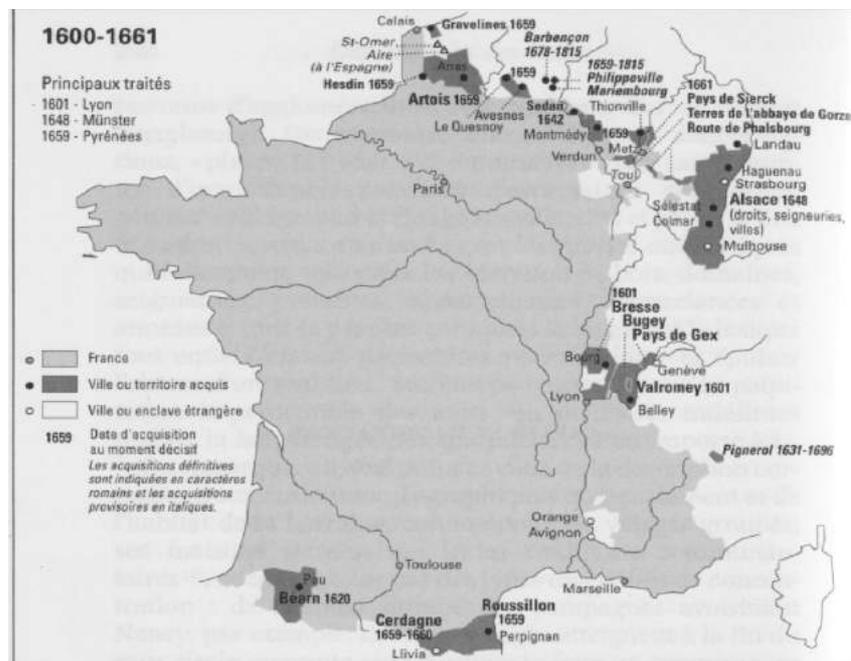


Figure 1 – Le royaume de France en 1661.

Source: Nordman (1998).

Qu'observe-t-on? Le royaume de France n'était pas d'un seul tenant, il y avait un grand nombre de discontinuités territoriales.

Il y avait des enclaves qui dépendaient du roi de France dans des territoires dépendant d'autres souverains. Le Traité de Münster (1648) avait placé l'Alsace (notion complexe, nous allons le voir) sous la dépendance du roi de France, mais sans continuité territoriale avec le reste du Royaume, ni avec ses possessions voisines dans le duché de Lorraine. Le Traité des Pyrénées (1659) avait réglé le mariage du jeune Louis XIV à l'infante d'Espagne et accordé à la France le Roussillon, le comté d'Artois, mais aussi une série de places fortifiées situées dans les Pays-Bas espagnols: Gravelines, Philippeville, Marienbourg, etc.

Il y avait aussi des enclaves en territoire français. Avignon et le Comtat faisaient partie des Etats du pape depuis 1274 et ne furent incorporés à la France qu'en 1791. La principauté de Dombes était indépendante, ce qui en fit un haut lieu de l'édition au XVIIIe siècle; elle fut incorporée à la France en 1782. Il y en avait d'autres, plus petites, dont nous allons reparler: Strasbourg et Mulhouse en Alsace, Llivia en Roussillon.

L'ancien régime européen connaissait en effet à la fois des discontinuités spatiales et des souverainetés emboîtées sur un même espace. Un royaume n'était pas un territoire: c'était un ensemble d'institutions; une frontière n'était pas une ligne: c'était un espace défini par des droits.

Illustrons l'emboîtement des souverainetés par le cas de l'Alsace, une région qui a été l'objet d'une dispute franco-allemande qui a duré trois siècles et fait des millions de morts.

Les manuels disent: la France a acquis l'Alsace en 1648. Ce n'est pas tout à fait comme cela que cela s'est passé. Pourquoi? Parce qu'un tel énoncé implique que les Etats étaient au XVIIe siècle des entités territoriales qui annexaient d'autres entités territoriales. Or, ce que ces traités cédaient au vainqueur, ce n'étaient pas des territoires, mais des droits. Et, sur le même territoire, plusieurs droits et plusieurs souverainetés pouvaient se trouver superposés.

Ainsi, par le traité de Münster de 1648 (qui concluait la Guerre de Trente ans), la Maison d'Autriche (les Habsbourg), qui était aussi à la tête du Saint Empire romain germanique, céda au roi de France tous ses droits et possessions en Alsace. Qu'est-ce que cela signifiait?

Voici comment un cartographe français représentait l'Alsace en 1666 (figure 2). Le titre de la carte est intéressant: "L'Alsace ou conquestes du Roy en Allemagne tant deçà que delà le Rhein". Donc: l'Alsace était terre allemande et les conquêtes du roi de France n'étaient pas limitées par le Rhin.



Figure 2 – L’Alsace représentée par un cartographe français en 1666.

Nicolas Sanson, “L’Alsace ou conquestes du Roy en Allemagne tant deçà que delà le Rhein avec les Estats de Souabe scitués sur le Rhein possédés tant par la Maison d’Autriche que par les Marquis de Bade”.

Source : <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b102232603/fl.item>.

L’Alsace, en réalité, était bien difficile à définir. La carte est accompagnée (dans la marge de gauche) d’une sorte de légende, constituée d’une énumération d’objets de deux sortes. Il y a, d’une part, les “Seigneuries”, entourées d’un trait de couleur: ce sont de vastes espaces, sur chacun desquels s’exerce une souveraineté différente. Il y a, d’autre part, des « Terres » signalées par des chiffres. Vingt-et-un éléments distincts sont numérotés, plus le signe «LH» qui désigne “les 10 villes impériales”. Au sein des “seigneuries”, il y avait donc des lieux qui “appartenaient” à d’autres pouvoirs. Un même lieu pouvait donc relever de plusieurs souverainetés. C’était une caractéristique du Saint Empire Romain Germanique – beaucoup moins du royaume de France, qui entrait dans l’époque de la monarchie absolue.

A l’époque considérée, l’Empereur (la Maison d’Autriche) disposait en Alsace de la pleine souveraineté héréditaire sur certains territoires, notamment:

– la place forte de Brisach (sur la rive droite du Rhin) et ses dépendances (sur les deux rives); le roi de France la voulait pour des raisons stratégiques, car c’était une tête de pont

vers l'Empire. Elle fut abandonnée en 1697, quand le Rhin devint une limite entre France et Saint-Empire.

– le Sundgau (entouré de jaune, au sud).

– la seigneurie de Haute-Alsace (entourée de vert, au centre) dont l'Empereur n'était souverain que dans une moindre mesure, uniquement du fait de son titre de "landgrave".

La souveraineté de l'Empereur, avec le même titre de «landgrave», était encore moins affirmée sur la seigneurie de Basse-Alsace (entourée de jaune, au centre) où sa primauté était seulement formelle sur un grand nombre de villes, villages ou seigneuries.

Il y avait, en effet, dans le Saint Empire des centaines d'entités, les «Etats impériaux», qui envoyaient des délégués à la Diète impériale, mais qui ne dépendaient pas de la Maison d'Autriche. Sur notre carte, elles sont signalées comme des lieux. Il y avait des villages, des abbayes, des villes qui dépendaient de seigneurs extérieurs à l'Alsace, comme l'évêque de Spire (en terre allemande), le duc de Lorraine, l'Ordre des chevaliers teutoniques, etc. Il y avait aussi des républiques indépendantes, que le roi de France dut prendre par la force une trentaine d'années plus tard, notamment l'évêché de Strasbourg et les "dix villes impériales", communes libres liées par des institutions partagées. Il y avait, enfin, la république de Mulhouse, liée à la Confédération helvétique, qui ne choisit la "réunion" à la France qu'en 1798, après la Révolution.

Lorsque la Maison de France se vit céder les droits de la Maison d'Autriche en Alsace, cela n'impliquait pas du tout que toutes ces autres souverainetés et droits étaient abolis: par exemple, Haguenau restait une ville d'Empire, la forteresse de Lichtenberg continuait de dépendre d'une famille comtale qui se trouvait dans la Hesse, etc. Il fallut des décennies de pression militaire française, de changements juridictionnels et de serments d'allégeance imposés aux seigneurs alsaciens, pour «territorialiser» les gains diplomatiques de Louis XIV.

L'autre cas que je voudrais évoquer concerne la Cerdagne, une vallée qui a été partagée entre la France et l'Espagne, par le traité des Pyrénées en 1659 – traité qui a défini une des frontières les plus stables et pacifiques d'Europe, au contraire de celle délimitant l'Alsace.

Les négociateurs français et espagnols disaient d'emblée être d'accord sur un point:

“Les monts pirenées, qui avoient anciennement divisé les Gaules des Espagnes, seront aussy doresnavent la division des deux mesmes royaumes” (Traité des Pyrénées, article 42).

Notons qu'au XVIIe siècle, on ne faisait pas encore appel à la «nature», mais à l'histoire antique pour légitimer la solution adoptée.

Mais qu'est-ce que les Pyrénées? Voici une carte de 1872, dessinée par un Français pour montrer que cette chaîne de montagnes est bien une "frontière naturelle" (figure 3).



Figure 3 – Les Pyrénées "frontière naturelle" ? Une carte française de 1872

Source : Carte de la chaîne des Pyrénées... dessinée par T. Lezat... pour le *Traité des Pyrénées et des eaux... de Bagnères de Luchon* / par M. Le Dr Lambron. [1872] / <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53083467v/fl.item.zoom>

Malgré son intention didactique, elle ne pouvait faire disparaître complètement certains problèmes. Le plus sérieux est que, vers l'est, il y a deux chaînes de montagnes parallèles. Les négociateurs espagnols appelaient "Pyrénées" celle qui est au nord (et que l'on appelle aujourd'hui "Corbières"), car cela leur permettait de conserver le Roussillon; les négociateurs français prétendaient que les "Pyrénées" étaient la chaîne la plus méridionale et c'est leur point de vue qui a prévalu. Un peu plus à l'ouest, il y a une ouverture dans la chaîne de montagnes, un passage, c'est la haute vallée appelée Cerdagne: de quel côté des Pyrénées se trouve-t-elle? Plus à l'ouest encore, il y a une autre haute vallée prise entre deux chaînes parallèles: c'est la principauté d'Andorre. Même problème.

Non seulement la définition physique des Pyrénées n'était pas facile ni stable, mais, au début du XVIIe siècle, il existait plusieurs entités politiques qui régissaient les deux versants de ces montagnes. C'était le cas, à l'ouest, du royaume de Navarre (qui avait fourni récemment un roi à la France) et, à l'est, de la Catalogne (ici, figure 4, en 1608). Celle-ci relevait de la Couronne d'Espagne et comprenait alors les comtés de Roussillon et de Cerdagne, ainsi que la principauté d'Andorre. Dans tous ces territoires, on parlait la même langue: le catalan, dont l'usage s'étendait plus au nord encore.



Figure 4 – Les Pyrénées “frontière naturelle”? La Catalogne en 1608.

Source : *Cataloniae principatus novissima et accurata descriptio* printed in Antwerp in 1608 by Jan Baptist Vrients / <http://cartotecadigital.icc.cat/cdm/singleitem/collection/catalunya/id/2969/rec/4>.

La Cerdagne était particulièrement problématique: haute vallée agricole prospère entourée de montagnes, ses eaux s'écoulaient vers l'Espagne; elle comprenait environ 80 villages avec des conseils élus et des magistrats, plus un conseil général: c'était une des «comarcas» les plus unifiées de Catalogne; il y avait un tribunal royal à Puigcerdà, les habitants riches résidant à Puigcerdà et Llivia. La Cerdagne, constamment envahie et pillée par les troupes françaises, était convoitée par les deux parties pour son intérêt militaire, car elle donnait accès au royaume voisin.

La solution fut de la partager: 33 villages (et leurs dépendances) furent attribués à la France. Une fois ce nombre négocié, il fallut les choisir, ce qui donna lieu à d'autres négociations, sur le terrain, cette fois. Puigcerdà, capitale de la «comarca», resta espagnole. Notons que sur une carte de 1679, une chaîne qui n'existe pas est dessinée pour justifier la limite fixée par les négociateurs (figure 5). Une solution différente a été adoptée pour la principauté d'Andorre, une haute vallée proche: la co-souveraineté de l'évêque d'Urgell (en Catalogne) et du roi de France, puis du président de la République française.

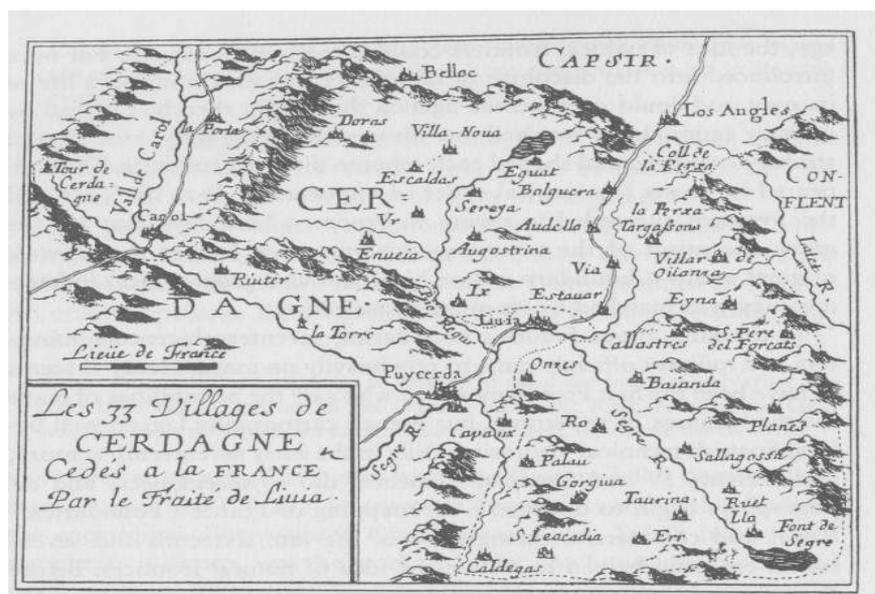


Figure 5 – Le partage de la Cerdagne (carte de 1679)

Source: Pierre Duval, *Acquisitions de la France par la paix...*, Paris, 1679. In: Sahlins (1988, p. 38).

En Cerdagne, le sort de Llívia (700 habitants) fut âprement disputé. Les arguments échangés étaient juridiques et lexicaux. Aux termes du traité, l'Espagne cédait à la France 33 *villages*, mot français devenu *villaje*, dans la version en castillan, alors que ce mot n'existait pas dans cette langue. L'objection espagnole à céder Llívia était que ce n'était pas une *aldea* (le mot castillan pour *village*), mais une *villa* (en français de l'époque, une *cité*). L'argument espagnol ne valait pas grand chose: les *villas* étaient représentées aux Cortes, ce qui n'était pas le cas de Llívia. Les Français finirent par céder, à la condition que l'Espagne s'engage à ne pas la fortifier: Llívia resta une enclave espagnole en terre française jusqu'à aujourd'hui.

En réalité, une fois le traité signé, il a fallu que des commissaires viennent vérifier les droits locaux, observer sur le terrain les limites des villages et, en conséquence, des royaumes. C'est seulement deux siècles plus tard, que de nouveaux traités (1856 et 1868) aboutiront au bornage au sol de cette frontière. Une frontière moderne s'établit, en effet, selon trois étapes: la négociation globale entre souverains sur les droits (c'est le traité); ensuite, l'inventaire sur le terrain à partir des savoirs locaux, ou «inspection oculaire», qui prend beaucoup de temps: documents écrits, audition de témoins, serments d'allégeance; enfin, bornage physique des territoires. La frontière comme ligne inscrite sur le sol résulte de ce processus.

L'Etat moderne est défini, depuis le XVIIe siècle, comme un pouvoir qui s'exerce à l'intérieur d'un «territoire national». Cette construction est un produit tardif de l'histoire. Il s'y ajoutera un peu plus tard que ce territoire est aussi celui d'une «communauté nationale»: l'Etat-nation en résulte.

FRONTIÈRE INVISIBLE, FRONTIÈRE DE PAPIER, LA SÉPARATION ENTRE FRANÇAIS ET ÉTRANGERS: UNE INVENTION DE LA RÉPUBLIQUE (FIN XIXE-DÉBUT XXE SIÈCLE)

Ernest Gellner (1983, p. 6), un historien majeur de la construction nationale, notait avec humour: "A man must have a nationality as he must have a nose and two ears". Comment une qualité abstraite, voire arbitraire, attribuée par un État, est-elle devenu un fait de nature?

Le régime républicain inauguré en France en 1792 ne fut définitivement installé qu'en 1880 (à l'exception de l'Etat français de 1940). C'est ce régime qui a apporté deux innovations majeures: d'abord, la création d'une frontière intérieure, une séparation radicale entre Français et étrangers; ensuite, une machinerie administrative permettant d'identifier les individus grâce à la carte d'identité obligatoire. La Grande Dépression économique des années 1880 et la Guerre de 1914-1918 sont des moments décisifs de cette transformation. La Grande Guerre montre, d'autre part, que cette même transformation a affecté tous les autres pays d'Europe.

Voici un témoignage frappant du changement que je vais décrire. Le 19 juillet 1870, l'Empire français déclarait la guerre au royaume de Prusse ; le 21 juillet Napoléon III fit la déclaration suivante:

L'Empereur a décidé, sur la proposition de Son Excellence le ministre des affaires étrangères, que les sujets de la Prusse et des pays alliés qui lui prêtent contre nous le concours de leurs armes, se trouvant actuellement en France ou dans ses colonies, seraient autorisés y continuer leur résidence, tant que leur conduite ne fournirait aucun motif de plainte" (*Journal officiel de l'Empire français*, 21 septembre 1870).

Les 100 000 sujets allemands qui vivaient en France étaient donc autorisés à y rester sans être inquiétés (de même pour les bateaux allemands dans les ports français).

En août 1914, la guerre éclatait entre la France et l'Allemagne (et l'Autriche-Hongrie); une circulaire du 1^{er} septembre 1914 prescrivit que les Austro-Allemands "doivent être logés dans des locaux collectifs où ils puissent être soumis à une surveillance et à une discipline

effective” ; une autre circulaire du 15 septembre précisait tous les Austro-Allemands sans exception doivent être évacués dans des «camps de concentration» (le terme apparaît alors).

Soixante-dix camps furent mis en place, où furent enfermés environ 60 000 étrangers (voir Jean-Claude Farcy, *Les camps de concentration français de la première guerre mondiale (1914-1919)*, Paris, Anthropos, 1995)

En l’espace d’environ un demi-siècle, un changement radical peut donc être observé: en 1870 on ne considérait pas que l’individu faisait “corps” avec la nation dont il était le ressortissant; en 1914, un Allemand vivant en France était considéré comme un ennemi. Que s’était-il passé entre ces deux dates?

Un moment crucial fut l’adoption de la loi de 1889 sur la nationalité française. Pourquoi une loi? Ses promoteurs argumentaient qu’une multitude d’individus établis en France de père en fils n’avaient pas la nationalité proprement dite, mais jouissaient, dans les faits, de l’état de Français: ils étaient admis à résidence, occupaient des emplois publics, des charges électives (dans des conseils municipaux, et même au parlement). Ils pouvaient répudier la nationalité française à leur majorité (notamment pour échapper à la conscription, à une époque où le service militaire durait 3 ans). Bref, ils avaient les avantages de la nationalité sans en remplir les devoirs.

Il y eut sept ans de débats autour de l’alternative entre *jus soli* (on est Français quand on naît en France) ou *jus sanguinis* (on est Français quand on est fils de Français). Malgré quelques concessions aux milieux les plus «réactionnaires», c’est le droit du sol, principe déjà pratiqué sous l’ancien régime qui l’emporta – comme dans tous les pays d’immigration. Bien que souvent attaqué et peu à peu soumis à de nouvelles conditions, ce principe régit encore la question aujourd’hui.

Mais la IIIe République, c’est aussi le début des lois qui construisirent peu à peu l’Etat social du XXe siècle. Plusieurs de ces lois excluaient les étrangers des droits qui étaient attribués aux Français.

Ce n’était pas le cas des lois sociales antérieures, qui conditionnaient les droits non à la nationalité, mais à la durée de résidence dans la commune. Par exemple, obligation était faite aux hôpitaux d’accueillir les pauvres et les malades indigents quelle que soit leur origine, avec une condition de durée de résidence dans la commune; la loi sur les sociétés de secours mutuels (1850) ne mettait aucune condition de nationalité à adhérer à une telle société ou à la diriger; ou, encore, la loi sur les élections aux conseils de prud’hommes (1853), qui fixait

seulement pour être électeur des conditions d'âge (25 ans), de durée d'activité (5 ans) et de domiciliation (3 ans).

Par contraste, plusieurs «lois sociales» importantes de la IIIe République écartaient les étrangers: la loi autorisant les syndicats ouvriers (1884) excluait les étrangers des instances dirigeantes; la loi sur l'élection aux conseils de prud'hommes prescrivait que les électeurs devaient être inscrits sur les listes électorales (donc être français); la loi sur les accidents du travail (1898) écartait de l'indemnisation les étrangers qui quittaient la France et les familles restées au pays; la loi sur le droit d'association (1901) autorisait les étrangers à être membres ou dirigeants, mais, dans ces cas, l'association pouvait être dissoute par décret si le gouvernement le jugeait nécessaire; la loi sur l'assistance obligatoire aux vieillards, aux infirmes et aux incurables privés de ressources (1905) était réservée aux Français.

A la même époque, diverses mesures étaient prises en vue de la “protection du travail national”: l'ordre des avocats (réactivant un décret de 1810) excluait du barreau les femmes et les étrangers; une loi de 1892 supprimait les équivalences de diplôme des médecins étrangers; les étrangers étaient exclus des emplois municipaux, des entreprises de bâtiment travaillant pour les collectivités publiques, des compagnies de chemin de fer.

Mais il ne suffisait pas de décider que les étrangers étaient écartés d'un certain nombre de droits, il fallait aussi pouvoir déterminer si un individu donné était français ou étranger. Ce qui posait aux appareils de l'Etat un problème beaucoup plus général: comment établir l'identité d'une personne? Là encore, la IIIe République introduisit des réponses très nouvelles.

Tout au long du XIXe siècle, la question de l'identité avait été résolue sur la base de la notoriété locale: on était connu dans sa commune, dans son “petit pays”. Prouver son identité était nécessaire seulement si on quittait cet environnement immédiat: un “étranger”, dans le langage courant, c'était quelqu'un qui n'était pas d'ici.

La technique utilisée pour attester de l'identité des voyageurs et contrôler les déplacements était le «passe-port» intérieur: il était requis dès que l'on voyageait en dehors de son canton (un ensemble de quelques communes) et il était établi par le maire de la commune de résidence. Ce dispositif utilisé sous l'ancien régime fut (ré)instauré en 1792 et réorganisé en 1815.

Observons un passe-port délivré en avril 1815 (figure 6). C'était une période politique troublée, d'où la rature: “De par le Roi” remplace “De par l'Empereur”.



Figure 6 – Deux “passe-port”, établis en 1815 et en 1841
Source - 1815: archives municipales de draguignan – 1841: In: Noiriel (1998).

“Nous, Claude Auguste de Jouffroy, chevalier de Saint Louis, maire de la ville de Draguignan invitons les autorités civiles et militaires à laisser passer et librement circuler de Draguignan, département du Var, à Marseille, département des Bouches-du-Rhône le Sieur Jean Baptiste Louis Villeneuve, profession de propriétaire, natif de Draguignan, département du Var, demeurant à Draguignan et à lui donner aide et protection en cas de besoin”. Une colonne est consacrée au “signalement” du Sieur Villeneuve et précise son âge, sa taille, la couleur de ses cheveux et de ses yeux, la forme de son nez, etc.

Ce “passe-port” provient d’un registre, dans une feuille duquel il est découpé: le graphisme compliqué, à gauche, a son correspondant dans le registre; il est supposé empêcher la falsification du document. Il est précisé: “Dans les villes où il existe un commissaire général de police, le porteur est tenu de se présenter devant lui pour faire viser son passe-port”.

Tout au long du XIXe siècle, les autorités avaient une préoccupation: dans une société encore très largement rurale, la dissolution des communautés locales avait commencé, en même temps que la prolétarianisation d’une partie des paysans. Tous ces “travailleurs libres” allaient chercher de l’emploi ailleurs, dans un mouvement incessant qui comprenait de nombreuses étapes et des aller-retour. Il fallait contrôler leur circulation, freiner l’accumulation de population dans les villes, il fallait aussi contrôler la circulation des criminels, des opposants politiques, des agitateurs. D’où l’usage du passeport intérieur, qui allait de pair avec 1/ une législation de

l'assistance publique, qui n'accordait l'assistance qu'au "domicile de secours" de l'indigent (sa commune de résidence officielle); 2/ une législation répressive qui définissait le "vagabondage" comme les déplacements de ceux qui "n'ont ni feu ni lieu". C'était une bataille sans fin et sans résultat pour fixer des populations de plus en plus mobiles.

Le point important pour mon propos est que le passe-port des personnes nées ailleurs qu'en France était délivré exactement dans les mêmes formes. Ainsi (figure 6), ce passe-port délivré le 21 août 1841 par la préfecture d'Indre-et-Loire (Tours) à Manuel Garcia «réfugié espagnol carliste», profession «sous-lieutenant», "natif d'Espagne". Au verso, on trouve les visas des étapes au long de son "itinéraire obligé": Amboise, Blois, Beaugency, Orléans, Pithiviers, Fontainebleau, Melun, Meaux, Soissons (sa destination).

Il y avait une autre forme de protection des voyageurs contre l'accusation de vagabondage: le "livret ouvrier", instauré en 1803, délivré par le maire et visé par les employeurs successifs. Si l'on compare un livret délivré à un ouvrier né en France à celui d'un ouvrier né dans un autre pays, on n'observe aucune différence. Le lieu de naissance est mentionné, pas la nationalité.

Ces méthodes d'identification et de contrôle comportaient de sérieuses lacunes: il était impossible de vérifier l'identité du voyageur à l'aide du seul "signalement" et les faux proliféraient; les maires délivraient des passeports à des inconnus de passage pour se débarrasser d'indésirables qui pourraient demander des secours à la commune; la vérification du passeport était considérée comme vexatoire par les "gens de qualité"; avec l'extension des chemins de fer, les déplacements s'accéléraient et les compagnies refusaient de contrôler les voyageurs. Ces dispositifs tombèrent peu à peu en désuétude et disparurent avec la IIIe République: le passeport intérieur en 1870, le livret ouvrier en 1890.

Depuis le XIXe siècle, la notion même de passeport a changé de sens. Le dictionnaire de Littré (1863-1869) définit ainsi le "passe-port":

1. Permission de passer dans des lieux où autrement on ne pourrait pas aller.
2. Permission donnée par l'autorité et garantissant la liberté et la sûreté de ceux qui voyagent. Fig. Il porte son passe-port avec lui, c'est-à-dire son nom seul, son extérieur seul suffit pour le faire bien accueillir.

Cette dernière observation renvoie à la résistance des classes privilégiées à demander ou présenter des passeports.

Un dictionnaire actuel (Petit Robert 1988) exprime un changement radical. Le “passeport” est défini comme une “pièce certifiant l’identité, délivrée par la préfecture à un ressortissant [français] pour lui permettre de voyager à l’étranger”.

Dans l’intervalle, l’Etat a mis au point un nouveau système d’identification des personnes. Parcourons les étapes de son émergence. D’abord, ce fut la mise en place du «Bureau d’identité» à la Préfecture de police de Paris (1883) pour l’identification des criminels selon la méthode Bertillon (figure 7) : la personne était désormais identifiée par des mesures anthropométriques, des empreintes digitales et une photographie; mais ce n’était pas la photo ou les empreintes par elles-mêmes qui permettaient de démasquer un criminel. Il fallait, en outre: 1/ un fichier unique où toutes ces informations étaient centralisées; 2/ un système de classement qui permettait de retrouver des empreintes ou une physionomie parmi des milliers; d’où une classification “scientifique” des types de nez, de fronts, de mentons, de formes des empreintes, etc. C’est ainsi qu’Henri-Léon Scheffer, récidiviste, a été démasqué en 1902 par ses empreintes digitales trouvées sur le lieu d’un crime. Il est mort au bagne trois ans plus tard.

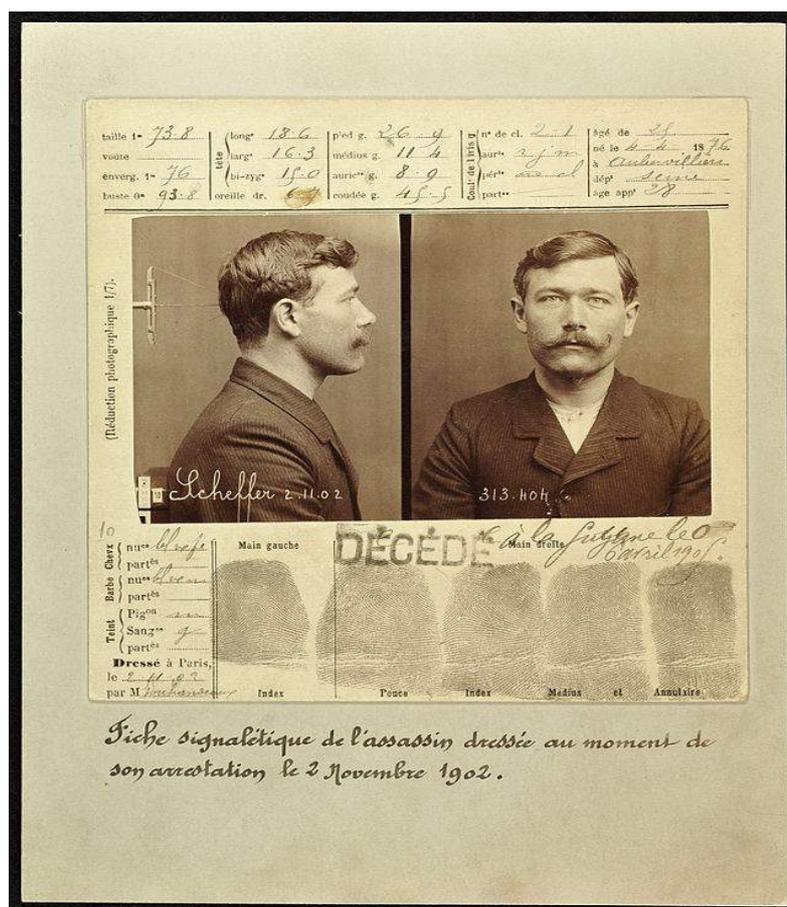


Figure 7 – la fiche anthropométrique d’un criminel, établie en 1902.

Source: <https://www.police-scientifique.com/dossier-scheffer>

En 1912, les nomades se virent imposer un “carnet anthropométrique d’identité” où étaient mises en oeuvre les techniques de mesure expérimentées avec les criminels. Ils devaient faire viser ce carnet à chaque étape de leur voyage. A travers la catégorie administrative de “nomade”, c’était une population bien précise qui était visée (les Tsiganes, Gitans ou Romanichels, selon les termes d’époque) et la dimension raciste du dispositif est évidente. Pour cette population, les techniques d’identification modernes étaient donc combinées aux contraintes de l’ancien passeport intérieur.

Il n’était pas possible d’utiliser pour les étrangers, trop nombreux, des techniques anthropométriques aussi sophistiquées. Mais les moyens administratifs de centralisation des informations furent mis en oeuvre pour les identifier et les contrôler.

Le moment décisif fut 1888, lorsque tout étranger admis au domicile en France se vit imposer une déclaration de résidence obligatoire, puis 1893, lorsque cet enregistrement obligatoire s’accompagna de la délivrance d’un “certificat d’immatriculation” (figure 8): la nationalité de l’étranger figurait en tête du document, qui pouvait être familial (comme celui de Sebastien Aniorte, de nationalité espagnole, délivré en 1923 en application de la loi de 1893).

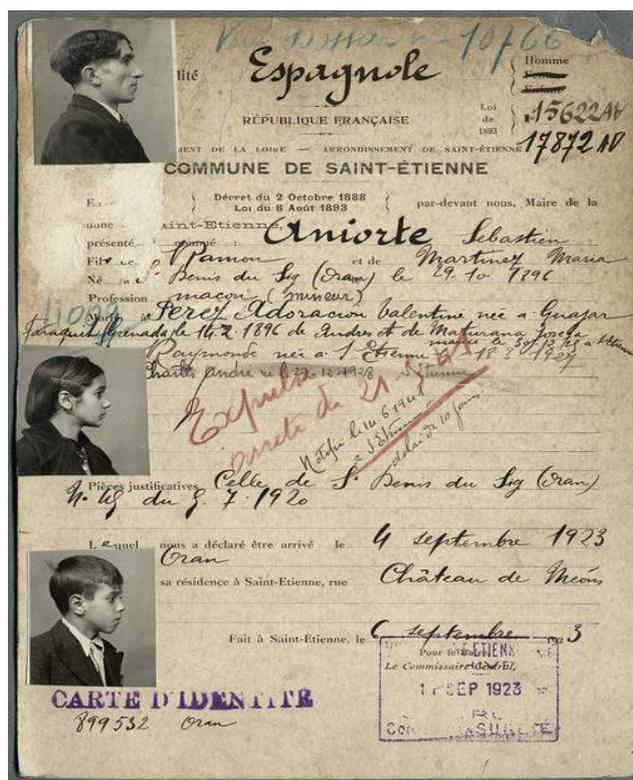


Figure 8 - 1893: l’enregistrement des étrangers devient obligatoire: un “certificat d’immatriculation” (délivré en 1923).

Source: Archives départementales de la Loire série M, dossier 1084 – <http://www.histoire-immigration.fr/dossiers-thematiques/integration-et-xenophobie/enregistrer-et-identifier-les-etrangers-en-france>.

Huit-cent mille personnes étaient concernées. L'émotion fut très grande chez des gens qui vivaient en France depuis des générations, la police fut massivement mobilisée pour exécuter la mesure et elle appelait "insoumis" ceux qui la refusaient: une nouvelle catégorie était née.

C'est à la faveur de la guerre 1917 que fut créée la «carte d'identité d'étranger» obligatoire – comme celle d'Ettore Rossi, acrobate de profession et italien de nationalité, délivrée en 1928 (figure 9). Ce document, désormais individuel et de petit format, devait être montré à toute réquisition de la police ou d'une autre autorité.



figure 9 – 1917: la "carte d'identité d'étranger" devient obligatoire: une carte délivrée en 1928.

Source: Coll. BHVP-Grob/Kharbine-Tapabor – <http://www.histoire-immigration.fr/dossiers-thematiques/integration-et-xenophobie/enregistrer-et-identifier-les-etrangers-en-france>.

Après que la préfecture de police de Paris eut créé une carte d'identité facultative pour les individus de nationalité française, en 1940, le régime de Vichy instaura une "carte d'identité de Français" obligatoire (figure 10), comme celle délivrée en 1944 à Marius Joseph Suau, «français par filiation», cultivateur – la différence entre Français par filiation ou par naturalisation pouvait être cruciale à un moment de nombreux naturalisés récents furent déchus de leur nationalité française. Tout ce système d'enregistrement des personnes fut décisif pour l'établissement du "fichier juif", la distribution des étoiles jaunes, les rafles par la police française puis le génocide nazi. C'est cette forme d'identification qui devint en 1955 la «carte nationale d'identité», facultative.



Figure 10 – 1940 : la “carte d’identité de Français” devient obligatoire carte délivrée en 1944 (pages intérieures).

Source: archives familiales – <http://aigeezeacoer.blogspot.com/2015/12/racines-aigeezoises-documents-carte.html>.

Pour conclure sur la création de cette frontière invisible entre Français et étrangers, soulignons qu’elle est contemporaine du processus qu’on peut appeler la «nationalisation des masses» (Mosse), ou la transformation de *Peasants into Frenchmen* (Eugen Weber). Ce bouleversement comporte deux aspects liés entre eux, bien aperçus par les historiens: l’avènement de la pleine citoyenneté (avec le suffrage universel masculin et la conscription obligatoire pour tous) et l’émergence des premiers droits sociaux. Mais il en comporte aussi un troisième: une séparation entre “nationaux” et “étrangers” qui n’existait pas auparavant. Citoyenneté démocratique et exclusion vont de pair: on ne s’en aperçoit plus, tant la différence entre nationaux et étrangers est devenue naturelle.

LA FRONTIÈRE-PRISON, LA FRONTIÈRE QUI TUE: UNE INVENTION DE L’UNION EUROPÉENNE (XXIÈ SIÈCLE)

Les frontières de la France sont désormais celles de l’Union européenne. En principe, du moins.

Pour assurer la “libre circulation” des personnes au sein de l’Union européenne, il a été décidé en 1985, dans une petite ville du Luxembourg (Schenghen) qu’il n’y aurait plus de contrôle d’identité (ni de contrôle des marchandises transportées) entre les pays de l’UE qui l’auront choisi: au fil d’élargissements successifs, il s’agit d’un groupe de 22 pays de l’UE, rejoints par 4 pays limitrophes (Suisse, Norvège, Islande, Liechtenstein): c’est “l’espace Schengen”, qui comprend plus de 400 millions de résidents. Entre les pays de l’UE qui n’adhèrent pas à ce système, il y a droit d’installation et pas de visa et, mais il y a contrôle d’identité aux frontières.

Aujourd’hui, l’accord de Schenghen a volé en éclats (figure 11). Bien entendu, les formes prévues par le traité ont été plus ou moins respectées (suspension pour 6 mois, renouvelable 2 fois, pour “circonstances exceptionnelles” “raisons d’ordre public et de sécurité”) mais, en réalité, le système de Schengen n’existe plus.



Figure 11 – L’espace Schengen(en 2018).

Source : <https://www.la-croix.com/Monde/Europe/CARTE-L-espace-Schengen-aujourd-2016-01-26-1200735425>.

Une première crise eut lieu en 2011, et c'est la France qui en fut à l'origine. En avril 2011, l'Italie avait accordé un permis de résidence de 6 mois à 25 000 Tunisiens; la France bloqua des trains à la frontière italienne. Première alerte.

La deuxième crise fut beaucoup plus sérieuse et ses conséquences plus durables: c'est la "crise migratoire de 2015". La guerre civile syrienne et les interventions étrangères entraînèrent un flux de réfugiés, qui se dirigèrent principalement vers l'Allemagne par voie terrestre à travers les Balkans. Dès juillet 2015, la Hongrie commença à construire un mur à sa frontière avec la Croatie et la Serbie; il fut achevé en octobre. Les 13-14 septembre 2015, l'Allemagne ferma sa frontière avec l'Autriche et la République tchèque (mesure prolongée depuis, jusqu'à aujourd'hui); en conséquence, la République tchèque ferma sa frontière avec l'Autriche, l'Autriche avec la Slovaquie et la Hongrie, la Slovaquie avec l'Autriche et la Hongrie.

Loin de l'Europe centrale, en novembre 2015, la Suède ferma ses frontières (mesure prolongée depuis); puis ce fut le tour de la France, qui avança comme raison la Conférence de Paris sur le climat, puis les attentats terroristes (mesure prolongée depuis).

Il y a eu, en effet, une forte augmentation du nombre des demandes d'asile dans l'Union européenne en 2014, plus encore en 2015. Mais le reflux commença dès 2016, suivi d'une forte baisse depuis (figure 12). D'où proviennent ces réfugiés? En 2015, très majoritairement des pays du Moyen-Orient affectés par les guerres civiles et les invasions militaires états-uniennes: Syrie (29%), Afghanistan (14%), Irak (10%); il y avait aussi les réfugiés des Balkans et des guerres de l'ex-Yougoslavie: Kosovo (5%), Albanie (5%); les réfugiés africains étaient alors peu nombreux: Erythrée (3%), Nigeria (2%)².

Les pays de l'Union Européenne ont accordé le statut de réfugié à 360 000 personnes en 2015. L'Allemagne a été de loin de pays le plus accueillant, avec 148 000 réfugiés admis, suivie de la Suède et de l'Italie. La France vient loin derrière: 26 000 demandes acceptées, soit 800 par million d'habitants (14^e rang), bien après la Suède (7100 par million d'habitants), l'Autriche (4100), l'Allemagne (3700), la Suisse (3400), l'Italie (1000)³.

² Source: Eurostat, News Release 4/2016 / <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/7203832/3-04032016-AP-EN.pdf/790eba01-381c-4163-bcd2-a54959b99ed6>).

³ Source: https://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2016/04/21/asile-plus-360-000-refugies-accueillis-en-2015-en-europe_4906413_4355770.html).

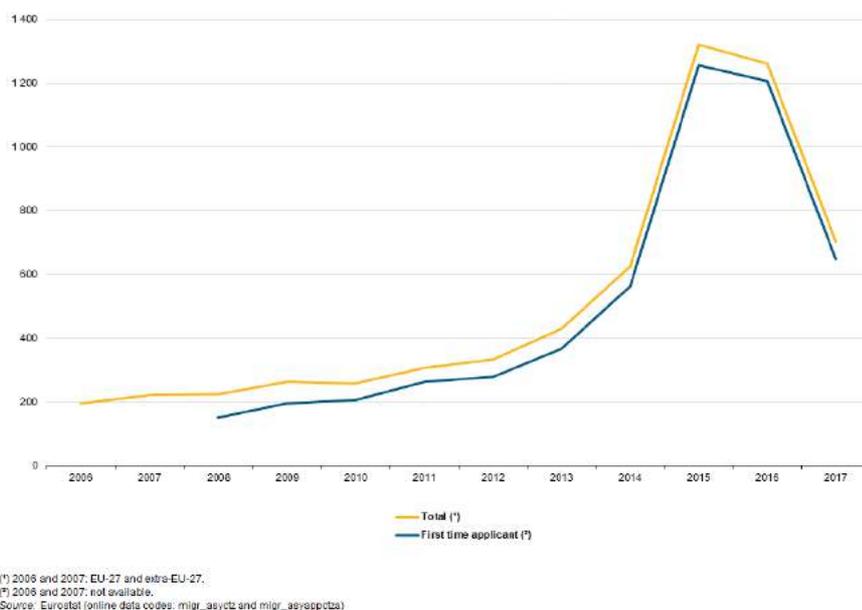


Figure 12 – Nombre total de demandes d’asile en Europe (2006-2017).
 Source : Eurostat

Les chances de voir une demande d’asile acceptée varient énormément selon les pays (figure 13). En France, en 2015, le taux d’acceptation a été seulement de 26%; très loin derrière les pays où il était de l’ordre de 70-80% (Danemark, Pays-Bas, Suisse, Suède, Autriche); et loin derrière l’Allemagne (57%) et les pays qui reçoivent les réfugiés en première ligne (Italie et Grèce: 42%). C’est donc la loterie, et les réfugiés l’apprennent rapidement.

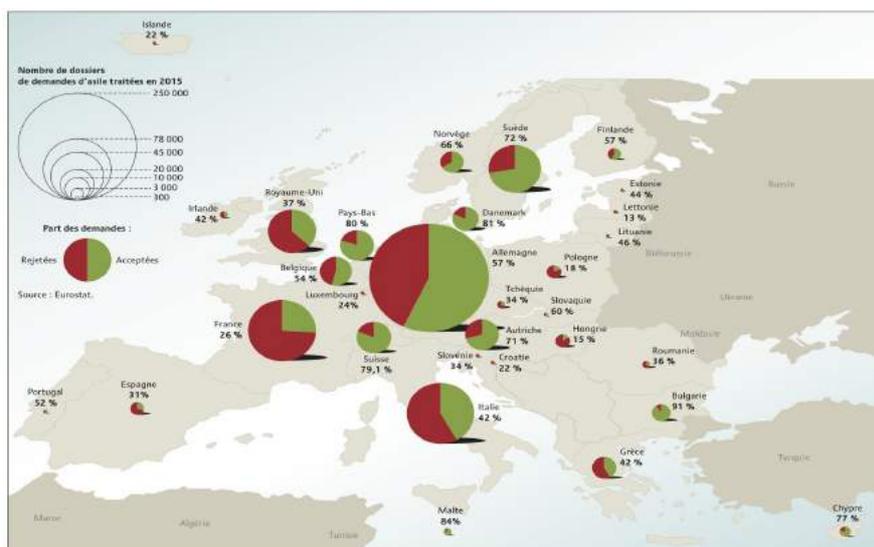


Figure 13 – Nombre de demandes d’asile déposées et accordées par pays; taux d’acceptation (en 2015)
 Source : Eurostat ; <https://asile.ch/2016/08/15/carte/carteasileloterie/>

Actuellement, les demandes d'asile diminuent, mais les suspensions de la libre circulation du système Schengen sont maintenues: face au "problème des réfugiés", l'Europe est devenue une forteresse. Une situation de «crise» a conduit à modifier le système de façon permanente.

Or les gouvernements sont confrontés à des obligations légales qui les embarrassent : il y a un statut international des réfugiés et apatrides et des droits définis par ce statut.

Ces engagements internationaux sont le résultat des deux guerres mondiales, qui ont produit un "problème des réfugiés et apatrides" pour des millions de gens. La Première Guerre mondiale, d'abord, à la suite la révolution russe (Russes blancs privés de nationalité), puis du démantèlement des empires austro-hongrois et ottoman. C'est alors que la Société des nations créa le statut d'apatride protégé. La Seconde Guerre mondiale connut des flux de réfugiés encore plus massifs: les réfugiés de l'Espagne républicaine et de l'Allemagne nazie (opposants et juifs, quand ils pouvaient encore sortir du Reich), sans oublier les juifs déchus de la nationalité française par le régime de Vichy; après la défaite nazie, les réfugiés des minorités germanophones fuyant l'Europe de l'Est.

D'où la Convention relative au statut des réfugiés adoptée le 28 juillet 1951, dite aussi Convention de Genève, aux termes de laquelle les droits des réfugiés et apatrides sont protégés par le droit international. Elle dispose⁴:

Article 33 – Défense d'expulsion et de refoulement
Aucun des Etats contractants n'expulsera ou ne refoulera, de quelque manière que ce soit, un réfugié sur les frontières des territoires où sa vie ou sa liberté serait menacée en raison de sa race, de sa religion, de sa nationalité, de son appartenance à un certain groupe social ou de ses opinions politiques.

Obligés par cette convention, les gouvernements de l'Union européenne ont adopté en 2013 le règlement de Dublin, qui définit une politique commune en matière d'accueil des réfugiés. Son principe de base: le statut de réfugié est attribué par les instances appropriées de chaque Etat et il doit être demandé dans l'Etat où le réfugié est entré pour la première fois dans l'UE.

Après quelques années, ce système est un échec complet pour deux raisons: d'abord, les réfugiés développent des tactiques éprouvantes, mais souvent efficaces, pour y échapper; ensuite, les États nationaux se ferment pour échapper à leurs obligations.

Le règlement de Dublin empêche donc les réfugiés de choisir dans quel pays ils font leur demande d'asile, alors qu'ils savent bien que l'asile est accordé plus ou moins facilement

⁴(Nations-Unies, Haut commissariat aux droits de l'homme, <https://www.ohchr.org/fr/professionalinterest/pages/statusofrefugees.aspx>).

selon les pays, et aussi que les demandeurs sont traités de façon plus ou moins humaine pendant la durée de la procédure. Ils développent donc des stratégies pour demander et obtenir l'asile dans le pays de leur choix; ce qui entraîne la création de la catégorie de demandeur d'asile irrégulier, celui qui ne veut pas être "dubliné" (l'expression est en usage).

Les États, confrontés à des demandes d'asile de personnes entrées en Europe par un autre pays, ripostent en essayant de les renvoyer vers le pays d'entrée. Cette politique est, globalement, un échec. Le taux des "outgoing transfers" sur les "outgoing requests" est très faible: 5% au Royaume-Uni; 11% en Allemagne; 25% aux Pays-Bas; 33% en Suisse; 36% en Autriche; 44% en Grèce. France et Italie ne fournissent pas de statistique (Source : Aida, *The Dublin System in 2017*). Ces chiffres signifient, par exemple, que 9 sur 10 des réfugiés que l'Allemagne veut expulser vers un autre pays restent en Allemagne – et doivent par conséquent renoncer au statut de réfugié.

Une autre raison de l'échec du règlement de Dublin est que les États refusent d'en supporter les conséquences. Comme le système fait reposer une charge très lourde sur les pays de première entrée en Europe (principalement l'Italie et la Grèce), la Commission européenne a défini en septembre 2015 un programme de "relocalisation" qui devait porter sur 160 000 réfugiés en deux ans. Sur la base d'une clef de répartition raffinée prenant en compte la population, le PIB, le nombre de demandes et le nombre d'admissions passées, et le taux de chômage, chaque pays de l'Union devait accueillir un nombre déterminé de réfugiés qui avaient abordé l'UE par l'Italie ou la Grèce.

Ce programme a, lui aussi, échoué. Certains pays en refusent totalement le principe, avec des taux d'exécution de 0 à 4% (Pologne, Hongrie, République tchèque, Slovaquie, Autriche et Bulgarie) et de grands pays le freinent efficacement, notamment l'Allemagne, qui avait déjà beaucoup fait (29%) et la France, qui avait pourtant déjà une politique très restrictive (22%). L'objectif initial fut réduit à 98 000 et, au bout de deux ans, 29144 réfugiés seulement sont "relocalisés", soit 18% de l'objectif initial, 28% de l'objectif réduit (les taux d'exécution par pays cités ci-dessus concernent le programme réduit; Source : Eurostat).

Devant ces échecs répétés à imposer les règles de Dublin, quelles furent ripostes de l'UE et des Etats, de la France en particulier? L'instauration de frontières-prisons et de frontières qui tuent.

En France même, c'est la création de nouveaux «centres de rétention administrative », la facilitation des procédures pour y enfermer les gens, l'allongement de la durée d'enfermement. En voici la carte en 2016 (figure 14).

Aux frontières nationales, c'est le harcèlement policier, les interdictions d'entrée avant toute instruction, pourtant exigée par les textes, les expulsions illégales de mineurs, la mise en danger des migrants qui doivent passer par la montagne. Les cas se sont multipliés à la frontière franco-italienne Menton-Ventimiglia, ce qui a suscité une protestation citoyenne et une aide concrète aux migrants, elle-même harcelée par la police et poursuivie devant les tribunaux.

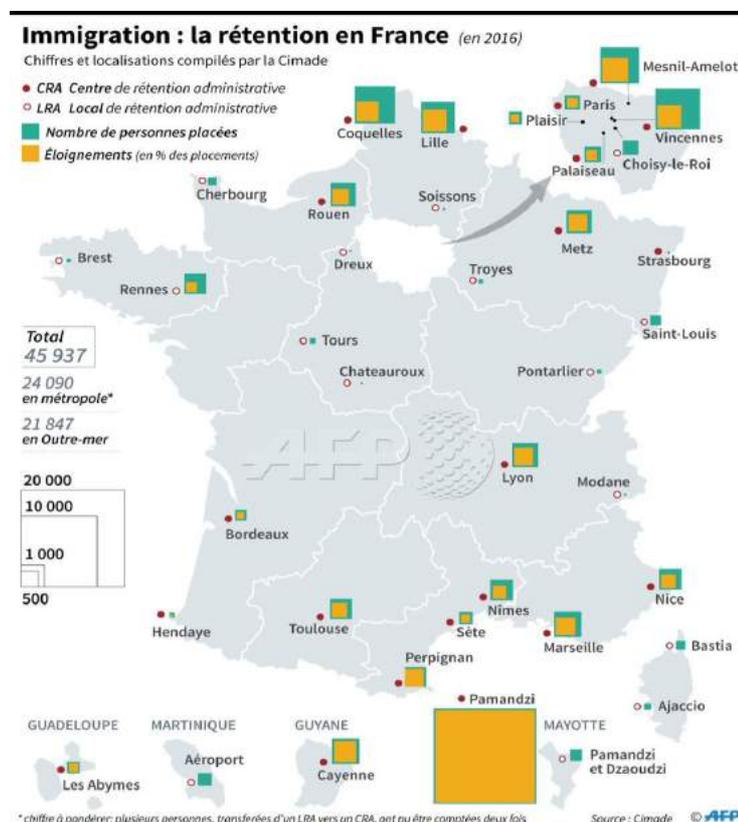


Figure 14 – France : les centres de rétention

Sources: <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2012/10/26/01016-20121026ARTFIG00666-centres-de-retention-valls-etudie-des-fermetures.php>

Aux frontières de l'Europe, c'est une politique d'externalisation des camps de regroupement pour empêcher les réfugiés d'accéder au territoire européen. D'où l'accord entre l'Union européenne et la Turquie du 18 mars 2016, qui confie à Erdogan, un président qui bafoue dans son pays toutes les libertés démocratiques (et qui est engagé directement et par milices interposés dans la guerre en Syrie), la gestion des réfugiés venus de Syrie et du Moyen-Orient.

C'est aussi une politique de refoulement des migrants qui essaient de franchir la Méditerranée, depuis la Lybie vers l'Italie, depuis la Turquie vers la Grèce, depuis le Maroc vers l'Espagne. Les embarcations sont fournies par des passeurs sans scrupule, les naufrages nombreux, les morts se

comptent par milliers: 11 411 morts ont été recensés en 2010-2015 (30 avril)⁵. On peut faire une carte de tous ces naufrages et du nombre des morts qu'ils entraînent (figure 15).

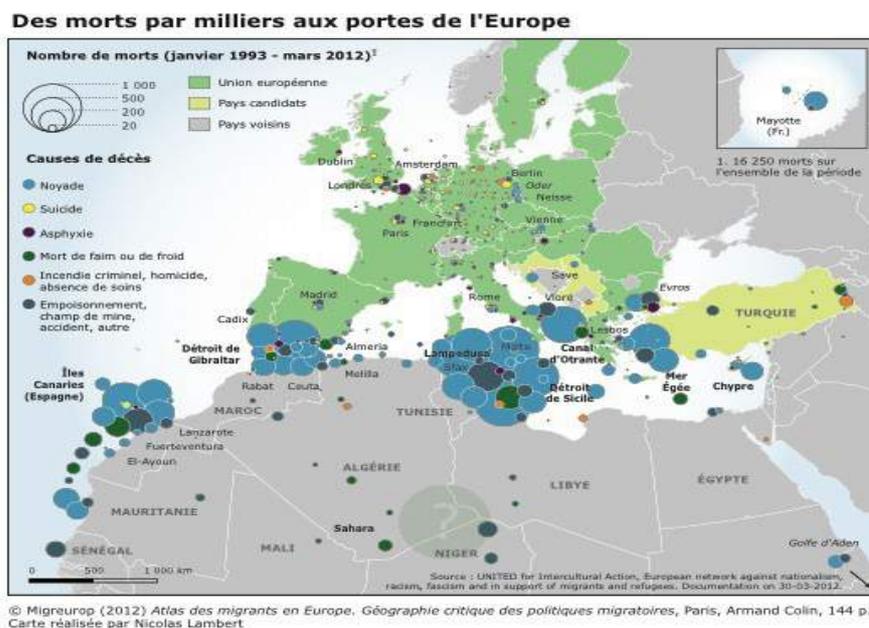


Figure 15 – La Méditerranée, “tombeau des réfugiés” nombre de morts et causes de décès (1993-2012)

Une première réaction à cette situation dramatique fut d’essayer de sauver les naufragés: ce fut le dispositif Mare nostrum, initié et financé par l’Italie en octobre 2013. La marine italienne patrouillait en Méditerranée et a sauvé des centaines de vies, mais cette politique a été vivement critiquée comme “attirant les migrants” et, en outre, comme trop chère pour l’Italie qui en supportait seule le coût. Elle fut interrompue en novembre 2014 et remplacée par une opération conduite et financée par l’UE: l’opération Triton, encore en vigueur aujourd’hui. Mais les règles ont changé: en principe, les navires affrétés par l’UE ne doivent pas franchir les 30 miles nautiques de l’île de Lampedusa, tandis que les garde-côte lybiens (un pays où l’Etat a été détruit par une intervention militaire franco-britannique) sont supposés arrêter les embarcations dans leurs eaux territoriales.

Devant cette situation où toute une zone maritime n’est plus couverte par des sauveteurs, des ONG ont essayé de faire face – alors que les garde-côtes lybiens leur interdisent d’approcher la Lybie et que les Etats dont les côtes sont les plus proches des lieux de sauvetage interdisent leurs ports. C’est l’histoire, toute récente, de l’Aquarius. Ce bateau, affrété par SOS Méditerranée, a recueilli, le 10 juin 2018, 629 migrants, dont 123 mineurs, 11 enfants en bas âge, 7 femmes enceintes. Matteo Salvini, le chef de la Lega (parti

⁵ <http://geoconfluences.ens-lyon.fr/informations-scientifiques/a-la-une/carte-a-la-une/images/lambert5>.

xénophobe), a refusé, au nom du gouvernement italien, leur débarquement dans un port italien; Malte aussi; en France, le président Macron a critiqué l'Italie (qui, contrairement à la France, avait pourtant supporté une charge très importante de réfugiés dans les années antérieures), mais n'a pas ouvert les ports de Corse. Finalement, l'Aquarius fut accueilli à Valence, par une décision du nouveau gouvernement Suarez (socialiste).

Cette histoire en rappelle une autre: celle du paquebot Saint-Louis, qui partit de Hambourg pour Cuba le 13 mai 1939 avec 937 passagers, presque tous juifs allemands fuyant les persécutions. Empêché d'accoster à Cuba, refusé par les Etats-Unis, le navire est retourné en Europe, et ses passagers ont été débarqués à Anvers le 17 juin 1939. Ils furent répartis entre la Grande-Bretagne (288, qui furent ainsi sauvés) et des pays du continent qui allaient être envahis par les nazis (Belgique, Pays-Bas, France). Deux-cent cinquante quatre périrent dans l'Holocauste.

RÉFÉRENCES

AGIER, M; LECADET, C. **Un monde de camps**. Paris, La Découverte, 2014.

AGIER, M. et Babels. **La Mort aux frontières de l'Europe**. Retrouver, identifier, commémorer, Le Passager clandestin ("Bibliothèque des frontières»), 2017.

GELLNER, E. **Nations and Nationalism**, Ithaca, NY, Cornell University Press, 1983.

NORDMAN, D. **Frontières de France. De l'espace au territoire, XVIe-XIXe siècle**. Paris, Gallimard, 1998.

NOIRIEL, G. **La Tyrannie du National. Le droit d'asile en Europe, 1793-1993**. Paris, Calmann-Lévy, 1991.

_____. Surveiller les déplacements ou identifier les personnes? Contribution à l'histoire du passeport en France de la Ière à la IIIème République. **Genèses**, n° 30, 1998, p. 77-100.

SAHLINS, P. **Boundaries: The Making of France and Spain in the Pyrenees**, Berkeley, University of California Press, 1988.

A PRESENÇA EFETIVA DO EXÉRCITO NA FAIXA DE FRONTEIRA: O PAPEL DO PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA NO ACRE E RORAIMA – BRASIL.

Miguel Patrice Philippe Dhenin

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem por objetivo apresentar a especificidade das menores organizações militares do Exército Brasileiro (EB): os Pelotões Especiais de Fronteira, a partir de uma perspectiva descritiva e analítica, mostrando com a pesquisa de campo a realidade dos PEF visitados em 2013 e 2014 pelo autor e também as tarefas especializadas que lhes são atribuídas. Os dois estudos de casos representam um olhar civil sobre a rotina da vida militar, e busca atualizar e contextualizar a presença efetiva do Exército Brasileiro nos confins.

Em primeiro lugar, apresentamos o Pelotão Especial de Fronteira da 7ª Brigada de Infantaria de Selva localizada em Roraima. A visita desse PEF foi realizada em Bonfim, Roraima, em julho de 2014. Em segundo lugar, apresentamos o Pelotão Especial de Fronteira da 4ª Brigada de Infantaria de Selva, localizado em Eptaciolândia, Acre. A visita desse PEF foi realizada em julho de 2013. Os dois estudos fazem parte da tese de doutoramento do autor, e, portanto, os argumentos apresentados aqui podem ser afinados a partir da leitura do manuscrito final, disponível no banco de teses da Universidade Federal Fluminense.

Após termos realizado esse primeiro trabalho, o artigo fundamenta seu argumento a partir da seguinte hipótese: podemos observar a partir de 2011 uma transformação do modelo de presença dos Pelotões Especiais de Fronteira, em função das transformações que ocorreram a partir da elaboração do Plano Estratégico de Fronteiras, ele mesmo monitorando o desenvolvimento da Estratégia Nacional de Fronteiras (ENAFRON). Argumentamos que a iniciativa do Ministério da Justiça fez que a rotina dos PEF foi transformada, obrigando o Exército Brasileiro a cooperar de forma intensa com diversas agências federais para realizar suas tarefas cotidianas. Finalmente, o artigo encerra-se a partir da análise das limitações orçamentárias que afetam as Forças Armadas e, em última instância, as unidades do Exército Brasileiro situadas na faixa de fronteira. Um exemplo dado é o programa SISFRON que atua exatamente na área de fronteira, logo se torna um elemento central da estratégia de presença do Exército na fronteira, podendo inclusive transformar definitivamente o papel dos PEF.

OS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA NO EXERCITO BRASILEIRO

De acordo com os dados do Exército Brasileiro (BRASIL, 2009) os comandos militares do Norte e da Amazônia possuem 28 Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) e Destacamentos Especiais de Fronteira (DEF). Os PEF são distribuídos ao longo da enorme faixa de fronteira terrestre na região amazônica (11.000 quilômetros), nos seis Estados da região Norte: Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. O maior número de PEF encontra-se nos estados de Amazonas, Roraima e Acre. A sua localização é uma mistura de herança histórica e de escolha geoestratégica. De acordo com Miranda (2012, p. 119):

além dessas atividades, os PEF têm outras atividades específicas na faixa de fronteira (sic), as quais são: dar apoio a órgãos públicos na faixa de fronteira, assistência de saúde às populações nativas, atuação nas reservas indígenas, nos limites da lei, atuação em face de aeronaves, veículos e embarcações estrangeiras, atuação em face de organizações militares e autoridades civis estrangeiras e cooperação com o Comando do Batalhão/Brigada de Infantaria de Selva (BIS) na solução de pendências localizadas, antecipando-se ao surgimento de conflitos em sua área de responsabilidade.

Alguns PEF foram construídos também por fazer fronteira com países considerados, num determinado momento, indutores de ameaças na região. É o caso dos PEF situados na fronteira com Colômbia e Bolívia, em função do narcotráfico e das guerrilhas (FARC-EP). Mas também em função da instabilidade política (Venezuela e Guiana). Apesar da aparente densidade, os PEF não conseguem “fechar” a fronteira, pois, de acordo com nossos cálculos, existe atualmente uma média de 350 a 400 quilômetros entre dois PEF na região amazônica. De acordo com Miranda (*op. cit.*, p. 124):

embora seu papel fundamental na estratégia de Defesa militar do Exército na faixa de fronteira, exercendo em muitos casos até o poder de polícia nessas áreas, os PEF possuem um poder bastante limitado devido seu efetivo ser bastante reduzido, além de muitos problemas relacionados a sua infraestrutura e o próprio poder de resposta ser limitado, sendo dessa forma, classificados mais como unidades de vigilância constante.

Portanto, o EB começou por organizar essas unidades para garantir minimamente a presença do Estado-Nação, quando foi criado o primeiro PEF, nos anos 1950. Em seguida, vamos analisar os motivos que levaram o EB manter essas pequenas unidades na faixa de fronteira brasileira. A presença dos PEF procura adequar-se à “estratégia de presença” do EB

na região amazônica e particularmente na faixa de fronteira (BRASIL, 2012). Em busca de sua permanência, a estratégia de resistência às ameaças externas foi desenvolvida para que o PEF seja “a ponta de lança” (MIRANDA, 2012, p.124) de um sistema de defesa, para uma região considerada vulnerável pelo EB. O alto valor estratégico da Amazônia obrigou o Estado-Maior do Exército (EME) em redimensionar seus meios para aumentar o número absoluto de soldados na fronteira gradativamente, como mencionado anteriormente. De acordo com os elementos produzidos pelo EB, a vigilância e a proteção da fronteira (atividade-fim) são complementadas pelas Ações Cívico-Sociais (ACISO). De acordo com o Glossário das Forças Armadas (BRASIL, 2007, p. 15) podemos definir as ACISO como:

conjunto de atividades de caráter temporário, episódico ou programado de assistência e auxílio às comunidades, promovendo o espírito cívico e comunitário dos cidadãos, no país ou no exterior, desenvolvidas pelas organizações militares das forças armadas, nos diversos níveis de comando, com o aproveitamento dos recursos em pessoal, material e técnicas disponíveis, para resolver problemas imediatos e prementes. Além da natureza assistencial, também se insere como assunto civil e colabora nas operações psicológicas.

Portanto, o objetivo do PEF, de acordo com suas normas, visa a realização de serviços de saúde, educação e cidadania em prol dessas localidades. Assim, essas atividades, amplamente divulgadas pelos meios de comunicação do EB, prestam serviços de atendimento médico-odontológico, fornecendo documentação (carteira de identidade e de trabalho), serviço de barbearia, vacinação, recreação infantil e divulgação de atividades do EB. É importante salientar que estas atividades são, geralmente, desenvolvidas com o apoio das prefeituras locais e/ou dos governos estaduais situados na área de responsabilidade dos PEF (DHENIN, 2013b).

Mas na prática, o EB acaba suportando a maioria das vezes as tarefas de tipo ACISO, em função do seu preparo, do seu material e da sua grande capilaridade. Isso também prepara as missões do EB no âmbito militar, o que pode levar a certo questionamento do uso de recursos. A falta de compromisso socioambiental com as populações obriga o EB em ocupar o espaço simbólico do Estado, que está ausente, pelo viés da realização das ACISO. Para o setor de comunicação, essas ações visam a legitimar o papel das FFAA e particularmente do EB, ator essencial de segurança, desenvolvimento e cidadania nas regiões isoladas da faixa de fronteira do Arco Norte (BRASIL, 2009).

Assim, apesar de reconhecer a importância das ACISO realizadas pelo EB através da atuação dos PEF para o bem das populações, podemos apresentar determinadas ressalvas sobre essa atuação. Em primeiro lugar, as ACISO acabam criando uma espécie de uma

“dependência” das populações com os serviços prestados pelo EB (na área da saúde particularmente), uma vez que os atendimentos (gratuitos e de qualidade) podem ser banalizados ou promovidos pelas secretarias estaduais ou das prefeituras, apresentados como serviço “normal” do EB. O conteúdo das entrevistas realizadas evidencia que o EB pretende, como em outras ocasiões, complementar os serviços precários da saúde e educação da região Norte, em função da baixa densidade e do perfil socioeconômico dos moradores. Esse ponto é fundamental, pois ele explica também todo o trabalho do EB em mudar sua imagem (com sucesso) e apresentar um rosto diferente daquele conhecido pelas populações ribeirinhas até os anos 1980 (DHENIN, 2013a).

Segundo Franco (1998), as ACISO funcionam como um vetor de comunicação social do Exército na região por intermédio dos PEF e outras unidades militares que funcionam enquanto uma janela de oportunidade possibilita a manutenção da credibilidade e confiança e prestígio do EB junto às comunidades locais, essa postura visa apagar uma imagem negativa construída durante a época da ditadura civil-militar na Amazônia (MIRANDA, 2012, p. 126). De acordo com Marques (2007), essa imagem negativa foi construída durante a luta contra o Partido Comunista do Brasil (PC do B) na guerrilha do Araguaia, na década de 1970, onde “a população local foi tratada com grande truculência pelas tropas federais” (MARQUES, 2007, p. 105) e em função da boa relação estabelecida pelos guerrilheiros com a população local, o EB teve grande dificuldade em combater aquele grupo apresentado como “inimigo” (MIRANDA, 2012; NASCIMENTO, 2000).

O ESTUDO DE CASO DO PEF DO 7º BIS (RORAIMA)

Após ter explicitado o papel dos PEF na faixa de fronteira, sua origem e missões desenvolvidas, vamos seguir analisando dois estudos de caso, com os dados recolhidos em 2013 e 2014, em diversos PEF do Estado do Acre (4º BIS), no Comando Especial de Fronteira e no Estado de Roraima (7º BIS), no Comando Especial de Fronteira. Esses PEF foram escolhidos na medida em que eles eram situados em áreas bem desenvolvidas (acesso rápido da capital para o PEF por via terrestre), o que facilitou a logística, contingenciado pelos altos custos de realizar uma pesquisa na Amazônia.

Dentro do quadro do nosso estudo, tivemos a oportunidade de visitar alguns PEF da 8ª Região Militar (sede em Belém, PA), no estado de Roraima. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que houve uma visita no Batalhão de Infantaria de Selva em Boa Vista, capital do

Estado. Naquela ocasião, tivemos a possibilidade de entrevistar o Major B., assessor de comunicação social do Comandante, que ajudou a facilitar a inserção e protocolizar as visitas nos diferentes PEF (essa parte é importante, pois o acesso às organizações militares (OM) na faixa de fronteira é autorizado mediante uma aprovação do chefe do Comando).

Após explicarmos o projeto de tese de doutorado, o comandante apresentou rapidamente o BIS, sua história, missão, capacidade operacional e valores. Essa visita foi relevante para criar um vínculo de confiança com autoridades do EB, algo que facilitou (em muito) a realização das entrevistas dos comandantes dos PEF de Pacaraima e Bonfim. Portanto, é importante salientar o elevado grau de cooperação e interesse por parte dos oficiais num trabalho acadêmico civil tratando dos aspectos de participação do EB na segurança da faixa de fronteira. Ao final do encontro, foi também prometido, caso houvesse a possibilidade, de embarcar para os PEF mais isolados (como Auaris ou Surucucu) através de um voo de helicóptero UH-60 *Blackhawk*.

Infelizmente, em função da alta taxa de ocupação do espaço para tripulantes, não foi possível realizar esse voo e, portanto, as entrevistas dos PEF e de seus militares foram realizadas pelo acesso terrestre, via BR-174 de Boa Vista (capital) até o município de Normandia. Foi assim realizada a entrevista do Tenente A no 3º Pelotão Especial de Fronteira. Destarte, precisamos salientar que, após a entrevista, o Tenente ofereceu um convite para participar do I Simpósio Técnico da Estratégia Nacional de Fronteiras (ENAFRON) em agosto de 2014, para realizar outras entrevistas e aumentar a nossa rede de contatos durante a pesquisa.

O PEF de Normandia encontra-se num lugar estratégico para as operações de fiscalização, pois existe também um posto alfandegário da Receita Federal, em péssima e precária condição, e também uma delegacia da Polícia Federal, servindo principalmente de lugar para realizar os procedimentos burocráticos de entrada e saída do território brasileiro. É interessante notar que a cidade de Pacaraima, apesar de encontrar-se colada geograficamente com a fronteira terrestre, não possui o estatuto da cidade-gêmea, uma vez que a cidade venezuelana mais próxima (Santa Elena de Uaién) está situada em aproximadamente 10 quilômetros do município de Pacaraima.

A fronteira é também conhecida pelos moradores pelo marco BV-8 (Brasil Venezuela n.8) que corresponde a um dos marcos físicos colocados para materializar a fronteira. O PEF possui uma boa estrutura e é bem mantido, apesar dos (já) escassos recursos disponibilizados pelo EB. Um dos aspectos importantes para ser notado em termos geopolíticos é a distância

com a cidade vizinha de Santa Elena de Uaién, talvez significativa do baixo nível de interação, ou da distância dos oficiais brasileiros tanto no plano geográfico como humano com seus homólogos venezuelanos.

A segunda visita técnica de um PEF no estado de Roraima foi realizada no município de Bonfim, no dia 31 de julho de 2014. O mesmo é situado a 125 quilômetros de Boa Vista, e acessível a partir da estrada federal BR-401, com um asfalto de boa qualidade. Diferente de Pacaraima, a cidade de Bonfim é vizinha da cidade guianense de Lethem, na margem leste do rio Tacutu, que faz a divisa natural e territorial entre os dois países. Em comparação com o contexto venezuelano, o 1º PEF situado em Bonfim é relativamente privilegiado, uma vez que a intensidade das atividades ilícitas é considerada menor do que em Pacaraima.

A Guiana possui forças de defesa nacional com limitada expressão e projeta-se pouco para a região amazônica, o que reduz as possibilidades de cooperação com as forças de segurança daquele país (DHENIN, 2014). É importante notar a participação de oficiais durante o simpósio promovido pelo MJ, sobre os resultados da ENAFRON, em agosto de 2014. Uma das peculiaridades quando atravessamos a fronteira é a ponte que separa as duas cidades, concebida para acompanhar a mudança de mão da estrada, de mão francesa para mão inglesa.

Em seguida, faremos uma análise do contexto geopolítico no qual os dois PEF evoluem e levam adiante suas missões. O contexto dos PEF do 7º BIS, pelo menos aqueles visitados de Pacaraima, Normandia e Bonfim oferecem boas condições de acordo com os oficiais encontrados, mas é preciso salientar que os PEF mais isolados não possuem o mesmo nível de estrutura e conforto. Para os militares que foram entrevistados, o contexto fronteiriço, com a vizinhança da Venezuela, é considerado estável, porém preocupante. De fato, a entrevista realizada em 2014, quase um ano após a morte de Hugo Chávez e a chegada ao poder de Nicolás Maduro. A grande crise política e econômica no país preocupa o Tenente A., uma vez que o quadro não permite um grande entrosamento com as Forças da Polícia Nacional Venezuelana, muitas vezes criticada por corrupção pelos diversos grupos entrevistados informalmente (PF, RF e PRF).

De fato, a Venezuela e sua instabilidade são consideradas fatores que aumentam a insegurança da fronteira, particularmente com a escassez de alimentos básicos registrados em Santa Elena (PORTAL G1, 2016). Na época da entrevista, o fluxo migratório era ainda controlado, apesar da precária condição de trabalho da PF. Para a Receita Federal, a apreensão do contrabando, com destino principalmente para os mercados de Boa Vista e Manaus, é a ocorrência mais registrada, assim como algumas quantidades de drogas ilícitas, mas nada de

muito significativo (DHENIN, 2014). A PF não possui nenhum tipo de scanner para facilitar o trabalho de fiscalização e os recursos humanos são escassos e contingenciados pela alta rotatividade dos efetivos, um problema considerado recorrente pelo EB.

Praticamente a mesma situação acontece para o EB, que possui uma grande área de responsabilidade e procura trabalhar com as demais agências governamentais para realizar operações de fiscalização de larga escala. A fronteira com a Venezuela é de fácil acesso, e a prática de câmbio ilegal é corriqueira do lado venezuelano. Portanto, a fronteira com a Venezuela é considerada de complicada gestão (DHENIN, 2013 e 2014), uma vez que o país presenciou o agravamento da situação, que levou a uma grande onda migratória durante o ano de 2016 (PORTAL G1, 2016).

Para os militares entrevistados, a entrada maciça de venezuelanos ilegalmente representa uma ameaça para a segurança nacional, uma vez que não há registros criminais disponíveis para controlar esses migrantes e/ou refugiados. Os meios militares venezuelanos são bastante limitados (DHENIN, 2014). De acordo com os dados obtidos na página oficial do Exército Bolivariano de Venezuela, existe na 51ª Brigada de Infantaria de Selva “Guasipati”, sediada no Estado de Bolívar, o esquadrão de Cavalaria Motorizada “Coronel Hermenegildo Mujica Ramos” em Santa Elena de Uaíren. Houve em 2016 uma visita formal do EB, inclusive com uma comemoração do dia do Exército, em missão conjunta no topo do Monte Roraima. (DEFESANET, 2016). A visita mostrou um quadro de cordialidade pelos oficiais do Exército Brasileiro, mas a situação interna do país preocupa as altas esferas castrenses, como mencionado anteriormente. O 1º PEF é situado no município de Bonfim, no estado de Roraima.

O mesmo faz divisa com a República de Guiana, antiga colônia inglesa na América do Sul, que conseguiu sua independência em 1966. Diferente do 3º PEF, a intensidade dos fluxos fronteiriços é bem menor que aqueles constatados entre o Brasil e a Venezuela, na altura do BV-8. A construção do PEF é resultado da ameaça na década de 1980 da possível queda da colônia recém-independente para cair sob a influência comunista durante os anos 1980. Portanto, a ditadura militar incentivou a criação de um PEF para evitar que as fronteiras estivessem vulneráveis às influências soviéticas (URT, 2010). Durante a visita do PEF, observamos também que o lado guianense é bastante desenvolvido, particularmente na cidade de Lethem, com casas de estilo colonial, mas sem grandes sinais de riqueza. A economia local é movimentada pela passagem de garimpeiros que entram para o país e depois que trabalham nas minas da Guiana.

De acordo com as entrevistas, o garimpo ilegal não é quase fiscalizado, diferente do Brasil que procura, através das ações do EB, controlar essas áreas. É importante notar também que Bonfim, pela sua atratividade comercial, é palco de fluxos de contrabando. Mas as instalações da Receita Federal são bastante precárias e não permitem realizar um trabalho de fiscalização rápido e eficaz. A cidade de Bonfim é pequena, com ramais de terra batida e não possui um grande planejamento urbano. Diferentemente de outros municípios visitados, presenciamos bastante patrulhamento de veículos da PMRR, com viaturas novas e bem equipadas, proveniente das verbas da ENAFRON (BRASIL, 2011).

Para os militares do EB, as atividades de fiscalização e monitoramento e vigilância são principalmente realizadas pelo rio Tacutú, que fornece um corredor natural para realizar essas missões corriqueiras. A visita ao PEF evidenciou também o escasso equipamento do PEF para realizar as missões de patrulhamento fluvial (apenas um bote) e também pouca motivação por parte dos soldados entrevistados.

Como foi observado durante o ano de 2014 e a partir do resultado das entrevistas, podemos salientar que o Comando Especial de Fronteira do 7º BIS possui um quadro de vizinhos heterogêneos. De fato, o discurso dos militares do EB é bastante securitizado em relação à Venezuela, em função das ameaças de instabilidade institucional (política e econômica) do governo Maduro. Mas é importante também notar que existe um real preconceito, manifestado pelas Forças de Segurança brasileiras, de que as suas homólogas venezuelanas sejam corruptas, o que impossibilitaria o estabelecimento de uma rede de confiança no setor de inteligência e uma maior cooperação na realização de atividades de fiscalização de um lado ou outro da fronteira (DHENIN, 2014).

Mais recentemente, a onda de migrantes em direção à capital (Boa Vista) reforçou a preocupação dos militares do EB, apesar do fechamento da fronteira terrestre entre os dois países, decidido pelo governo Maduro (PORTAL G1, 2016). Portanto, podemos concluir que existe uma real preocupação dos militares em relação ao possível desmoronamento do país e a crescente instabilidade geopolítica que poderia afetar a região.

Por outro lado, a fronteira que foi visitada com a Guiana apresenta sinais menores de securitização no discurso. Trata-se de uma fronteira com maior grau de interação e aberta para a área comercial e turística. Para os militares, as atividades de patrulhamento são rotineiras e a República da Guiana não representa uma ameaça no plano militar, pois representa de longe o menor orçamento do continente (SIPRI, 2016). É importante notar o elevado grau de

cooperação com o pessoal presente da ENAFRON, com um grande interesse em partilhar experiências de fiscalização.

Finalmente, um ponto de tensão que foi observado em Bonfim foi a fiscalização do EB nos territórios indígenas, que já foram alvos de disputas no passado, lembrando o famoso caso da demarcação da TI Raposa Serra do Sol. Mas essas tensões são geralmente resolvidas através da mediação das ONG e dos grupos indígenas com a Polícia Federal, a FUNAI e os órgãos especializados do EB (DHENIN, 2014).

Portanto, apesar da proximidade com algumas comunidades indígenas da etnia Macuxi, a presença de indígenas não preocupa os PEF que foram visitados naquela época. Na verdade, boa parte dos efetivos de soldados e cabos dos PEF é composta por locais, jovens que buscam uma renda considerada elevada (cerca de 1.200 a 1.300 reais), algo em torno do dobro do salário mínimo na época da entrevista (2014).

O EB se beneficia, portanto, da mão de obra local, que consegue se fixar na região fronteiriça em função dos vínculos familiares. A carreira militar possui certo prestígio na população, e atrai os jovens não diplomados. Somando com a possibilidade de estudar e de se formar, permite aceder até um nível diferenciado de renda em regiões consideradas as mais pobres e carentes do Estado.

O ESTUDO DE CASO DO PEF DO 4º BIS (ACRE)

Em 2013, foi realizada nossa primeira visita um Pelotão Especial de Fronteira, no município de Epitaciolândia, situado no estado do Acre. A visita foi possível através do financiamento da Universidade Paris III, do *Centre de Documentation des Amériques* (CREDA) e finalmente da nossa participação como pesquisador júnior do programa de pesquisa DURAMAZ (fase 2), entre 2011 e 2014. Assim, após a realização do trabalho investigativo durante duas semanas no PAE Chico Mendes, tivemos a possibilidade de conhecer o Comando de Fronteira, sede do Pelotão Especial de Fronteira. Fomos recebidos pelo Capitão L, que autorizou a entrevista (DHENIN, 2013b).

Tivemos também facilidades para agendar a entrevista com os contatos prévios obtidos na Escola de Comando do Estado-Maior do Exército (ECEME), situada no Rio de Janeiro, algo que facilitou os procedimentos burocráticos. Um pouco antes da entrevista, explicamos qual era o objetivo da tese de doutorado, isto é, conhecer a rotina do PEF, suas instalações, e finalmente começamos a realizar a entrevista. É necessário, num esforço de contextualização geográfica,

explicar que o PEF foi escolhido por ser de relativo fácil acesso, algo que também precisa ser levado em consideração e pode influenciar as percepções sobre a realidade presenciada.

A região do Alto Purus, com os PEF mais isolados é uma área conhecida pelos focos de febre amarela e naquela altura (verão amazônico de 2013), esse pesquisador não tinha realizado a profilaxia da malária necessária para poder visitar os PEF distantes e realizar entrevistas nessas áreas isoladas. Ainda assim, a visita foi frutífera, pois esse PEF atua numa área de alta densidade demográfica (região da fronteira entre o Brasil e a Bolívia), num contexto de interação socioeconômica bastante intensa em função da iniciativa MAP (Madre de Deus, Acre, Pando), que procura aproximar essas províncias para estimular diversos setores (comércio, saúde, educação). Ao finalizar a entrevista, optamos por visitar o PEF e pude ver que as condições de vida eram boas, uma vez que o PEF era equipado com uma pequena fazenda e beneficiava-se de todos os serviços públicos disponíveis nas cidades de Brasiléia, Etipaciolândia e Cobija, na Bolívia (DHENIN, 2013b).

Como já foi mencionado, o PEF do Comando de Fronteira do Acre visitado é bastante atípico, pois ele está localizado numa área geográfica que participa do dinamismo da iniciativa MAP (PEREIRA, 2007) Para os militares do EB, as missões são bem diferentes daquelas geralmente empregadas pelos demais PEF (DHENIN, 2013b) Portanto, é notável que o PEF interage bastante com a população local e presta até serviços para cidadãos estrangeiros, a grande maioria oriundos da Bolívia, por ter equipamentos de melhor qualidade, principalmente na área da saúde, de oferecer profissionais com boa capacitação e sobretudo oferecer esses serviços de forma gratuita para a população (DHENIN, 2013a).

Na cidade de Etipaciolândia, é importante notar a influência de Brasiléia e sua relação especial de cidade-gêmea com Cobija, situada na margem sul do rio Acre. Existe uma grande dinâmica com a fronteira (pelo menos em 2013, quando foi realizada a visita do PEF) em função do mercado boliviano, principalmente na área do comércio. É comum para os moradores e comerciantes de Rio Branco (capital) viajar até Cobija para realizar compras de mercadorias na Bolívia e depois abastecer as feiras da capital. Isso significa para o PEF uma atenção particular nas missões, uma vez que o contrabando de materiais ilícitos (mercadorias, drogas ilícitas), é bastante comum na região de tríplice fronteira.

Não foi constatada, após uma visita à sede da Polícia Nacional Boliviana (PNB), uma grande interação entre os dois países na área da cooperação ou mesmo no setor da inteligência. O Capitão L afirmou ter encontrado oficiais das FFAA vizinhas em visitas formais, mas que não existem protocolos de cooperação avançados com as FFAA da Bolívia

ou do Peru (DHENIN, 2013b). Apenas elas são avisadas quando o Brasil inicia suas megaoperações de repressão às chamadas “novas ameaças” de tipo Curare ou Ágata para evitar que as movimentações das FFAA brasileiras sejam confundidas com uma ameaça ou mesmo como um simples exercício.

A Bolívia que foi também visitada, do outro lado da fronteira, não possui PEF ou estruturas equivalentes, apenas uma base naval de pequena dimensão para patrulhar as margens do rio Acre, com a ajuda de pequenas lanchas. Algo marcante na hora da visita do lado boliviano foi o relativo desinteresse com as questões de segurança fronteiriça e a ausência de um projeto ou programa claro para as FFAA da Bolívia. Parecia que a PNB tinha naquela área mais atuação em função da criminalidade urbana em Cobija, ligada principalmente à vida noturna, ao tráfico local de drogas e mercadorias ilícitas (DHENIN, 2013b).

De acordo com as entrevistas realizadas com membros das Forças Armadas e das Forças de Segurança Pública, e em função do contexto peculiar do ano de 2013, a situação geopolítica era dominada pela questão migratória haitiana. Assim, a partir de 2010, com o episódio dramático do terremoto de terra no Haiti, houve um incremento muito significativo de imigrantes daquele país, procurando sair daquela ilha que estava praticamente toda destruída e seguir rumo em direção ao Brasil.

A escolha do Brasil como destino temporário deve-se, em grande medida, pelo fato de que as FFAA brasileiras estão, desde 2004, envolvidas na Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH). Portanto, o bom momento econômico no Brasil aliado à possibilidade de ganhar o estatuto de refugiado, com a ajuda do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) fez que grandes quantidades de migrantes haitianos, a grande maioria homens solteiros, decidissem sair do país com destino ao Brasil, passando pelo Panamá, Colômbia, Peru e finalmente Brasília. Esse caminho é realizado com a ajuda de coites (passadores) que ajudam os migrantes a atravessar ilegalmente as sucessivas fronteiras (THOMAZ, 2013).

Quando foi realizada a pesquisa em Brasília, na delegacia da Polícia Federal, estimava-se que em média havia 500 novos imigrantes que chegavam aos primeiros meses de 2013. Como eles ficavam algumas semanas às vezes para conseguir a documentação necessária para obter o estatuto de refugiado, não foi surpreendente observar *in situ* que as condições de acolhimento dos migrantes e dos refugiados fossem rapidamente insalubres. A tal ponto que foi necessário pedir a ajuda do Governo Federal para resolver o pagamento das “quentinhas”, que eram distribuídas no acampamento de fortuna (DHENIN, 2013c).

Por outro lado, criaram-se, na população de Brasiléia e Eпитaciolândia dois movimentos. Primeiro, houve um grande movimento para acolher os refugiados entre 2011 e 2013, e depois, houve alguns episódios de xenofobia por parte de moradores do município em função de distúrbios causados por determinados migrantes no acampamento (DHENIN, 2013c). O mesmo afirma que as entrevistas realizadas no acampamento mostravam a grande vulnerabilidade das mulheres (solteiras) e jovens adolescentes, e também de algumas (raras) crianças, que estavam no acampamento situado no ginásio abandonado e totalmente improvisado (DHENIN, 2013c).

Para as FFAA, a situação migratória dos haitianos (principal grupo de migrantes na região) preocupou bastante o Capitão L (DHENIN, 2013b). Outro aspecto, que tem a ver com a atuação das Forças Armadas na faixa de fronteira são as missões do EB e a possibilidade de atuar com o poder de polícia. Naquela época, foi ainda o início das operações interagências (BRASIL, 2012c) e não havia um grande entrosamento com as demais forças civis (estaduais e federais). Portanto, havia até certo receio por parte dos oficiais do EB em participar nas operações sem haver uma capacitação efetiva dos pessoais que atuariam de maneira ostensiva na fronteira. Mas as missões foram realizadas, incentivadas pelo lançamento da ENAFRON em 2011. Para o EB, nas missões rotineiras, foi estabelecida também na área de responsabilidade do PEF a luta contra o narcotráfico. Apesar de ser uma fronteira seca, a parte sul do Estado do Acre é de difícil acesso, e relativamente perto de grandes centros de consumo como Rio Branco e o Estado de Rondônia (DHENIN, 2013b).

Portanto, para o EB e o PEF, as rotas do narcotráfico são partes das áreas de responsabilidades do EB, e muitas vezes, são realizadas apreensões significativas de drogas ilícitas. Para os oficiais do EB, ficou nítido o aumento da atuação nessa área, obrigando uma maior cooperação com a PF e também os setores de inteligência das PF e da PM, principalmente com a criminalidade comum decorrente do tráfico local de drogas (DHENIN, 2013b). A região de Brasiléia e Eпитaciolândia é bastante marcada pela dinâmica com a cidade de Cobija e não é surpreendente as operações realizadas no rio Acre, realizada de forma ostensiva para mostrar a presença das FFAA brasileiras na região, e particularmente o EB. Uma queixa bastante comum no discurso dos militares do Exército é a sensação de que esse trabalho não estaria sendo realizado de maneira tão zelosa pelas autoridades bolivianas, algo que facilitaria a entrada e saída de materiais ilícitos, e resultaria em prisões que não necessariamente seriam realizadas em função das assimetrias existentes entre o Brasil e a Bolívia na área judiciária (GIMENEZ, 2015).

A fronteira entre o Brasil e a Bolívia, na região de Brasiléia e Cobija é marcada por determinadas especificidades. Como foi afirmado anteriormente, trata-se de uma fronteira atípica para atuação do PEF em função da densidade demográfica. Portanto, observamos um fenômeno de “policialização” das Forças Armadas nesse setor, com uma grande atuação com as demais Forças de Segurança Pública. É também importante significar que o Peru possui uma influência relativa, com as cidades gêmeas de Assis Brasil e Iñapari, que marcam o início da estrada Interoceânica no Brasil, grande corredor comercial para a exportação de *commodities* entre Santos, SP e Lima, no Peru. (DHENIN, 2015).

Mas essa fronteira não foi visitada, apesar de fazer parte da dinâmica da região MAP (Madre de Deus, Acre, Pando). Para o EB, durante as visitas foram reforçadas as preocupações com a situação migratória (durante o contexto de crise em 2013) e também com a necessidade de fiscalização da BR-174, eixo principal da região e também corredor conhecido de mercadorias ilícitas (drogas e contrabando) para os mercados de consumidores do Sudeste (São Paulo, Rio e Belo Horizonte). É também importante salientar que o EB atua em todo o Estado do Acre visto que todos os municípios estão situados na faixa de fronteira.

Essa especificidade leva o EB e as demais FFAA em ter uma grande responsabilidade no campo de segurança, principalmente no norte do Estado. Em 2013, os estados da Faixa de Fronteira estavam começando a receber os equipamentos da ENAFRON. Foi importante também a integração do SISFRON, a partir de 2012, mas como o sistema teve cortes, foi decidido pelo Comandante Militar do Exército, o general Villas-Bôas, de concentrar todos os esforços na área de Dourados, MS, no Comando Militar do Oeste (CMO).

Finalmente, as entrevistas mostraram que os militares do EB consideravam o PEF de Epitaciolândia bastante agradável, por beneficiar de boa estrutura física e também de serviços próximos (no setor urbano). Esse aspecto é bastante importante, de acordo com o Capitão L para motivar as tropas no dia-a-dia e manter sua atenção constante.

Portanto, a partir das experiências de campo presenciadas em 2013 e 2014, podemos afirmar que os contextos de tri-fronteira do Acre e de Roraima, embora tenha semelhanças em função dos efetivos disponibilizados pelo EB (PEF e Comando Especial de Fronteira), possuem dinâmicas territoriais específicas, com alto dinamismo que podem fazer-nos questionar a pertinência do atual modelo de presença da faixa de fronteira.

A TRANSFORMAÇÃO DO MODELO DE PRESENÇA DOS PEF

A partir dos estudos de casos apresentados na parte anterior, podemos questionar o modelo de presença e analisar os eventuais limites do EB perante o atual contexto econômico. Em primeiro lugar, é necessário lembrar que o Programa Amazônia Protegida, desde 2014, foi reconfigurado em função da reorientação estratégica decidida pelo Comando Militar da Amazônia (DHENIN, 2016). De fato, um dos grandes problemas que acabou condicionando a manutenção dos PEF na faixa de fronteira é o grande desafio logístico que o EB deve enfrentar (MIRANDA, 2012; DHENIN, 2012). Por essa razão, em 2013, o EB optou por dividir o CMA, criando o Comando Militar do Norte (CMN). Desde então, o CMA abrange a parte ocidental da Amazônia, como podemos abaixo:

Durante as entrevistas realizadas nos PEF das 8ª e 12ª Regiões Militares (RM), os tenentes evidenciaram, ao longo das entrevistas e com razão, dois principais desafios para a atuação dos PEF na faixa de fronteira. Em primeiro lugar, a questão do tamanho dos efetivos (considerados baixos) limita o alcance das missões. Em função da sua estrutura precária, o PEF deve priorizar a sua manutenção e assegurar as suas necessidades.

Portanto, nos PEF mais isolados, são frequentes os relatos de oficiais explicando que o PEF não foi abastecido por razões logísticas. Durante as estadias, interpretamos esse discurso como sendo parte da capacidade, segundo oficiais do EB, dos PEF e de seus membros em ser capaz de desafiar a natureza e as condições de grande adversidade dos soldados (DHENIN, 2013b; 2014).

Assim, a imagem e o mito do “guerreiro da selva” é bastante presente nos documentos e discursos produzidos pelo EB (PORTAL G1, 2013). Abordar a questão da dificuldade da vida no PEF é importante para pensar a legitimidade da presença de unidades na faixa de fronteira. Os entrevistados, nos PEF do Acre e de Roraima, reconhecem a importância de uma estrutura de qualidade, particularmente para os familiares (esposas e filhos) que acompanham também os oficiais e sargentos que se voluntariam para ficar nos PEF. Os demais soldados e cabos costumam serem jovens moradores da região ou do Estado.

Diante das condições precárias nas quais os oficiais e soldados do EB lotados nos PEF isolados vivem, isso pode acabar levando para outros problemas mais graves, e, em certos casos, considerados tabu, como o suicídio e a deserção (FOLHA BOA VISTA, 2015). Para o comandante responsável do PEF (isolado), é muito importante, para não dizer imprescindível guardar o moral da tropa, que evolui durante longos períodos na lógica “vida – combate -

trabalho”, de forma bastante isolada. Logo, é importante ressaltar que a mobilidade para um PEF é central, para não dizer essencial para realizar suas missões.

Essa mobilidade envolve diversas dimensões: podemos pensar na possibilidade para o tenente de enviar um grupo fazer um patrulhamento a pé, de bote ou de caminhão, quando o material tiver pronto. De acordo com as entrevistas realizadas (DHENIN, 2013b; 2014) são frequentes os casos onde os veículos não estão disponíveis para seu devido uso. Podemos aqui falar do exemplo do PEF de Bonfim, que enviou uma peça para conserto em Manaus, AM e ainda esperava o seu retorno, para reposicionamento no caminhão da unidade, e possibilitar um patrulhamento em áreas afastadas geograficamente do PEF.

Por ser uma estrutura social complexa, o EB possui uma burocracia própria e exigente, que freia bastante a compra de material não planejada, de acordo com os oficiais. Essas dificuldades são percebidas pelos oficiais comandantes dos PEF e em certas ocasiões, é preciso buscar outros caminhos informais (solidariedade, ajuda de outros órgãos do Estado), para conseguir resolver essas questões que fogem das missões principais a serem desenvolvidas.

Assim, o problema dos equipamentos e da sua logística é bastante enfatizado pelos militares dos PEF, seja no Acre ou em Roraima. O tipo de missão também é abordado pelos entrevistados, que mostram certo desânimo retratando o patrulhamento a pé, nas áreas de responsabilidades dos PEF, pois muitas vezes existe pouca movimentação.

Um dos aspectos importantes abordado pelos oficiais ao longo das entrevistas é a resiliência e a capacidade do PEF em enfrentar esse tipo de dificuldades (queda de energia, escassez de alimentos ou isolamento importante). Como o PEF é composto por oficiais voluntários, existe uma capacidade de manter as atividades, mas quando funções básicas não são cumpridas, isso pode levar a um questionamento do sentido da presença (DHENIN, 2013b). Os PEF foram implantados por uma política que oferece apoio do EB aos seus membros, através do Programa Apoio Amazônia do EB (DHENIN, 2013b).

De fato, para financiar as megaoperações e garantir o seu sucesso nas apreensões (drogas ilícitas, mercadorias, veículos roubados) é preciso que não haja operações frequentes, o que levaria a pequenas apreensões e, portanto, o efeito seria bastante relativizado. Assim, para os tenentes dos PEF, um dos aspectos centrais é a questão da motivação das tropas. Mas existem dois problemas que podem, em certa medida, acabando impactar o trabalho dos soldados nos PEF. Em primeiro lugar, para os PEF mais isolados, o risco de tédio, por conta da ausência de “novas ameaças”, e começar em patrulhar mais e “buscar” o contato contra grupos de indivíduos que possam representar para o EB, no exercício do seu poder de polícia,

uma ameaça tangível. Aqui, pensamos na possibilidade de enfrentamento com garimpeiros armados, mas, sobretudo com grupos armados de narcotraficantes (NASCIMENTO, 2006).

Portanto, o fenômeno da policialização dos PEF na faixa de fronteira está cada vez mais claro, uma vez que pode, para os oficiais do EB, solucionar dois problemas: primeiro, resolver a questão do tédio e oferecer um sentido de atuação para os militares do PEF, e segundo, securitizando a fronteira, exigir mais recursos por parte do Ministério da Defesa, atrelando os problemas de drogas e violência nos grandes centros urbanos com o “vazio de securitário” observado. Daí a capacidade do EB de produzir uma narrativa capaz de satisfazer os seus interesses (modernização de equipamentos, meios tecnológicos e aumento da presença militar) e também satisfazer as demandas da opinião pública, que considera, erradamente, que as fronteiras do Brasil são vazias e não são vigiadas (DHENIN, 2012).

É também importante aqui enfatizar a iniciativa ENAFRON para chamar a atenção que o Ministério da Justiça, ao lançar o Plano Estratégico de Fronteiras em 2011, foi capaz de sensibilizar o governo federal (na era Lula e Dilma) para a importância de aumentar a presença do Estado na região da fronteira (BRASIL, 2011). A atuação dos efetivos do EB nos PEF fica em grande medida contingenciada pelo tamanho das áreas de responsabilidade de cada pelotão.

A pesquisa mostrou que existe uma distância média que separa os dois PEF na faixa de fronteira em torno de 350 a 400 quilômetros. A criação dos destacamentos de fronteiras, mais móveis que um PEF pode ser uma solução. Na prática, observamos incentivado pelo Plano Estratégico de Fronteiras, lançado em 2011, um aumento em paralelo de grupos da PM e da PC especializados de fronteira, nos moldes das iniciativas que foram lançadas no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul e no Paraná (FRANÇA, 2016).

Argumentamos que a ENAFRON foi para o EB um estímulo para organizar um projeto integrado com os demais existentes (Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, Programa Rondon, Programa Calha Norte), capaz de atender as demandas do EB na modernização dos equipamentos (BRASIL, 2009). O SISFRON buscou suprir esses pedidos, através da ciência e tecnologia, para conseguir monitorar e vigiar a fronteira terrestre do Brasil (17.000 quilômetros) e 11.000 quilômetros de fronteira na Amazônia.

Hoje, o sistema está em fase operacional numa faixa de 600 quilômetros, no Estado de Mato Grosso do Sul, na região de Dourados. O SISFRON é alvo de frequentes visitas por parte dos Ministros da Defesa do Brasil desde 2012. Em certa medida, e o SISFRON, por tratar de apostar

sua implantação, pode, por si só, começar a levar ao questionamento a mera existência dos PEF atuais, caso houver a efetivação do projeto ao longo da faixa de fronteira (LEITE, 2013).

É necessário lembrar também que o Programa Amazônia Protegida (PAP) foi abandonado em 2013 e a promessa dos 51 PEF não foi concretizada, assim como a modernização dos 28 já existentes (DHENIN, 2012). Assim, é legítimo se perguntar se o uso do SISFRON não sinaliza o fim dos PEF, no seu formato atual, consideradas unidades de pouco impacto, com grandes constrangimentos logísticos e, sobretudo, nos estados amazônicos, diante do dilema da presença com as Forças de Segurança Pública.

Assim, desde 2011, foram importantes os investimentos realizados pelo MJ na faixa de fronteira, o que levou à criação de novos batalhões especializados no estado do Acre (PEFRON). Alguns autores, como França (2016) argumentam a favor da criação de uma guarda federal especializada de fronteiras⁶, uma vez que percebemos que tanto as Forças de Segurança Pública como as Forças Armadas atuam em conjunto na faixa de fronteira, o que pode levar, em última instância, em tensões entre os diferentes órgãos federais.

Houve também a criação de destacamentos de patrulhamento de fronteiras por parte das polícias estaduais, como por exemplo, “o DOF no Estado do Mato Grosso do Sul. Justamente pela demanda acima referida, muitas unidades da Federação acabaram por empregar parte dos efetivos das polícias militares para realizar tarefas de fiscalização e controle das fronteiras” (FRANÇA, 2016, p. 8). Apesar dos avanços reais observados no caso do MS e também no Paraná, com a Companhia Independente do Policiamento de Operações de Fronteira (CIPOFron) da PMPR, ainda faltam recursos para que os Estados do Arco Norte possam conseguir desenvolver essas unidades especializadas nos batalhões estaduais.

A possibilidade de criação de uma Guarda de Fronteira no Brasil, a partir da iniciativa da Antônia Lúcia com a PEC 81/2011, responde pela necessidade no âmbito federal, segundo os elementos apresentados até aqui, de oferecer um trabalho constante e especializado no âmbito das forças de segurança pública do trabalho difícil de fiscalização das fronteiras. Um dos argumentos recorrentes é que a “multiplicação, sobreposição de métodos e de meios acaba desperdiçando efetivo e verbas públicas, mas nem sempre se obtendo, todavia, resultados melhores” (FRANÇA, 2016, p. 12). Um ponto que fortalece a proposta é a parte da autonomia jurídica de cada força, particularmente na questão de fronteiras. A complexidade

⁶ Sobre esse ponto, ver o Projeto de Emenda Constitucional 81/2011 altera o art. 144 da Constituição Federal para criar a Guarda de Fronteira, de autoria da deputada Antônia Lúcia do PSC-AC.

do arcabouço legislativo acabou freando as iniciativas para a realização de operações interagências (RAZA, 2012).

O contexto atual evidencia uma cooperação interagência forçada, uma vez que notamos que existe na prática a divisão de diversos órgãos das forças armadas e de segurança pública que resulta numa “atração parcial” nas fronteiras (FRANÇA, 2016, p. 13). Hoje, a Polícia Federal tem que assumir uma grande quantidade de atribuições, o que dificulta a manutenção de efetivos policiais nas fronteiras. Para França (2016, p. 13), a criação de uma Guarda de Fronteira responde à necessidade de racionalizar os meios disponíveis:

esta viabilidade advém das próprias carências demonstradas pelo modelo atual, o qual sequer poderia ser chamado de modelo pela falta de objetivos definidos a respeito de função de cada uma das forças componentes. Mesmo que se falte, como já citado neste trabalho, sobre multiplicidade descoordenada como método de emprego de forças de fiscalização e policiamento, não há como alcançar o status de modelo sem ao menos impedir que duas instituições acabem por atuar na nossa área, fazendo a mesma atividade, ou que, muito pior, outras com as mesmas atribuições que nada façam.

Portanto, apesar dos trâmites legislativos com a PEC 81/2011, parece que o Ministério da Justiça ainda está longe de criar uma nova entidade, em função das resistências internas de cada grupo envolvido (civis e militares) e o contexto atual de crise que contingência a criação de um amplo grupo de servidores federais. Mas é preciso também levar em consideração que países como os EUA ou a Federação Russa possuem forças especializadas federais que atuam com grande autonomia na faixa de fronteira.

UMA FORÇA LIMITADA PELA QUESTÃO ORÇAMENTÁRIA?

Um dos aspectos importantes dos PEF é a questão da manutenção dos mesmos. De acordo com os dados disponíveis no Portal da Transparência, o EB gastou em 2016, para o Comando de Fronteira Acre (4ºBIS), um total de R\$ 7.056.232,22, quando em 2011 o mesmo gastava R\$ 7.406.296,38. Houve, portanto uma diminuição de R\$ 350.000 entre 2011 e 2016. Houve um trabalho realizado a partir dos dados estatísticos para avaliar em que medida o discurso dos oficiais do estava afastada da realidade orçamentária, entre 2004 e 2016.

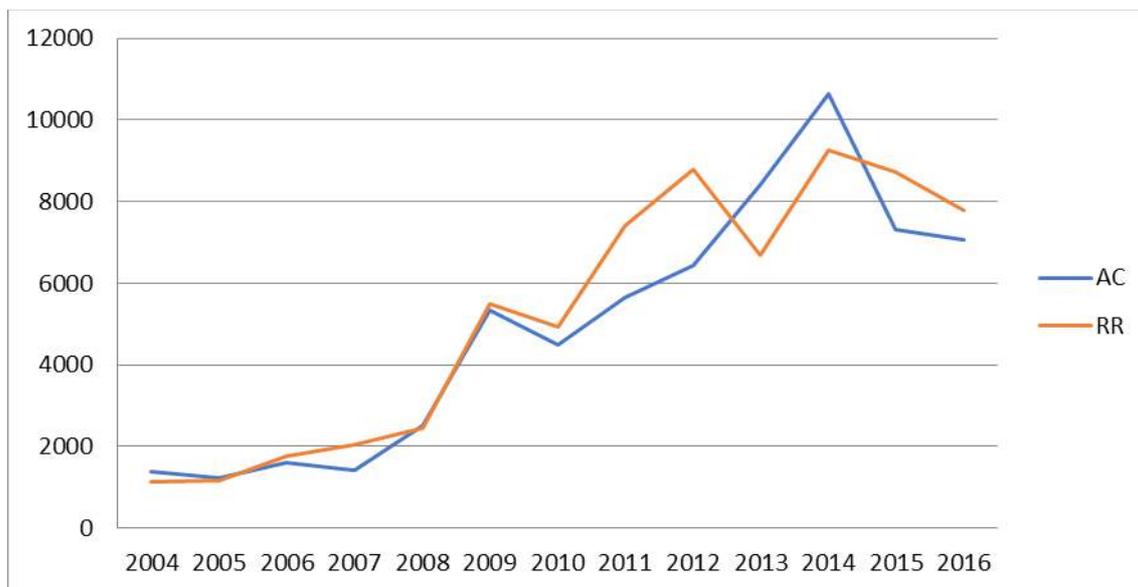


Gráfico 1 - Gastos (em milhares de reais) com os Comandos de Fronteira do 4º BIS (Acre) e do 7º BIS (Roraima) entre 2004 e 2016

Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal (2017). Elaboração própria.

Como podemos observar com os dados apresentados nos gráficos, os orçamentos dos Comandos de Fronteira do Acre e de Roraima tiveram as mesmas tendências quando observamos as curvas. Entre 2011 e 2014, houve nos Comandos um aumento significativo do orçamento, no estado do Acre. No que diz respeito ao estado de Roraima, podemos observar que a tendência é mantida. A partir de 2014, houve uma queda importante no orçamento, em função da grave crise institucional que atingiu o governo federal, levando ao processo de impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff.

É preciso salientar que a partir dos dados, não é possível negar que a queda importante dos recursos repassados pelo Comando do Exército ao Comando de Fronteira do Acre e ao Comando de Fronteira de Roraima (7ºBIS) não tenha repercussões sobre a qualidade do trabalho empregado. Os dados mostram a grande dificuldade para o Brasil em ajeitar suas contas públicas na área da Defesa em decorrência da grave crise institucional que ocorre que no país.

O aumento dos recursos dos CEF aproximou e consolidou a relação entre o EB e o Ministério da Justiça. Em função da multiplicação das operações interagências podemos concluir que existe uma relação forte entre de um lado o Comando do Exército, subordinado ao Ministério da Defesa e do outro, a SENASP, que desenvolve seus programas através da ENAFRON. Portanto, é importante ressaltar que a multiplicação das missões de policiamento da fronteira terrestre, num contexto de redução dos orçamentos (ver elementos apresentados anteriormente) pode fragilizar a estratégia do Comando do Exército. De fato, é significativa a

participação nas missões de cooperação interagência, mas o uso das FFAA, pelo Executivo tem sido bastante regular, sem que houvesse necessariamente o apoio técnico/financeiro e/ou logístico para o EB (ARRUDA, 2007).

Como podemos observar nos dados apresentados, houve uma redução importante dos orçamentos. Tomamos como exemplo os dois Comandos de Fronteira que foram visitados, mas é preciso lembrar que se trata de uma tendência na maioria das unidades que operacionalizam ou trabalham na fronteira. Os cortes nas Forças Armadas e particularmente do General Villas-Bôas, é que o EB continuará mantendo suas prerrogativas constitucionais, apesar do chamado “ajuste fiscal” decidido durante a gestão Dilma Rousseff e que teve sua continuidade garantida na gestão de Michel Temer (VAZ, 2014).

Argumentamos que a multiplicação das operações e aliado ao desenvolvimento de grandes projetos estruturantes para o EB (COBRA, SISFRON, etc.) pode levar a um desequilíbrio orçamentário importante, uma vez que o problema de arrecadação não parece ter sido resolvido em médio prazo. Assim, é importante levar em conta esses aspectos porque contrariam o discurso de que as missões do EB na faixa de fronteira não serão afetadas.

Para entender a transformação do quadro atual para o EB, é desejável analisar as perspectivas passadas, na época do lançamento da segunda versão da END, quando o PAP, ainda tinha força para desenvolver um projeto de aumento da presença do EB na fronteira (DHENIN, 2012). Essa reconfiguração do projeto foi central, segundo a entrevista realizada com o general R1 Franklimberg Ribeiro de Freitas, para que o PAP fosse transformado, e aumentar a ênfase no SISFRON (DHENIN, 2016).

De acordo com Miranda: “os PEF são, dessa forma, nas palavras do ex-ministro da Defesa Nelson Jobim (2009), a “ponta de lança” a “celular de vigilância” de um sistema de Defesa e de proteção da Amazônia, baseado na END, adaptando-se à realidade da região e tendo por base a estratégia de resistência” (MIRANDA, 2012, p. 130). De 2009 até 2016, houve uma grande mudança na orientação das prioridades estratégicas do EB para a Amazônia.

De 2008 até 2012, o PAP – Programa Amazônia Protegida foi lançado com a intenção de modernizar os PEF existentes e passar de 27 para 51. Porém, de 2013 até 2016, houve uma série de decisões que foram tomadas pelo Comando do Exército que tiveram uma grande repercussão sobre a projeção da Amazônia no bojo das prioridades do EB. Portanto, é importante levar em consideração o SISFRON, que pretende fortalecer o monitoramento e a vigilância na faixa de fronteira.

Paradoxalmente, sua implantação está sendo realizada na região Centro-Oeste, bem longe da região amazônica. Em função do custo de desenvolvimento e da frequência dos ilícitos na região do Arco Central (divisa com o Paraguai), foi decidido pelo reforço dos elementos já implantados em Dourados, MS com os meios que tinham sido disponibilizados no estado de Rondônia. O objetivo anunciado foi de concentrar os esforços numa faixa de fronteira de 600 quilômetros para concentrar os avanços no projeto SISFRON e consolidar o programa (DHENIN, 2016).

Mas do outro lado, sem o PAP, a retirada do SISFRON da área amazônica e a redução dos orçamentos de fronteira observada no Portal de Transparência, é difícil conseguir ser otimista em relação à capacidade do EB em garantir suas missões, apesar do tom positivo, através de sua assessoria de comunicação e nos discursos produzidos pelos oficiais do EB. A entrevista do General Franklimberg Ribeiro de Freitas foi realizada na sala do Comando Militar da Amazônia em Manaus, Amazonas. O general é atualmente Assessor de Assuntos Institucionais para o Comando. O objetivo da entrevista foi atualizar os dados disponíveis sobre o PAP, o SISFRON e os demais programas que estão envolvidos na faixa de fronteira (PROTEGER, PCN). O encontro foi cordial, porém curto, disponibilizando apenas 30 minutos para debater essas questões, no próprio escritório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a fronteira amazônica foi, ao longo do tempo, alvo de uma sucessiva securitização, com o movimento contínuo de criação de Pelotões Especiais de Fronteira. Assim, é possível questionar a razão pelo qual o EB construiu esses PEF, como mencionado anteriormente. A partir da década de 1990, houve uma queda importante da construção dos PEF na faixa de fronteira. Um dos motivos foi a criação de um processo de integração dos países que foi intensificado na década de 2000.

Os efeitos da criação da CASA, e depois da UNASUL obrigaram os países da área (região da faixa de fronteira) em criar mecanismos institucionais capazes de estabelecer uma relação de confiança e duradoura. A aposta da IIRSA, e depois do COSIPLAN foi justamente essa: uma visão liberal das relações comerciais, na qual o livre-comércio e a troca de mercadorias são essenciais, e que foi disseminada ao longo da década. Concomitantemente, a pasta da Defesa também foi reforçada na UNASUL, com a criação do Conselho sul-americano de Defesa, em 2008.

Todos esses processos de integração das áreas obrigam os Estados em colaborar, e, sobretudo abrir mão, relativamente de parte da sua soberania rígida, na medida em que os fluxos de bens e pessoas devem ser liberados para que esse novo espaço aberto possa realmente atingir seus objetivos.

Portanto, entre 2008 e 2015, os países dos blocos regionais (ALBA, ALCA, MERCOSUL) aumentaram consideravelmente os indícios de confiança recíproca, o que de certa forma começou a dificultar a justificativa em torno da necessidade de securitizar e militarizar as fronteiras, evidenciando assim uma falta de confiança com os parceiros fronteiriços do Brasil.

Assim, para o EB, existe uma dificuldade em justificar sua presença numa área onde a integração neoliberal dos fluxos comerciais e econômicos obriga também a necessidade da presença de um Estado-Burocrático capaz de garantir sua soberania. Um bom exemplo dessa lógica são os trabalhos realizados pelo PPGEEI da UFRGS, que comparou as diferenças das dinâmicas territoriais, entre o Sul (Arco Sul) do Brasil, na fronteira como a Argentina e o Uruguai e o Norte do país (fronteira Brasil-França e Guiana Francesa, e também no Amapá).

A fronteira, de fácil acesso, é pouco militarizada (presença de alguns PEF), mas existe também uma grande diversidade de outros órgãos do Estado (civis) como, por exemplo, grupos especializados da PM e também efetivos da PF e da PRF. Essas áreas, diferente da região Norte, possuem fronteira com alta densidade humana e também programas de cidades-gêmeas que incentivam a formação de CIF (Consórcio Internacional de Fronteira), modelo que busca a aproximação dos municípios da tríplice fronteira, em prol de políticas de desenvolvimento para os moradores da região, independente da sua nacionalidade e/ou país de origem.

Cenário bem diferente daquele encontrado nos campos de pesquisa, onde as soluções são antes de tudo nacionais, com exceção de iniciativa MAP, mas que possuiu uma escala muito larga para satisfazer as demandas locais (PEREIRA, 2007). Em última instância, as FFAA e o EB encontram um espaço de atuação quando não há presença de entes estaduais, mas também, como vimos nas diversas entrevistas realizadas nesse trabalho, com os oficiais responsáveis dos PEF queixam-se da ausência do Estado, não pelo trabalho, mas, sobretudo pelo desconforto causado pelos moradores e também para suas famílias.

Diante desse cenário em mutação, o EB começou a adaptar a sua estratégia, com a multiplicação das operações permanentes e a reorganização do SISFRON, consolidado no Arco Central. Portanto, o modelo do PEF deve evoluir nos próximos anos e nas próximas décadas em função de dois níveis estratégicos. Em primeiro lugar, a manutenção dos PEF e a

capacidade de implantar missões de monitoramento/controlado das áreas de responsabilidade dependem dos recursos do Comando do Exército para tal. Sem esses recursos, o trabalho do PEF é apenas simbólico, limitado pelas contingências orçamentárias e logísticas na realização do seu trabalho (com a ajuda de um abono salarial) está sendo debatido no CMA e no CMN. Sem eles, a necessidade dos PEF não seria tão evidente, para uma população que, nas áreas de maior concentração humana, identifica os civis como responsáveis dessas áreas.

Porém, a evolução recente do quadro geopolítico nas regiões dos três Arcos pode também justificar a manutenção de efetivos militares na faixa de fronteira. Assim, desde 2012, observamos que os países do subcontinente abraçaram partidos políticos conservadores (caso do Paraguai, da Argentina, da Colômbia, do Brasil) e países estão em crises (Venezuela, Bolívia, Equador), o que participa no aumento do grau de incerteza e confiança entre os diversos parceiros. Crises migratórias, ausência do Estado ou colapso relativo são motivos de preocupação para os oficiais do EB, em direta conexão com o Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Assim, os PEF e a necessidade de securitizar a fronteira ganhara cada vez mais espaço numa região que busca reforçar o controle fronteiriço (como no caso do presidente argentino Mauricio Macri) e que também oferece grande insegurança institucional para o governo brasileiro (Venezuela).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, J. R. **O uso político das Forças Armadas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BRASIL. **IP 72-20: O Batalhão de Infantaria de Selva**. Ministério do Exército – Estado Maior do Exército. Brasília: Ministério do Exército, 1997.

_____. **Glossário das Forças Armadas**. Brasília: Ministério da Defesa, 2007.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Imprensa Nacional, 2008

_____. **Palestra do Exmo Sr. Ministro de Estado da Defesa Dr. Nelson Jobim**. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Subcomissão Permanente da Amazônia. Brasília: Ministério da Defesa, 2009

_____. Decreto n. 7.496 de 08 de junho de 2011. **Institui o Plano Estratégico de Fronteiras**. Brasília: Imprensa Nacional, 2011.

_____. Portaria n. 134 do Estado-Maior do Exército Brasileiro, de 10 de setembro de 2012. **Implantar o Escritório de Projetos do Exército**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

DHENIN, M. P. P. **Transformações do Exército Brasil na faixa de fronteira**: a atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira no Estado do Acre e no Estado de Roraima (1985-2016). Tese de Doutorado em Ciência Política. Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, 2017.

_____. Presença ou ocupação na faixa de fronteira? O dilema dos pelotões especiais de fronteira no combate contra as novas ameaças. In: **Anais do VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**, Niterói: Anais do ENABED, 2012.

_____. Do SIPAM ao SISFRON: a questão da segurança da faixa de fronteira na doutrina militar brasileira. In: Durbens Martins Nascimento e Jadson Luís Rebelo Porto. (Org.). **Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa e segurança da Amazônia**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2013a.

_____. **Entrevista de pesquisa com o Capitão L**. Realizada no dia 27 de julho de 2013, no Comando Especial de Fronteira, em Epitaciolândia, AC, 2013b. Disponível em anexos.

_____. **Entrevista de pesquisa com Damião Borges**. Realizada no dia 29 de julho de 2013, no acampamento de refugiados, em Brasiléia, AC, 2013c. Disponível em anexos.

_____. **Entrevista de pesquisa com o Tenente A**. Realizada no dia 01 de agosto de 2014, no 2º Pelotão Especial de Fronteira, em Normandia, RR, 2014. Disponível em anexos.

_____. La importancia estratégica de la carretera transoceánica en la Amazonía. In: GUEVARA, G. S. (Org.). **Geopolítica Latinoamericana: nuevos enfoques y temáticas**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, v.1, p. 87-118, 2015.

_____. **Entrevista de pesquisa com o Policial Civil José Camilo da Silva**. Realizada no dia 14 de junho de 2016, na Secretaria Nacional de Segurança Pública, em Brasília, DF. Disponível em anexos.

_____. **Entrevista de pesquisa com o General de Brigada R1 Franklimberg de Freitas**. Realizada no dia 17 de junho de 2016, no Comando Militar da Amazônia, em Manaus, AM, 2016. Disponível em anexos

FRANÇA, R. F. Por uma nova gestão de fronteiras no Brasil: riscos e desafios. In: **Anais do IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**. Florianópolis, 2016.

FRANCO, C. E. S. **O apoio do Exército na defesa civil**. Rio de Janeiro: ECEME, 1998.

GIMENEZ, H. M. **Defesa nacional, segurança pública e relações internacionais: uma análise sobre a fronteira Bolívia – Brasil (2005-2014)**. Tese de Doutorado do Programa de

Pós-graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2015.

LEITE, A. P. **O Projeto Piloto do Sistema Integrado do Monitoramento de Fronteiras: Concepção e Situação Atual**. Trabalho de Conclusão de Curso (CAEPE) da Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 2013.

MARQUES, A. A. **Amazônia e pensamento militar**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.

MIRANDA, W. D.; NASCIMENTO, D. M. A Defesa Nacional e a proteção da Amazônia: a Estratégia Nacional de Defesa e o Plano Amazônia Protegida. In: **Anais** do VI Encontro Nacional da Anppas. Belém: Ed. ANPPAS, p.1-20, 2012.

NASCIMENTO, D. **A Guerrilha do Araguaia**: “paulistas” e militares na Amazônia. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém. 2000.

NASCIMENTO, D. **Projeto Calha Norte**: Política de defesa nacional e segurança hemisférica na governança contemporânea. Belém, Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2006.

PEREIRA, M. R. S. **Iniciativa MAP**: Um emergente movimento transfronteiriço e sua gestão no desenvolvimento sustentável na região da Amazônia sul ocidental. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2007.

RAZA, S. Cooperação interagências: Porque e como funciona um estudo de modelos organizacionais nas Relações Internacionais? In: **Brazilian Journal of International Relations**. Marília: Ed. UNESP, v.1, n.1, p.7-37, 2012.

SIPRI – STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **Military Expenditure Database**. Estocolmo: Ed. SIPRI, 2016.

THOMAZ, D. Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas. In: **Primeiros Estudos**. São Paulo: Ed. USP, n.4, p. 131-143, 2013.

URT, J. N. A lógica da construção de confiança: Relações Brasil-Suriname entre 1975 e 1985. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Ed. IBRI, v.53, n.2, p. 70-87, 2010.

VAZ, A. C. Perspectivas orçamentárias da Defesa em face da crise econômica atual. In: **Painel 4 “Análise dos conflitos atuais e questões de Defesa e Segurança para o Brasil”**. Rio de Janeiro: Ed. ECEME, p. 1-19, 2014.

NOTÍCIAS

PORTAL G1. **Soldados que defendem fronteiras da Amazônia vivem na “idade da pedra”**. Por Tahiane Stochero. Rio de Janeiro: Edição publicada no dia 09 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/12/soldados-que-defendem-fronteiras-da-amazonia-vivem-na-idade-da-pedra.html>

PORTAL G1. **Crise na Venezuela provoca corrida por alimentos na fronteira de Roraima**. Por Emily Costa. Boa Vista: Edição publicada no dia 18 de julho de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/07/crise-na-venezuela-provoca-corrida-por-alimentos-na-fronteira-de-roraima.html>

DEFESANET. **Exército Brasileiro e FANB no Monte Roraima**. Brasília. Edição publicada no dia 27 de abril de 2016. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/toa/noticia/22236/BR-VE---Exercito-Brasileiro-e-FANB-no-Monte-Roraima/>

FOLHA DE BOAVISTA. **Militares do PEFs ficam dois meses sem receber alimentos**. Por Alexandra Sampaio. Boa Vista: Edição publicada no dia 27 de agosto de 2015. Disponível em: <http://folhabv.com.br/noticia/Militares-do-PEFs-ficam-dois-meses-sem-receber-alimentos/9462>

A NATUREZA FRAGMENTADA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONFLITOS TERRITORIAIS NO AMAPÁ – BRASIL

*Roni Mayer Lomba
Alejandro Schweitzer*

INTRODUÇÃO

O Estado do Amapá, na Amazônia brasileira, é atualmente caracterizada por sua considerável área destinada à preservação. Em números totais isso representa mais de 70% de território considerando apenas as unidades de conservação, terras indígenas, quilombos e assentamentos agroextrativistas. Expandindo para áreas de reserva legal, terras de marinha e outros esse número é ainda maior, o que faz deste ente federativo, um dos mais “preservados” do país.

As áreas protegidas começam a ser pensado em âmbito local no final da década de 1970 e efetivado nas décadas seguintes, especialmente nos anos 80 e 90 do século XX. Fazem parte dos resultados de acordos internacionais assinados pelos países para reduzir a degradação do meio ambiente, preservar espécies da flora e fauna ameaçadas e reduzir a emissão de gases que provocam o efeito estufa.

A sociedade capitalista moderna se caracteriza pela transformação do espaço (e da natureza) em mercadorias. Os elementos desta natureza são concebidos como recursos (minerais, florestais e outros), transformados pelo trabalho humano e apropriados de forma desigual por meio da apropriação da mais valia (absoluta e relativa) na famosa relação de classe Capital X Trabalho do “O Capital” de Marx (1988).

Uma sociedade antagônica composta para capitalistas e trabalhadores não poderia existir sem intensos e apocalípticos conflitos. Para isso, a existência do Estado moderno burguês segundo Engels (1984) é fundamental para conter direta ou indiretamente o estado de coisas (minimizar os efeitos da luta de classes). O Estado se apresenta como um ente, acima de tudo e todos, com seus instrumentos de ordem/repressão (justiça, exército, polícia) garantindo a liberdade necessária para circulação e acumulação do capital, mas também, decorrente das pressões sociais será o agente responsável em promover garantia de bem-estar social e

ambiental, definir regras e leis que podem garantir alguma qualidade de vida maior comparado a gerações anteriores.

A criação de áreas protegidas parte a priori, das análises ambientais que apontam a crise do capital em relação a natureza/recurso numa sociedade de consumo global. A impossibilidade do crescimento econômico com base na pilhagem de um ambiente não renovável impõe um freio a expansão capitalista, a necessidade de repensar a produção e consumo assim como a geopolítica exercida pelos Estados. O contexto da criação de áreas protegidas nos coloca num questionamento sobre: “Preservar/proteger o que/de quem, para que/para quem?” “protegemos ou preservamos de nós/ou para nós”?

Consideramos pertinente a criação de áreas protegidas, não apenas no âmbito de análise do recorte territorial na concepção de “natureza intocada” na crítica de Diegues (2001), no qual são criados fragmentos (parques) de áreas de florestas, mares, rios e outros, mas essencialmente em repensar o modo de produção do espaço, não voltado a produção banal de mercadorias, mas sim, em um outro pensar/analisar a sociedade e território, para a sociedade, não somente para o capital. Fazendo essa primeira explanação, voltamos ao nosso objeto. Quais razões, situações e consequências possibilitaram a criação de áreas protegidas no Amapá? Parte de uma análise marxista sobre a produção do espaço e suas dinâmicas. Para tanto, compreendemos a construção histórica do Amapá, a definição das fronteiras, o destino/uso de seu território (pelo capital, Estado e sociedade) para enfim fazer a análise deste a partir de suas áreas de preservação, seus impactos e possibilidades.

O AMAPÁ: ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E PRESERVAÇÃO DA NATUREZA

O estado do Amapá se encontra localizado na região Norte do Brasil, com grande parte ao norte da Linha do Equador. Faz limite ao Sul e Oeste com o Estado do Pará, a Norte e Noroeste com a Guiana Francesa e Suriname, respectivamente, e a Leste como o Oceano Atlântico (PORTO, 2005; BRITO, 2010). Possui uma extensão territorial de 142.827,89 km², com 16 municípios, e uma população de 669.526 habitantes, sendo 89,8% urbana e 10,2% rural (IBGE, 2010).

A economia deste estado está baseada no extrativismo vegetal e na mineração. A agricultura é caracterizada pela produção de excedentes com trabalho familiar, enquanto a pecuária, pela criação extensiva de bubalinos e de gado vacum (LOMBA; SILVA, 2014). A

produção primária se apresenta insuficiente para atender a demanda local, o que acarreta na importação de produtos alimentares de outros estados (LIMA, 2005).

De forma sintética podemos tratar a historiografia do estado da seguinte maneira:

- Apropriação territorial (colônia) pela Espanha no século XVI fundindo com Portugal entre 1580-1640 (Coroa Ibérica). Espanha não efetiva ocupação da região que passa então a ser tomada pelos portugueses com construção de fortes e anexação;

- Disputas territoriais com Holanda e França que posteriormente vão efetivar colônias em antigas terras espanholas ao norte do continente sulamericano (Suriname pela Holanda e Guiana pela França). A disputa pelos limites territoriais teve um capítulo no Tratado de Utrecht em 1713, mas só foi efetivamente reconhecido a partir do Laudo de Berna em 1900. Em todo processo que percorre do século XVI a início do XX houve várias tentativas de consolidação da ocupação européia (sem sucesso) e brasileira, formando uma economia extrativa dispersa pautada na exploração de produtos da floresta valorizadas no mercado europeu (borracha, castanha e especiarias);

- Até 1943, o Amapá era parte do território paraense. O Presidente Getúlio Vargas toma a decisão de criar Territórios Federais em regiões de faixa de fronteira com histórico de conflitos. Em suma, efetivar a presença do estado brasileiro em regiões pouco povoadas, como o caso apresentado. Nessa etapa do povoamento são oferecidas condições e vantagens econômicas para grandes capitais se estabelecerem, como o caso da exploração mineral pela ICOMI (capital brasileiro e norteamericano) na década de 1950/60; agrícola, florestal e mineral para o Projeto Jari (capital norteamericano) além da abertura de fazendas para exploração extensiva da pecuária bubalina;

- Redemocratização do país, implantação de um nova constituição em 1988 e nela a extinção dos territórios federais existentes sendo transformados em estados federativos. Destacam-se portanto a estruturação do Estado com o poder executivo, judiciário e legislativo.

- Nas décadas de 1980, 1990 e 2000, o Amapá cujo território era pouco povoado, possuía grandes áreas de florestas e a terra ainda em grande parte era pública. Nelas puderam ser estabelecidas áreas protegidas tais como: as terras indígenas Uaçá (1992) e Waiãpi (1996).

reconhecendo o direito a terra dos povos tradicionais (GALLOIS ; GRUPONI, 2003).

- Em 1980 foram criadas as primeiras áreas de conservação de âmbito federal, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): o Parque Nacional do Cabo Orange e a Reserva Biológica do Lago Piratuba. Em 1981 é criada a Estação Ecológica

Maracá-Jipioca, em 1982 a Estação Ecológica do jari. Em 1989, a Floresta Nacional do Amapá, em 1990 a Reserva Extrativista do Rio Cajari e em 2002 o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Além destas, há outras 5 reservas particulares do patrimônio natural (RPPN): REVECON, Seringal Triunfo e Retiro Boa Esperança, Retiro Paraís e Aldeia Ekinox (BRITO, 2010).

- O Estado do Amapá criou suas áreas protegidas geridas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente: Reserva Biológica do Parazinho (1985), a Reserva Biológica da Fazendinha em 1984 (alterada para Área de Proteção ambiental em 2004), a Área de Proteção Ambiental do Curiaú em 1998, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (1997), a Floresta Estadual do Amapá (2006). Somam-se a essas as áreas de proteção municipais, sob gestão das secretarias de meio ambiente dos municípios: Parque Natural Municipal do Cancão (em Serra do Navio) e Reserva Extrativista Municipal Beija-Flor Brilho de Fogo (em Pedra Branca do Amapari) (BRITO, 2010).

- Somam-se a estas, os assentamentos rurais do Amapá criados no final da década de 1980 e 1990 em diante pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que dispõe de um total de 15,7% do território amapaense. Quase a totalidade dos mesmos encontram-se em áreas de floresta amazônica, o que impõe 80% de área de proteção (reserva legal). No Amapá temos o caso do Projeto de Assentamento Agroextrativista Maracá, de caráter muito próximo a reserva extrativista, que sozinho dispõe de 569.208 hectares (FILOCREÃO; SILVA, 2016).

- Os territórios quilombolas também se conformam como área protegida, são áreas ancestrais reivindicados por grupos quilombolas e geridos pelo INCRA. No Amapá são 32 áreas em processo de titulação, sendo 5 os territórios reconhecidos: Quilombo do Cúriau, Mel da Pedreira, Rosa, Cunani e Conceição do Macacoari (CAMPOS, 2018).

Assim, temos a seguinte configuração do território amapaense:

- As áreas protegidas como afirmamos, compreendem grande parte do território do Amapá. As áreas em branco no mapa representam as aquelas ainda não destinadas oficialmente. Desde sua criação, a classe política local reivindica a transferência das terras da jurisdição federal para estadual, cerca de 12% do território. Nessas áreas encontram-se territórios quilombolas que estão em fase de estudos, posses de terras, áreas de marinha (oficialmente também pertencentes a federação enquanto áreas de proteção) entre outros.

- O discurso da classe política local pelo repasse da jurisdição das terras está embasado na transformação do Amapá em um produtor de grãos para exportação pelo uso privado da terra. Tendo em vista sua localização estratégica para escoar mercadorias pelo porto de Santana, que detém 11 m de calado no rio Amazonas, tais terras podem ser utilizadas para produção de commodities. Porém inúmeras denúncias, trabalhos acadêmicos e publicações vem sendo realizadas sobre apropriação ilegal da terra (grilagem) sobre áreas quilombolas, posseiros entre outros (ESQUERDO, 2018 e CPT 2013, 2014, 2015, 2016).

- As áreas protegidas no Brasil são classificadas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000) pelo grau restrição de atividades humanas. São divididas em: Unidades de Proteção Integral que tem por objetivo a preservação sem a presença humana, permitindo apenas o uso indireto dos recursos (pesquisa científicas e em algumas o ecoturismo); Unidades de Uso Sustentável permite a exploração dos recursos ambientais renováveis com a manutenção das populações tradicionais que ali viviam antes da criação da unidade.

- No Amapá se caracterizam por Unidades de Proteção Integral: Parque Nacional do Cabo Orange, Reserva Biológica do Lago Piratuba, Estação Ecológica Maracá-Jipioca, Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Reserva Biológica do Parazinho e as 5 RPPNs citadas. Todas as outras áreas citadas anteriormente se enquadram no regime de Unidades de Uso Sustentável. As terras indígenas possuem autonomia de uso e preservação pelas respectivas populações tradicionais, porém são geridas pelo Estado a partir da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ou seja, as terras continuam públicas, assim como os territórios quilombolas que são geridas pelo INCRA (GALLOIS ; GRUPONI, 2003); INCRA, 2007).

MEIO AMBIENTE E GEOPOLÍTICA NA AMAZÔNIA E AMAPÁ: USOS E CONFLITOS DO TERRITÓRIO

Becker (2005), Martins (2009), Gonçalves (2001), Goldeintein e Seabra (1982), entre outros autores brasileiros, discutiram exaustivamente o uso e ocupação do território amazônico, a geopolítica e regionalização exercida. Por longo tempo (especialmente entre a segunda metade do século XIX e início do XX) a região esteve associada a exploração dos recursos naturais (borracha, castanhas, especiarias) voltados par ao mercado externo e com pouca integração regional interna. É nesse período que se estabelecem as burguesias políticas

e econômicas locais e a conformação de dois importantes centros urbanos regionais: Belém no estado do Pará e Manaus no estado do Amazonas.

Após a crise econômica internacional das exportações regionais, especialmente a borracha, a decadência econômica impera. Para reverter isso, o Estado brasileiro vai criar políticas de desenvolvimento regional de incentivos, e assim, no final da década de 1950 a Amazônia passa definitivamente a ser integrada ao mercado interno a partir da construção de rodovias, políticas de povoamento e incentivos a grandes projetos econômicos (minerais e agropecuários). Tratam-se das políticas desenvolvimentistas que iniciam no Governo Kubitschek e atravessam o período dominado pela ditadura militar (1964-1984). Visam dotar de infra-estrutura, especialmente rodovias que garantissem a circulação de pessoas e capital, formação de núcleos urbanos, projetos de colonização (reforma agrária), incentivos aos latifúndios e grandes empresas (minerais e agropecuárias) a partir de isenções fiscais, e transformação de Manaus em Zona Franca possibilitando a industrialização.

Os resultados, não podiam ser diferentes, foram catastróficos. Em termos ambientais elevou-se consideravelmente o desmatamento e ameaça de extinção da flora e fauna. Elevou-se o povoamento com a urbanização e o crescimento econômico, porém, aquém das expectativas. Em termos sociais, a Amazônia se torna a região com estrutura fundiária mais conflituosa do país, com grandes capitais envolvidos em grilagem de terras, exploração de trabalho análogo a escravidão (OLIVEIRA, 2007). Grupos indígenas foram eliminados ou confiados assim como populações diversas.

Nessa condição caótica e contraditória, movimentos sociais de luta pela terra ou território passaram incessantemente a disputarem o paradigma contra o grande capital, dessa vez aproveitando o cenário internacional mais favorável as causas dos povos tradicionais. A igreja católica amparada nas comissões (luta pela terra – CPT e indigenista missionário – CIMI) com a filosofia da teologia da libertação tem importante papel na organização e resistência desses povos. A presença de ONGs e toda atmosfera criada para preservação da natureza a partir da Conferência Mundial do Meio Ambiente em Estocolmo – 1972 forçaram o Estado brasileiro a reverem seus projetos de desenvolvimento (grande parte financiados com recursos do FMI e Banco Mundial).

A partir desse momento, o Estado é forçado a assinar protocolos que preveem a preservação de áreas de florestas, redução da emissão de gases de efeito estufa, garantir

território as populações tradicionais entre outros, como requisito inclusive para obtenção de empréstimos externos. Nesse contexto, que Becker (2005) vai denominar de “fronteira do capital natural”. Para a autora, a natureza é revalorizada sob dois aspectos: primeiro pela identidade civilizatória e cultura, que dá origem aos movimentos ambientalistas e segundo, pela lógica da acumulação, que percebe a natureza como recursos que deve ser mantido intacto para uso futuro. A figura 1 mapa a seguir demonstra a localização das áreas protegidas cujo destaque ocorre na região amazônica.

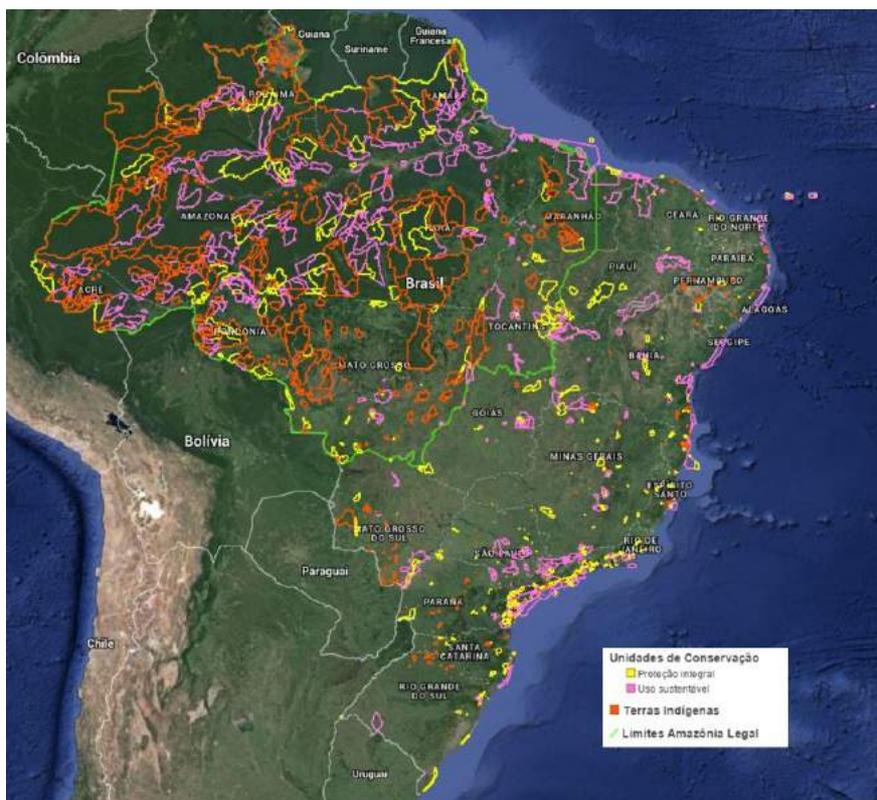


Figura 1: Unidades de Conservação no Brasil (adaptado de ISA, 2015)

Retomando o estudo de caso Amapá, podemos afirmar que a criação das áreas protegidas não garantiram efetivamente o controle absoluto do território. Inúmeras situações de conflitos se fazem presentes inclusive sérias ameaças a natureza e a sociedade envolvida. Segundo Conniff (2018), em artigo publicado no *Jornal Estadão* em parceria com o *The New York Times*, o número de novas áreas protegidas tem aumentado consideravelmente, ocupando quase 15% dos continentes e 5% dos oceanos.

A meta assinada pelos países signatários da Convenção para Diversidade Biológica é atingir 17% da superfície continental e 10% dos oceanos. A crítica é que, a criação delas não tem garantido necessariamente a preservação, ou seja, é um mito. Não se criam áreas de protegidas em detrimento a outras com ambientes mais sensíveis, porém de maior interesse econômico. O trabalho também afirma que países ricos como a Austrália permitiu a exploração de petróleo e gás em um parque marinho de elevado status de preservação.

Ou seja, em muitos casos, as áreas protegidas estão no papel e nos relatórios dos governos e confirma o que Becker (2005) afirmava sobre a transformação da natureza em reserva de valor.

GESTÃO E CONFLITOS NAS ÁREAS PROTEGIDAS NO AMAPÁ

No Amapá, muitas áreas protegidas encontram-se em processos de conflitos com populações que residem em áreas adjacentes, atividades ilegais como garimpo, a pecuária, desmatamento para fins madeireiros entre outros. A fragilidade que os órgãos gestores possuem em termos econômicos e quadro pessoal técnico alimentam a possibilidade de atividades clandestinas nos parques e outras áreas pela escassez de fiscalização. Há também fortes indícios de corrupção envolvendo órgãos públicos estaduais, com destaque recente ao Instituto de Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP) na concessão de licença ambiental para desmatamento e plantio de grãos de áreas de preservação estadual.

O Parque Nacional do Cabo Orange, criado em 1980 possui ainda moradores e atividades econômicas como a pecuária tendo em vista que sua área ainda possui 8% não regularizada em nome do Estado. Disso ocorre frequentemente incêndios e desmatamentos, coleta de ovos de tartaruga e garimpo. Outra atividade de grande impacto é a pesca industrial e predatória na costa marinha que margeia o parque.

Na área próxima ao mesmo foi detectado e leilado para a empresa francesa Total uma bloco na costa oceânica para exploração de petróleo. Com o descobrimento de vida marinha e recifes de corais na área de exploração, o Ministério Público Federal determinou que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) revogasse a licença ambiental impedindo o início das atividades. Pela proximidade ao parque, a exploração de petróleo, em caso de vazamento, poderia impactar diretamente o parque.

Segundo Brito (2010), o parque possui 619.000 hectares e apenas 3 profissionais capacitados para monitoramento.

As demais áreas protegidas sob gestão do ICMBio encontram em mesma situação, foram criadas em áreas com algum grau de antropização e com fortes pressões de atividades que já estavam sendo desenvolvidas internamente ou nas áreas adjacentes, o que interfere diretamente (incêndios provocados por atividades humanas, como abertura de áreas de roçados, pecuária bubalina com degradação dos recursos hídricos, contaminação da água e desmatamento por garimpos clandestinos, desmatamento ilegal para exploração madeireira, caça e pesca entre outros).

Aquelas que estão na condição de preservação permanente sofrem mais pressão, uma vez que deveriam estar submetidas a atividade de baixo impacto, como turismo e pesquisa. No Amapá, nas áreas federais, apenas o Parque do Tumucumaque, a Floresta Nacional e Parque do Cabo Orange possuem plano de manejo, os demais encontram-se em fase de construção (BRITO, 2010).

As áreas protegidas sob responsabilidade da SEMA, ou seja, do estado, enfrentam problemas até maiores. A FLOTA, uma área protegida para atividades de exploração sustentável, integra um corredor de biodiversidade que compõe o Parque do Tumucumaque e terras indígenas. Foi criada com fins de minimizar os impactos sobre as áreas de uso restrito. A FLOTA enfrenta problemas de diversas natureza que vão desde sobreposição com áreas de assentamento, licenciamento para exploração madeireira e até plantio de grãos. Há diversas denúncias sobre grilagem de terras (EULER, 2016).

Em 2017, o Governo Temer, causou indignação nacional e internacional com a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados – RENCA (Figura 2). Ela foi criada na década de 1980 no final dos governos militares, tratava-se de uma grande reserva mineral, que pouco conhecida pela sociedade, passou a ser objeto de intensos debates. A reserva está localizada sobre terras indígenas e outras áreas protegidas. Sua extinção e liberação para estudos e prospecção mineral foi um duro golpe ao discurso de preservação ambiental no país e estado. Decorrente a repercussão e de intensos protestos na sociedade local e comunidade internacional, o governo foi obrigado a recuar, recriando novamente a reserva. Eis a prova material que afirmava Becker (2005) ao afirmar que a Amazônia era a fronteira do capital natural?

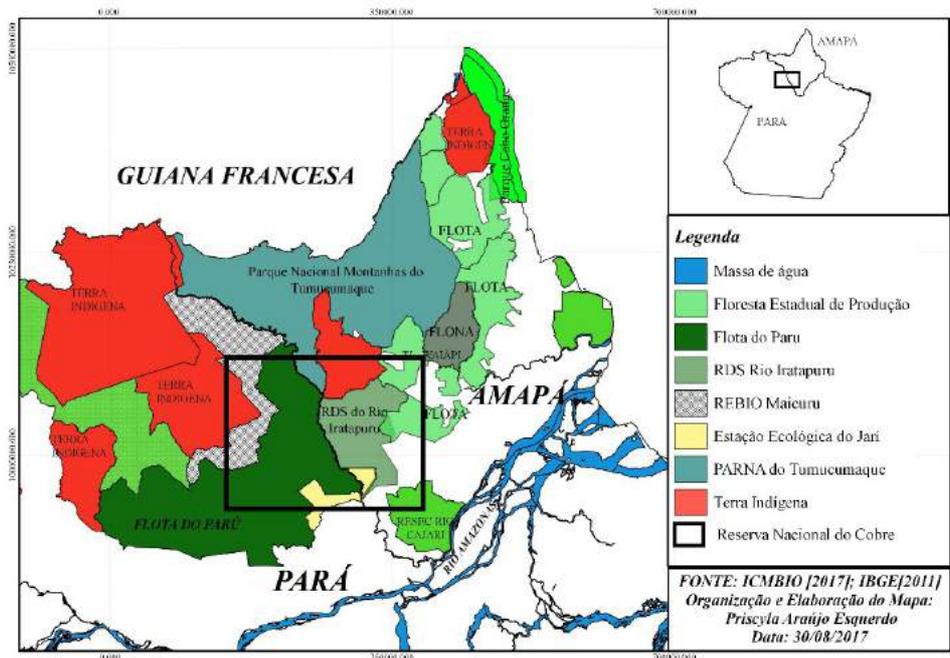


Figura 2 – Localização da RENCA.

Podemos afirmar que as áreas protegidas são um importante passo para uma nova gestão do território e uso dos recursos naturais, porém, a forma como foi ou está implementada retoma a discussão das “reservas de papel” no qual a gestão é pouco eficaz ou quase inexistente. Segundo Euler (2016) para haver de fato a conservação é necessário compor o tripé: regularização fundiária, plano de manejo e conselho gestor, ou seja, a participação da sociedade civil organizada na organização/gestão.

Ainda para Euler (op. cit.), segundo o Tribunal de Contas da União, em 2014, 85% das áreas protegidas da Amazônia apresentavam problemas quanto a regularização fundiária e apenas 61% possuem plano de manejo e assim se incluem as do Amapá. Assim é possível perceber o longo caminho a percorrer para uma gestão dos recursos naturais mais eficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessário, nessas considerações, responder (ou pelo menos tentar) o papel das áreas protegidas no Amapá. Afinal: “Preservar/proteger o que/de quem, para que/para quem?” “protegemos ou preservamos de nós/ou para nós?”.

O Estado brasileiro foi eficiente no sentido de criar áreas protegidas em um momento que a sociedade mundial pedia maior conservação e cuidados com a natureza. No entanto, a gestão as áreas protegidas a nosso ver ainda continuam vistas como recursos materiais para o futuro. O caso RENCA não deixa muitas dúvidas.

Portanto, uma sociedade que queira discutir a preservação do ambiente deve primeiramente construir os mecanismos para isso assim como cobrar para que seja respeitado a participação social. A ocupação direta nos conselhos gestores e na construção de um plano de manejo adequado é vital.

No Amapá, apesar do discurso generalista de anti-desenvolvimento que as áreas de proteção representam (por não permitir a exploração total da terra), inúmeras atividades, se bem geridas poderiam promover ganhos para a sociedade sem a degradação do ambiente. As atividades extrativas (coleta de produtos da floresta) vem ganhando destaque com agregação de valor. Produtos como castanha-do-brasil e seus subprodutos geram renda considerável para famílias, da mesma forma a cultura do açaí, agora inserido no mercado internacional obteve preços bastante elevados nos últimos anos. São produtos típicos da floresta, que só existem com um ambiente minimamente preservado.

Outra importante fonte econômica para o Amapá a ser aplicado nas áreas protegidas é o turismo sustentável (ecoturismo). Mesmo o Amapá estando localizado na Amazônia, com grau de preservação considerável e possibilidades únicas para tais atividades, ainda é explorado de forma rudimentar e sem apoio público ou interesse privado.

Além disso, a floresta amazônica ainda é pouco estudada, catalogada e pesquisada. Reconhecida mundialmente por suas riquezas naturais, poderiam as áreas protegidas receberem mais recursos do Estado e instituições de pesquisa para fins de geração de conhecimento e estudos sobre a capacidade genética da mesma, especialmente no ramo de medicamentos fármacos e cosméticos.

Na contramão disso, o poder público nos últimos anos vem incentivando atividades predatórias, como a produção de grãos via “pacote tecnológico” das empresas estrangeiras de sementes, venenos e comercialização, a exploração madeireira via “concessão florestal”, pela exploração hidrelétrica com a construção de represas além da atividade mineral, já tradicional na região.

A discussão sobre o papel das áreas protegidas não se esgotam numa análise de ordem geopolítica superficial como essa. Apesar dos inúmeros desafios futuros, entendemos que o

Amapá pode (ou poderia) se tornar uma referência para o desenvolvimento socioeconômico a partir da sua biodiversidade. Mesmo que pareça utópico, os modelos tradicionais de acumulação há tempos demonstram sinais de crise ou de superação. A produção de energia renovável (e sustentável) hoje já não deveria mais passar pela construção de novas hidrelétricas ou perfuração de novos poços de petróleo, mas sim pelo aproveitamento da radiação solar, energia eólica e biomassa.

A biodiversidade poderia gerar, com pesquisas, novos produtos farmacêuticos, cosméticos entre outros, com valor agregado. A revalorização da cultura tradicional, como produtos agrícolas e agroflorestais a partir do seu beneficiamento gerando contudo um outro mercado, não dominado pelo grande capital, mas sim, por uma sociedade realmente preocupada com bem-estar e qualidade de vida. Ou seja, pensar um outro mundo possível. Pensar as áreas protegidas portanto, deve ir muito além de meros recortes territoriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Presidência da República. **Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm

BRITO, D. M. C. **Conflitos socioambientais na gestão da unidade e conservação**: o caso da Reserva Biológica do Lago Piratuba/AP. 2010. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Para. 2010.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados 19 (53), 2005.

CAMPOS, R. Jr. A. **Modo de vida e territorialidade quilombola da comunidade Ressaca da Pedreira – AP**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá, 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil**. Centro de Documentações Dom Tomás Balduino. São Paulo: Expressão Popular, 2013 a 2016.

CONNIFF, R. O mito da área de proteção ambiental. **Jornal Estado de São Paulo**, The New York Times. (2018). <https://internacional.estadao.com.br/noticias/nytiw,o-mito-da-area-de-protecao-ambiental>. Acesso em 14/06/2018.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. a ed. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

EULLER, A. M. C. Floresta Estadual do Amapá: uma Unidade de Conservação sob ameaça. In: LOMBA, Roni Mayer; RANGEL, K. S. (Org.) ; SILVA, G. G. (Org.) ; SILVA, M. G. (Org.) . **Conflito, territorialidade e desenvolvimento**: algumas reflexões sobre o campo amapaense. vol 2. 1. ed. Macapá: Editora Universidade Federal do Amapá, 2016. v. 1. 226 p.

ESQUERDO, P. A. **Comunidade de Boa Vista da Pedreira**. Conflitos pela terra frente à expansão da fronteira agrícola. 2018. TCC (Graduação em Geografia). Universidade Federal do Amapá, 2018.

FILOCREÃO, A. S. M.; SILVA, I. C. A política de assentamentos rurais no Estado do Amapá. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 9, n. 3, p. 145-171, dez. 2016.

GALLOIS, D. T.; GRUPIONI, D. F. **Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará**: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam? IEPE, 2003.

GOLDENSTEIN, L; SEABRA, M. Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização. In: **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: USP-FFLCH, 1982. p.21-47. n.01.

GONÇALVES. C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acessado em: maio 2015.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Área incorporada ao programa nacional de reforma agrária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/9609>. Acesso: 30/01/2017.

ISA. 2015. **Mapa das unidades de conservação do Brasil**. Instituto Socioambiental - ISA. Disponível em <http://uc.socioambiental.org/mapa>, acessado em 01 de outubro de 2015.

LIMA, R. A. P. Agricultura camponesa e dinâmica de ocupação do Território no Estado do Amapá. In: PORTO, J. L. R. **Amapá**: aspectos de uma Geografia em construção. Macapá-AP: Jadson Porto, 2005. p. 35-57. (Série percepções do Amapá, volume 1).

LOMBA, R. M.; SILVA, I. C. **O crédito rural na agricultura familiar no estado do Amapá**. Informe Gepec, UNIOESTE, Campus Toledo, Cascavel - PR, v. 18, n. 2, p. 20-36. 2014. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/10478>>. Acessado em: maio 2015.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do Humano. São Paulo, Contexto: 2009.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política – Karl Marx; apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PORTO, J. L. R. Transformações espaciais e institucionais do Amapá: conflitos e perspectivas. In: **Anais** do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo-SP, 2005.

NAS FRONTEIRAS DO JARI: RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS DO PARÁ E DO AMAPÁ E A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI

Marília Pantoja do Nascimento

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES:

Laranjal do Jari é uma cidade situada ao norte da Amazônia Brasileira, precisamente sudoeste do Estado do Amapá, distante cerca de 270km da capital, Macapá. Atualmente, constitui o 3º maior município do Estado, com uma população estimada em torno de 47.000 habitantes (IBGE/2016). Foi criado oficialmente através do Decreto nº 7.639, publicado em 17 de dezembro de 1987, que o desmembrou do município de Mazagão, com o qual faz limite, além dos municípios de Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Vitória do Jari, Almeirim (Estado do Pará), e territórios internacionais como Guiana Francesa e Suriname.

Vila do Beiradão foi o primeiro nome dado ao atual município de Laranjal do Jari. O povoado originou-se em finais da década de 1960 como uma das principais consequências da instalação do Projeto Jari, empreendimento que atraiu para a região milhares de migrantes vindos de diversas partes do Brasil, em especial dos estados do Maranhão e do Pará.

A região que hoje corresponde ao Vale do Jari foi habitada, primeiramente, por indígenas de origem Wajãpis e Aparáis e, mais tarde por nordestinos que vieram trabalhar na extração da borracha. Dentre essa leva de nordestinos destacou-se um cearense chamado José Júlio de Andrade que, aos 35 anos de idade, se consolidou como um dos maiores latifundiários do país, adquirindo cerca de 3,5 milhões de hectares de terras na região.

José Júlio fez carreira política, atuou como Deputado Estadual e Senador, pelo Estado do Pará. Atacado pela oposição, especialmente após a Revolta Tenentista, foi obrigado a vender suas terras e sua empresa, Jari, para um grupo de empresários portugueses, em 1948, sendo vendida mais tarde para o milionário norte americano Daniel Ludwig, responsável pela instalação do Projeto Jari na região em finais da década de 1960.

Com a instalação do Projeto Jari, no distrito de Monte Dourado (localizado no município de Almeirim, Estado do Pará) (Figura 1), a imigração para a região do Vale do Jari tornou-se constante, dando origem a diversos povoados ao redor do empreendimento liderado por Ludwig, um dos povoados que mais se destacou neste período foi a Vila do Beiradão (tida

como distrito do município de Mazagão, no Estado do Amapá). As relações entre os Estados do Pará e Amapá que implicaram no surgimento do município de Laranjal do Jari, nas fronteiras do rio, constituem o tema central deste escrito.



Figura 1 - Rio Jari como fronteira entre o Distrito de Monte Dourado (Almeirim-PA), frente ao município de Laranjal do Jari (Amapá). Fonte: candidoneto.blogspot.com

Não podemos compreender a história do surgimento do município de Laranjal do Jari sem antes compreendermos a história do Projeto Jari, pois ambas estão ligadas. Desta feita, este escrito encontra-se dividido em quatro partes: a primeira parte contextualiza a implementação do Projeto Jari a partir do desenvolvimento dos Grandes Projetos na Amazônia, nos quais o Projeto Jari se engloba, para então, na segunda parte, abordar o desenvolvimento do Projeto Jari e suas fases, desde Daniel Ludwig à Sérgio Amoroso, ou seja, da fase inicial até a nacionalização; a terceira parte se ocupa do surgimento da cidade de Laranjal do Jari, inicialmente conhecido como Vila do Beiradão, a partir da implantação do Projeto Jari de Ludwig; a quarta e última parte traz um cenário geral de como encontra-se a cidade de Laranjal do Jari atualmente.

OS GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA

Estes projetos referem-se a grandes empreendimentos implantados na região amazônica a partir da segunda metade do século XX, com o objetivo de explorar as riquezas naturais, principalmente os minérios abundantes na região, promovendo desenvolvimento econômico e integração com as demais regiões do país.

Por sua enorme riqueza natural, a Amazônia passou a ser cobiçada por diversos países que passaram a defender a ideia de que a região deveria ser internacionalizada e, com isso, seus recursos naturais passariam a ser geridos por um conjunto de países. Em virtude disto, o governo brasileiro preocupou-se em planejar o desenvolvimento da região sob o lema “integrar para não entregar”. Apoiado nessa doutrina, montou uma infraestrutura técnica através do financiamento de grandes projetos e criou uma política de incentivos fiscais à grandes empresas. De acordo com o Glauco Carneiro (1988, p. 24-25),

A ocupação racional da Amazônia, não somente para somá-la à parte produtiva do país, mas integrá-la para evitar as ameaças de sua internacionalização, sempre constituiu uma meta dos governos remotos e recentes.

Essa intenção ficou mais ou menos restrita a proclamações e discursos, não tendo jamais se organizado, até a década de sessenta, uma política de ocupação de espaços. O governo tanto federal quanto os estaduais, alegou em todas as oportunidades de que não dispunha de recursos para fazê-lo, embora conclamasse a iniciativa privada a encetar tal cruzada.

O governo brasileiro, especialmente no período da ditadura militar, refletindo a doutrina da segurança nacional, reafirmou a soberania territorial ocupando a região amazônica, para isto, investiu na criação de uma grande infraestrutura de transportes, comunicações, habitação e exploração de recursos naturais, estabelecendo assim os grandes projetos amazônicos cuja a produção era voltada, em especial, para o mercado de exportação. Carneiro (*Op. cit.*, p. 25) enfatiza que,

O tripé sobre o qual se assentava a nova política amazônica compreende: a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; a instituição do Banco da Amazônia – BASA; e a criação de incentivos fiscais e financeiros voltados para o desenvolvimento industrial e agropecuário da região. Essa estratégia ampliou-se com as seguintes iniciativas: criação da Zona Franca de Manaus; instituição do Projeto RONDON; construção de grandes vias de penetração e eixos viários da Amazônia; implantação de infraestrutura energética; conclusão do Projeto RADAM; ampliação da rede de aeroportos; combate sistemático a grandes endemias; apoio financeiro e fiscal ao Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM .

Apesar de todos os esforços do governo brasileiro, o programa de desenvolvimento da Amazônia carecia da iniciativa privada para alcançar seus objetivos, é o que fica evidenciado num documento básico da SUDAM de 1966:

O desenvolvimento da Amazônia só poderá ser conseguido a curto prazo se o poder público chamar a si decisivamente a tarefa de romper, para uma atuação eficiente, os obstáculos ao desenvolvimento e promover, paralelamente, a mobilização de empresários capazes de multiplicar empreendimentos, sob os riscos e vantagens da iniciativa privada [...] o êxito dos programas dependerá, em última instância, da possibilidade de atrair empresários capazes de dar continuidade econômica aos novos projetos. A capacidade de absorção de recursos para investimentos em empreendimentos privados de alto valor social e econômico será fator decisivo para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM *apud* CARNEIRO, 1988, p. 26).

Para atrair os tão necessários investimentos da iniciativa privada, o governo brasileiro, segundo Carneiro, enviou emissários de alto nível a diversos países, para explicar que se dispunha a apoiar, de todas as formas, os investimentos que viessem somar capitais e experiência ao esforço nacional de ocupação e desenvolvimento da Amazônia. “Foi aceitando esse convite do Brasil, e esse desafio de juntar-se ao esforço de redenção mítica da Amazônia que Daniel K. Ludwig decidiu-se a implantar o chamado Projeto Jari” (CARNEIRO, 1988, p. 27).

O PROJETO JARI

Como foi dito, após o golpe militar de 1964 o governo brasileiro iniciou campanhas no exterior, junto a empresários e entidades que representavam seus interesses, o intuito era de apontar para as potencialidades da Amazônia brasileira para grandes empreendimentos e com isso atrair grandes investimentos para desenvolvimento da região. Era a oportunidade perfeita que o empresário norte-americano Daniel Keith Ludwig esperava para por em prática um plano altamente audacioso de desenvolver, em plena a Amazônia, um dos maiores projetos agropecuários do mundo.

A conjuntura política de consolidação do regime militar dava à Ludwig a segurança de que o Brasil era um país tranquilo e estável para se investir. Em 1967 o empresário então adquiriu, de um pequeno grupo de investidores, a Empresa de Comércio e Navegação Jari LTDA, com uma vasta extensão de terras contínuas compreendidas entre os municípios de

Mazagão, no Amapá, e Almeirim, no Pará. Até hoje não se sabe ao certo a dimensão exata das propriedades da tal empresa (SUTCHUK, CARVALHO, GUSMÃO, 1979, p. 15).

Daniel K. Ludwig, então com 70 anos de idade, estava interessado no mercado de celulose e seus derivados, imaginando que os estoques do produto no mercado internacional poderiam diminuir, já que o mercado exigia o produto, mas o período de espera para cortar uma árvore era de cerca de 30 anos (PINTO, 2016, p. 66).

De acordo com Carneiro (1988, p. 33), a atenção de Ludwig voltava-se para a produção de celulose e alimentos, como o arroz. No primeiro caso, ele pretendia desenvolver, na zona tropical, um ciclo mais curto de produção de árvores, pois aquelas que forneciam matérias-primas de produção de celulose eram de clima frio e tinha um período de maturação de algumas dezenas de anos, o que era muito tempo para atender à crescente demanda do mercado.

Ludwig visualizava que uma espécie de ciclo vegetativo curto, num clima tropical, permitiria uma grande produção. Pesquisou e chegou à *Gmelina Arborea*, nativa do Sudeste da Ásia, que fora levada, ainda no século XIX, para a África e América Central. A *gmelina* pode ser cortada, em média, aos 5 anos, e produz celulose de fibra curta de qualidade reconhecida no mercado internacional.

Uma imensa plantação de *gmelina* na Amazônia, levando em conta, ainda, a posição regional em relação aos mercados mundiais, seria capaz de abastecer, no entender de Ludwig, a demanda de papel (*Op. cit.*, p. 33).

No segundo caso, as várzeas amazônicas, plantadas com arroz seria a outra vocação natural do grande projeto apresentado por Ludwig ao presidente Castello Branco que acolheu a intenção do empresário e declarou o seu apoio ao que fosse necessário para a execução de tais planos (*Ibidem*, p. 34). Após receber a promessa de apoio e ajuda do Governo Federal, o grupo de Ludwig contratou a empresa do engenheiro paraense Rodolfo Pereira Dourado para construir a cidade destinada a abrigar os funcionários da empresa, cidade localizada no município de Almeirim – PA que recebeu o nome de Monte Dourado em homenagem ao engenheiro responsável pela construção.

PRIMEIRA FASE DO PROJETO JARI

A primeira fase do Projeto Jari pode ser periodizada entre os anos de 1967 a 1981. Esse período foi marcado pela administração direta de Daniel Ludwig que passou a implementar seus planos de desenvolver diversas experiências produtivas na região do Jari que iam desde a

criação de gado, mineração, produção de arroz, passando pela exportação de caulim e bauxita, chegando à produção da celulose (PINTO, 2016, p. 67).

Ainda em 1967 foram iniciados os trabalhos de desmatamento, terraplanagem e reflorestamento, assim como as pesquisas minerais que resultaram na descoberta de caulim no Morro do Felipe. Entre 1967 e 1970 foi realizado o levantamento hidrográfico do rio Jari e a conclusão do levantamento aerofotogramétrico, a construção do píer para acostamento dos navios, pista de pouso, estradas, hospital, sistema de abastecimento de água, todos os empreendimentos ligados à infraestrutura de serviços públicos, feitos com recursos próprios de Ludwig (CARNEIRO, 1988, p. 38).

De acordo com o professor Manoel Pinto, um dos acontecimentos mais marcantes deste período foi a chegada da Fábrica de Celulose, construída em uma plataforma flutuante no estaleiro de Ludwig no Japão (Figura 2), a fábrica atravessou oceanos, mares e rios em uma viagem que durou meses (Figura 3), até se fixar a uma base feita especialmente para ela, no Porto de Munguba, vila próxima a Monte Dourado. O custo total desta operação foi de aproximadamente 270 milhões de dólares (PINTO, 2016, p. 67).



Figura 2 - Fábrica de Celulose do Projeto Jari sendo transportada por rebocadores até o porto de Munguba, Monte Dourado – PA. Fonte: www.vitruvius.com.br



Figura 3 - Percurso da Fábrica de Celulose do Estaleiro de Kure, no Japão, até o Porto de Munguba, Monte Dourado – Pará. Fonte: www.epocanegocios.globo.com

Contudo, ainda nesta fase inicial, Ludwig começou a enfrentar sérios problemas. Em junho de 1970, de acordo com o jornalista Lúcio Flávio Pinto (1986), a Jari admitiu perante a SUDAM a necessidade de reformular o projeto quase que integralmente. Análises comprovavam que a derrubada da floresta nativa com equipamentos pesados, como tratores, causava prejuízos ecológicos, desgastando o solo.

Isto obrigou a empresa a abandonar o manejo florestal com grandes máquinas, substituindo-as pelo trabalho manual com motosserras para preservar a camada de solo fértil. O fato provocou atraso no cronograma e, por conta desta mudança, a Jari anunciou que contrataria, através de oito empresas empreiteiras de desbravamento, cerca de 2.500 trabalhadores. Começava assim, de acordo com Pinto, um dos mais obscuros capítulos da história do Projeto Jari (*Op. cit.*, p. 33-34).

O projeto enfrentou problemas ainda mais graves, Ludwig, segundo Pinto (1986), confiava demais na espécie *gmelina arbórea* para o sucesso de seu empreendimento, contudo, a árvore nunca tinha sido usada em plantações de grande escala e continuava sendo desconhecida fora de seu *habitat* natural (PINTO, 1986, p. 32). Cordeiro destacou os limites da produção da *gmelina* como a vulnerabilidade aos vários tipos de pragas tropicais da região amazônica. Isto forçou Ludwig a transferir boa parte de suas esperanças para outras espécies, obrigando-o a reformular mais uma vez o seu projeto, retardando o retorno de seu investimento (CORDEIRO, 1988, p. 39). Neste mesmo período o projeto começou a encontrar as primeiras resistências burocráticas.

Ludwig começou a ter que contornar inúmeras dificuldades, inclusive burocráticas, e arrostando com as primeiras resistências na área da SUDAM e dos ministérios, que contornou graças ao apoio recebido do governo de Castello Branco. Nos governos seguintes, Costa e Silva e Médici, totalmente empenhado na implantação de seu projeto, refugiado no ermo amazônico e não tomando conhecimento das alterações políticas, Ludwig não acionou muitos escalões do governo, cujo apoio se tornaria vital para as fases de industrialização e comercialização dos produtos. No entanto, ainda no governo Médici, durante uma visita do Presidente da República ao Jari, houve protestos de trabalhadores contra as condições reinantes no projeto, protesto esse que repercutiu no Centro-Sul e contribuiu para aumentar as resistências da opinião pública ao empreendimento (*Op. cit.*, p. 39-40).

Segundo Pinto (1986, p. 103), nada provocou maior impacto na opinião pública do que a revelação das condições de trabalho de milhares de peões contratados por empreiteiros para fazer a derrubada da mata nativa e o plantio de novas espécies florestais. Em janeiro de 1973, um mês antes da visita do presidente Médici na região, ocorreu uma série de denúncias na Justiça do Trabalho de Belém e Macapá contra os empreiteiros da Jari. Elas não se limitavam apenas ao descumprimento de direitos previstos na CLT, mas também com a imposição de coerção e trabalho escravo.

A principal acusação contra os empreiteiros, apresentada aos juízes por centenas de peões, era a de serem mantidos presos em seus acampamentos, até que, sob coação, aceitavam assinar recibos de quitação de pagamentos que, na verdade, nunca recebiam [...]. Os juízes consideravam justas as reclamações dos trabalhadores. Trabalhavam na Jari, na época da visita de Médici, quase três mil trabalhadores braçais, principalmente do Maranhão, contratados por empreiteiros. Eram homens praticamente iletrados, poucos dos quais possuíam documentos de identificação civil (carteira de identidade, certidão de nascimento ou carteira trabalhista). Esta era a primeira irregularidade cometida pelos empregadores (*Op. cit.*, p. 103).

Pinto (*Op. cit.*) ainda salienta que a Polícia Federal e as polícias estaduais do Pará e do Maranhão começaram a investigar a ação de “gatos” que ia recrutar os braçais no interior do Maranhão (e em outros estados nordestinos como Piauí e Ceará), sob condições ilegais, muitas vezes oferecendo vantagens incompatíveis com o tipo de serviço em que seriam utilizados (*Op. cit.*, p. 104).

Carneiro (1988, p. 40) acrescenta que,

O problema social do Jari resultava de duas ordens de dificuldade, que possibilitavam a ausência de decisões, tanto do Poder Público quanto de Ludwig. Este não tinha contato direto com os trabalhadores mobilizados para o Projeto, mas com empreiteiros contratados que se revelaram descuidados na necessária assistência à mão-de-obra. Então as queixas e reivindicações voltavam-se contra Ludwig diretamente e este mostrava-se impotente para contornar a questão. De outro

lado, formava-se à beira do Jari, uma aglomeração de pessoas em precárias condições de habitação e subsistência, desprovida de serviços públicos e não assistidas pelos mecanismos governamentais tipo BNH, Ministério do Trabalho etc. Em outras palavras, o governo não chegava lá e a companhia de Ludwig não assumia tarefas que, a seu ver, escapavam à jurisdição privada. E as críticas foram aumentando e tomando a forma de manifestações pela imprensa e por meios de pichações nos muros das grandes cidades.

A empresa de Ludwig não dava o retorno esperado e começou a acumular empréstimos e dívidas milionárias, o empresário já não tinha mais como sair desta situação incômoda e já não podia mais contar com o apoio incondicional do governo para enfrentar a sucessão de problemas (PINTO, 1986, p. 161).

Ao final da década de 1970 iniciou-se um processo de gradativa distensão política, uma corrente se levantara contra a linha dura das Forças Armadas, a oposição ao regime militar crescera junto com o desejo de ver a normalização da vida nacional. Ludwig não se apercebeu do que estava acontecendo no país. O Governo Federal foi retirando seu apoio e o empresário, desestimulado, susta seus investimentos, ele já não encontrava mais as portas abertas como antes. Assim, ao se agravar a resistência governamental ao Jari, Ludwig foi desanimando, já não conseguia mais tirar alvarás de pesquisa e exploração e sofria constantes ataques da opinião pública através da mídia (CARNEIRO, 1988, p. 46)

Carneiro caracteriza Daniel Keith Ludwig como um dos empresários mais ricos do mundo, um homem solitário que, aos 70 anos de idade apresentou-se ao Brasil sem procurar manchetes de jornal e detestando publicidade, querendo apenas realizar o sonho de implantar a maior fazenda do mundo, na maior floresta do mundo, com o mais ambicioso projeto de reflorestamento do mundo e a maior produtividade de arroz do mundo.

Ludwig não era um lunático nem irresponsável, tratava-se de um homem simples, dono de bilhões de dólares que pouco falava, não atentava para as relações públicas, costumava entender-se somente com os governantes e empresários, não cultivava a fama de bonzinho e nem fazia ostentações, ele era considerado um mistério. Um homem fechado, avesso à imprensa, o que o colocou em difícil situação perante à opinião pública (CARNEIRO, 1988, p. 34).

O tom das críticas contra o Projeto Jari só fazia piorar. Pinto (2016) afirma que setores nacionalistas passaram a se opor ferrenhamente ao projeto por conta da nacionalidade de seu proprietário, argumentavam que o negócio representava a internacionalização e a própria venda da Amazônia aos capitais estrangeiros (PINTO, 2016, p. 67):

A mídia não poupava críticas, afirmando que a soberania nacional se encontrava em perigo. Além dos graves problemas políticos, pragas e problemas de solo dão o desfecho final para a crise, que termina com a saída de Daniel Ludwig que chegou a investir um bilhão de dólares no negócio.

Com a saída de Daniel Ludwig da presidência da empresa, em 1981, o Projeto Jari encerrava sua primeira fase num contexto que já iniciava, nacionalmente o retorno da democracia no Brasil e o início do discurso de proteção ambiental da Amazônia.

SEGUNDA FASE DO PROJETO JARI

Com a saída de Ludwig, um conglomerado de 23 grupos empresariais brasileiros, com a participação de bancos, seguradoras, mineradoras e o grupo CAEMI (Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração), liderados pelo empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes, assumiu efetivamente a responsabilidade pela condução do empreendimento de Ludwig que acabou se transformando na nova Companhia do Jari (PINTO, 2016, p. 68).

Azevedo Antunes não somente era conhecido e respeitado por ter realizado no Amapá o único empreendimento bem desenvolvido à frente da ICOMI, como também convivia bem com o capital estrangeiro e, mais que isso, conhecia e era amigo de Daniel Ludwig. O empresário brasileiro foi convocado para intermediar junto ao empresário norte-americano a nacionalização do Projeto Jari (CARNEIRO, 1988, p. 53).

Com a difícil incumbência de administrar o Projeto Jari, Azevedo Antunes teve que contornar uma série de obstáculos num difícil processo de transição. A Jari necessitava de ajuda. Um dos problemas enfrentados nesta fase foi a falta de matéria-prima para a produção de celulose, problema que foi resolvido graças ao auxílio da AMCEL, empresa do Grupo ICOMI de Antunes (PINTO, 2016, p. 68). Outro grande problema nesta fase foi o baixo preço da celulose no mercado internacional.

A Companhia do Jari, através de suas organizações operacionais, ressentia-se tremendamente do ônus das obrigações herdadas do passado e da queda no preço da celulose, forçando-a a elaborar um plano de recapitalização, sob pena de inviabilizar-se, pois o faturamento ainda não era suficiente para cobrir a operação, quanto mais pagar as dívidas (CANEIRO, 1988, p. 85).

Até hoje o empreendimento direta ou indiretamente emprega milhares de trabalhadores no Vale do Jari, sua falência significaria um duro golpe econômico e social, não só a nível local como a nível nacional, pois o Governo Federal já havia investido com empréstimos via SUDAM e BNDES além de incentivos fiscais ao projeto.

Segundo Carneiro, o governo brasileiro entrou em entendimento com a nova administração da Jari e começou a implantar na região alguns mecanismos oficiais que, além de assegurarem a presença do Poder Público, acompanhavam e davam apoio aos empresários que trabalhavam para resgatar o empreendimento (CARNEIRO, 1988, p. 89).

Ao iniciar-se o ano de 1984, Monte Dourado já contava com a Inspetoria da Receita Federal, a Delegacia da Polícia Federal, o Posto do Ministério do Trabalho, o Posto do Ministério da Previdência e Assistência Social, Destacamento de Proteção ao Voo do Ministério da Aeronáutica, a Estação Ecológica do Jari, a Fundação SESP, além de técnicos do RADAM e da Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais. Além de hospital, casas bancárias, a Fundação Educacional do Jari – FEJARI, destinada a promover o desenvolvimento educacional e cultural da comunidade do Vale do Jari que contava com o apoio do Ministério da Educação [...]. Era um exemplo da colaboração do governo que tanto faltara a Ludwig (*Op. cit.*, p. 83-84).

Com os esforços conjuntos da iniciativa privada e do governo brasileiro, a Jari conseguiu sobreviver, mas em 1997 a empresa foi atingida por um trágico incêndio na plataforma de geração de energia, o que paralisou a produção de celulose. De acordo com Cristóvão Lins, diante do sinistro, os acionistas tomaram a decisão de não colocar nenhum recurso a mais para a sua recuperação e, se fosse o caso, encerrariam suas operações. Foi então que teve início um movimento conhecido como S.O.S Jari (LINS, 2001, p. 275).

Conscientes da situação e liderados pelo Prefeito de Almeirim, Aracy Bentes, foram convocados representantes da sociedade civil organizada para uma reunião pública, e desta reunião surgiu o MOVIMENTO S.O.S. JARI, que sem dúvida foi o grande motor das negociações políticas locais, como também na alta esfera federal. O MOVIMENTO S.O.S JARI mobilizou os políticos dos Estados do Amapá e do Pará [...] que buscaram o apoio de outros políticos de expressão no cenário nacional para a grande cruzada que seria a retomada das operações de produção de celulose, com o objetivo de salvar toda uma região com uma população estimada em 100 mil pessoas (*Op. cit.*, p. 275-276).

Foram muitas as reuniões até que o Movimento S.O.S JARI tivesse êxito. A empresa voltou a operar um ano depois do sinistro ocorrido e a Jari já dava bons sinais de recuperação (LINS, 2001, p. 281), contudo, pouco depois, em 1999, o empreendimento foi efetivamente

colocado à venda, via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), principal fonte de financiamento do Projeto.

Ainda em 1999, o Projeto Jari foi adquirido por dois acionistas de São Paulo na direção do Grupo ORSA pela soma simbólica de 1 dólar, as dívidas do Projeto totalizavam cerca de 414 milhões de dólares naquele momento (GREISSING, 2011, p. 51). A pesquisadora Ana Greissing refere-se a este novo passo dado pela empresa Jari da seguinte forma:

O Grupo ORSA já possuía várias fábricas especializadas na fabricação de papéis e cartões de embalagem no país quando decidiu desafiar a ressuscitação do Projeto Jari. O diretor e acionista principal do Grupo, Sérgio Amoroso, já era conhecido por sua capacidade de comprar empresas em falência para relançá-las em seguida. O projeto Jari, porém, representava um desafio excepcional para os novos dirigentes do Grupo: não só tinham que fazer da produção de celulose uma atividade economicamente viável nas condições da fábrica tal como foi herdada de Ludwig, mas também precisavam reganhar o apoio dos dirigentes políticos e o aceite das populações da região. Além da existência de um capital suficientemente alto para futuros investimentos, a originalidade da proposta do Grupo ORSA para a reestruturação do Projeto residia nas inovações técnicas para modernização da fábrica e do processo de produção da celulose. Com isso, o Grupo mostrou-se doravante mais preocupado com o meio-ambiente, e afirmou desenvolver um modelo de gestão territorial à base de uma nova ética empresarial que incluiria, pela primeira vez, os princípios da responsabilidade social e ambiental. Essa ética concretizou-se pela criação, em 2000, de uma fundação criada na própria empresa (a Fundação ORSA) para elaboração e desenvolvimento de pequenos projetos sociais e econômicos em benefício das populações locais (GREISSING, 2011, p. 52).

Com o Grupo Orsa à frente do empreendimento, a empresa Jari Celulose tornou-se economicamente viável e sustentável. Segundo Cinthia Rusenburg, num momento em que a comunidade internacional discutia a crise ambiental e o futuro da humanidade, o que estava em curso na Jari é a tentativa de criar um modelo de exploração sustentável, baseado na combinação entre a geração de riqueza e a conservação da floresta.

Encontrar uma forma de viabilizar a operação foi essencial para que Sérgio Amoroso conseguisse concretizar sua ambição de transformá-lo numa experiência que, além de lucros para o Orsa, gerasse benefícios econômicos, sociais e ambientais para a região (ROSENBERG, 2007, p. 20).

Em síntese, os objetivos de Daniel Keith Ludwig em relação ao seu empreendimento não foram alcançados devido, principalmente, à improdutividade das plantações. Em 1982, o americano viu-se obrigado a abandonar o projeto sem resultados satisfatórios e, com a sua saída, a empresa passou a ser gerida pelo grupo CAEMI (Companhia Auxiliar de Empresas e Mineração), uma corporação de empresários brasileiros e estrangeiros, dirigida pelo português

Augusto Trajano de Azevedo Antunes. Contudo, sob essa gestão, a empresa também não caminhou conforme o desejado. Apesar de generosas intervenções do BNDES, o projeto encontrou-se próximo à falência total em 1997, mas em 1999 foi adquirido pelo Grupo Orsa, dirigido pelo empresário brasileiro Sérgio Amoroso.

O JARI APÓS LUDWIG E A FORMAÇÃO DA “VILA DO BEIRADÃO”

Desde a época de José Júlio, a região do Jari era habitada por pequenas comunidades locais disseminadas pela floresta, no entanto, como constata Regina Ferreira (2008, p. 79), a intervenção do “coronel” não foi tão marcante quanto a do empresário norte americano Daniel Ludwig, que liderou a instalação do Complexo Industrial Jari.

Como já foi dito, o objetivo deste empresário era construir, em plena selva, um gigantesco polo industrial, substituindo a floresta nativa por uma floresta homogênea para abastecer o mercado internacional de celulose, bem como exportar, em grande escala, a carne bovina, o arroz e o caulim. Para alcançar os objetivos propostos, a empresa precisaria de muitos trabalhadores, o que atraiu milhares de imigrantes para a região. Para Claretto (2003, p. 86),

Existem diferentes versões para as origens de Laranjal do Jari, mas todas concordam que o surgimento da cidade estaria atrelado ao empreendimento do empresário americano Ludwig e a Monte Dourado. Assim, o início da ocupação daquele espaço às margens do Jari teria acontecido como opção para aqueles que haviam se deslocado para a região em busca de emprego e melhores condições de vida. Houve um grande deslocamento de pessoas para a região com essa intenção, sobretudo nordestinos - do Maranhão, Piauí e Ceará, principalmente – e nortistas de outras localidades. Como não havia emprego para todos, muitos, sem condições de voltarem para seus locais de origem, acabavam ficando e ocupando um local à beira do rio Jari para habitar temporariamente, na margem oposta a Monte Dourado, no estado do Amapá (antigo Território do Amapá), em terras que pertenciam a Ludwig e seu Projeto.

De fato, com a implantação da empresa Jari Celulose, entre as décadas de 1960 e 1970, com sede em Monte Dourado, no município de Almeirim no Estado do Pará, estimulou a migração, principalmente da região norte e nordeste, propiciando o crescimento populacional da área sul do Estado do Amapá, em concentrações como o da "Vila do Beiradão" (margem esquerda do rio Jari), área fronteira de Monte Dourado.

É importante ressaltar que a cidade de Monte Dourado foi projetada e construída, especificamente, para atender os funcionários da empresa, com toda a infraestrutura que as cidades no padrão norte americano possuíam. As ruas eram asfaltadas, arborizadas, com sistema

de saneamento básico. A pequena cidade, em seu nascimento, já contava com hospital, praça central, delegacia de polícia, quadra poliesportiva, escolas, clubes sociais, etc.

Ao explicar sobre o surgimento da Vila do Beiradão, Ferreira (2008, p. 80) destaca o seguinte:

O marco de sua formação foi no ano de 1967 quando ocorre o levantamento dos primeiros barracos, erguidos com finalidade de atender pessoas que estariam ligadas à empresa. Em 1968 a empresa autorizou a construção da Vila do Pau Roliço acampamento próximo de Monte Dourado que abrigou alguns empregados, ex-empregados ou recém-admitidos da Jari. Nesse momento o número de casas era bem reduzido, existiam 26 casas, nas quais residiam 229 pessoas, mesmo a Jari tendo autorizado o acampamento, os moradores não eram bem vistos, isso ocorreu em razão das condições da falta de higiene e insalubridade que existiam no local.

A Vila do Pau Roliço chegou a ser derrubada, a mando da empresa, contudo, do outro lado do rio, em frente a Monte Dourado, iniciou-se a construção de um novo povoado, à revelia da Jari. Com o crescimento do povoado, em 1971, iniciou-se a formação de um pequeno núcleo urbano que, situado à margem esquerda do Rio Jari, passou a ser chamado de “Beiradão”, povoado este que a Jari tentou, de todas as formas, extinguir.

Os beiradões são formas de povoação típicas da Amazônia. Trata-se de palafitas construídas nas beiradas de rios, favoráveis ao estilo de vida do caboclo amazônico (SAUTCHUK, CARVALHO, GUSMÃO, 1979, p. 36). O maior beiradão surgido ao redor do Projeto Jari se desenvolveu a contragosto da empresa e enfrentando o desdém do Poder Público.

O povoado, porém, não parou de crescer embora a Jari tivesse tentado, conforme declarava o diretor executivo Carlys Sigler, todas as táticas possíveis. Ele reconhecia ser um problema delicado, politicamente e socialmente, mas também afirmava que a empresa não podia deixar que essas construções prosseguissem desenfreadamente (PINTO, 1988, p. 89).

O Beiradão se tornou um grave problema social para a empresa Jari e tratado, inicialmente, com descaso pela administração do município de Mazagão, do qual seu território fazia parte. Enquanto isso, a população sofria com a ausência do Poder Público, sem Saneamento Básico, Saúde, Educação, Segurança Pública, etc. Havia controvérsias entre a empresa e o governo do Território Federal do Amapá para definir quem assumiria a responsabilidade de cuidar da localidade.

Não foram poucas as vezes em que a Jari tentou extinguir o povoado, já que o Beiradão representava um imenso contraste diante de Monte Dourado. Este contraste começou a chamar a atenção da imprensa atraindo ferrenhas críticas ao Projeto Jari, mas a vila continuava crescendo e elites políticas e econômicas foram se formando e lutando, especialmente junto ao município de Mazagão, Governo do Território Federal do Amapá e empresa Jari Celulose S/A, por melhores condições de vida.

As elites locais da qual falamos surgiram devido a principal atividade econômica realizada na Vila do Beiradão – o Comércio. Os primeiros comerciantes a chegarem a vila eram os regatões, traziam seus barcos abastecidos de quase tudo: tecidos, armas, máquinas, vitrolas, medicamentos, confecção, calçados, gêneros alimentícios não perecíveis, etc.

Os regatões foram se fixando e desenvolvendo o comércio local. Nas dependências de Monte Dourado era proibido fazer comércio com estabelecimentos que não fossem autorizados pela empresa, contudo, nesses estabelecimentos os preços eram bem acima do mercado, fazendo com que muitos funcionários da empresa procurassem, clandestinamente, o comércio da Vila do Beiradão.

Em menos de dez anos, o número de habitantes do Beiradão já somava o dobro de habitantes de Monte Dourado, “em 1977, enquanto Monte Dourado tinha 2.096 habitantes, no Beiradão já existiam 5 mil [...]. Em 1983 no Beiradão moravam 12 mil pessoas e em Monte Dourado 8.500” (FERREIRA, 2008, p. 82), nesta época a Vila do Beiradão crescia muito rapidamente, com isso a realidade passou a ser outra, pois passou a chamar a atenção do poder público.

A organização das elites locais na luta por melhores condições de vida começou a dar frutos, no início da década de 1970 os moradores do Beiradão passaram a contar com uma base da Política Militar e um posto da Polícia Civil, segundo informações do senhor Jorge dos Santos Ferreira Serrão, os policiais militares deste período eram mantidos com a ajuda dos comerciantes da região.

Jorge Serrão chegou à cidade em 1974, portanto um dos moradores mais antigos de Laranjal do Jari, em pouco tempo se tornou um grande comerciante da região, sendo eleito como vereador, exerceu seu mandato entre os anos de 1993 a 1996, quando a cidade estava dando seus primeiros passos enquanto município autônomo, independente de Mazagão. Depois de ser vereador, Jorge Serrão atuou como Secretário de Obras do município durante o mandato de cinco prefeitos, participou ativamente da luta por melhorias no município e do desenvolvimento da infraestrutura da cidade a partir da década de 1990.

No processo de desenvolvimento da cidade de Laranjal do Jari, podemos destacar as seguintes:

Em 1974, o Governo do Estado do Amapá inaugurou a Escola de Primeiro Grau Beiradão, atualmente rebatizada com o nome Professora Sônia Henriques Barreto, a mais antiga instituição de ensino de Laranjal do Jari. Inicialmente a escola ofertava apenas o Ensino Fundamental I, denominado até então de Ensino Primário, 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental I (Escola Estadual Professora Sônia Henriques Barreto, p. 2011, p. 06).

Em 18 de Maio de 1979, através do decreto nº 11, passou a ser denominada Escola Estadual de 1º Grau Prof.ª Sônia Henriques Barreto, em homenagem uma professora, que morrera em sala de aula, vítima de parada cardíaca. Este mesmo decreto autorizou a escola atender a clientela de 1ª a 8ª série, hoje denominado Ensino Fundamental I e II. Esta escola está localizada na Avenida Tancredo Neves, nº 447, no Bairro Central (*Idem*).

Na década de 1980 vieram novas escolas estaduais, a Escola Estadual Emílio Garrastazu Médici, localizada no Bairro das Malvinas e a Escola Estadual Irandy Pontes Nunes, com sede, inicialmente, no Bairro do Santarém, ambas criadas, oficialmente, em 1988.

Vale ressaltar que as escolas em funcionamento no município entre as décadas de 1970 e 1980 funcionavam somente nos turnos da manhã e tarde por conta da ausência do fornecimento de energia elétrica. Nesta época, cada família, dependendo de suas condições financeiras, possuía seu próprio gerador de energia (SERRÃO, 2018).

Na década de 1980, o fornecimento de energia, por meio da Companhia de Eletricidade do Amapá, começou a se desenvolver, contudo, as instalações da rede elétricas eram muito precárias, fato que provocou, em 1984, um grande incêndio na área comercial do Bairro Central (*Idem*).

A partir destes sinistros, especialmente este de 1984, de acordo com informações dadas pelo senhor Jorge Serrão, o Poder Público Estadual começou a se preocupar com a estrutura física do Beiradão que, até então, era constituída majoritariamente por passarelas e pelos Bairros do Centro, Malvinas, Samaúma, Santarém e Sagrado Coração de Jesus, todos localizados em áreas sujeitas a enchentes e com instalações muito propícias a incêndios.

Serrão relembra que, aproveitando-se dos descampados que surgiam após os incêndios, principalmente o de 1984, o Governo iniciou um processo de aterramento e abertura de vias públicas, a primeira foi a Avenida Tancredo Neves, que atualmente está interligada à BR-156, principal via de locomoção entre os bairros do município e entre esta cidade e a capital do Estado, Macapá. Ressaltamos que, até então, a principal via de

locomoção da população laranjalense, bem como a maioria da população amazônica e ribeirinha, era através dos rios, a ida para Macapá, por exemplo, durava 26 horas de viagem, o ponto de chegada era o porto da cidade de Santana (vizinha à Macapá).

Neste mesmo período, o governo desenvolveu um trabalho de terraplanagem na parte alta da cidade, abrindo um loteamento destinado a abrigar as famílias vítimas das enchentes e dos incêndios. Este loteamento se transformou no bairro conhecido atualmente como Agreste, recebeu este nome por se localizar na parte seca da cidade.

Em 1985, a cidade que já contava com representantes na Câmara Municipal de Mazagão, intensificaram a campanha em busca da emancipação da cidade que veio através da Lei Federal nº 7.639 de 17 de dezembro de 1987.

O MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI

Logo que foi criado em 1987, o município de Laranjal do Jari passou a ser administrado por um prefeito Pró-Tempore, um cargo provisório exercido por Antônio Jesus Santos Cruz, que recebeu a missão de organizar a primeira campanha eleitoral da nova cidade, da qual saiu vencedora o comerciante João Queiroga de Souza, cumprindo seu mandato entre os anos de 1989 a 1992.

Neste mesmo período, a vila do Beiradão deu lugar ao município de Laranjal do Jari que começou a se organizar enquanto cidade. Segundo Serrão, vereador pelo município entre 1993 a 1996, atualmente Secretário Municipal de Obras pela quinta vez, a década de 1990 foi uma década de grande desenvolvimento para a cidade, o Poder Público começou a se fazer mais presente. Vários órgãos governamentais e municipais foram se instituindo, entre eles a Câmara dos Vereadores, a Prefeitura, a Secretaria de Educação, o Fórum, a Promotoria, a Defensoria Pública, Postos de Saúde, Quartel da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, entre outras instituições.

Em 1996, o Governo do Estado do Amapá inaugurou o primeiro e, até agora, único hospital da cidade. Localizado na Avenida Tancredo Neves, s/n, no Bairro do Agreste. Até então, somente Monte Dourado dispunha de um Centro Hospitalar, mas, à princípio seu uso era restrito aos funcionários da Empresa Jari e suas terceirizadas. Nesta época, lembra Jorge Serrão, quem cuidava da saúde dos moradores da Vila do Beiradão eram os farmacêuticos, em especial o senhor Manoel do Azul e o senhor Benedito Penelva, ambos já falecidos.

Em finais da década de 1980 o atendimento médico era ofertado por uma Balsa Itinerante Hospitalar, que atendia num porto improvisado na frente da cidade. Com a independência do município foram criados os postos de saúde.

A partir da segunda metade da década de 1990 o município se expandiu, novos bairros foram sendo criados, além dos localizados na parte baixa da cidade, já citados, temos o desenvolvimento dos Bairros do Agreste, Nova Esperança, Castanheira, Prosperidade, Mirilândia, Loteamento Cajari I e II, Loteamento Sarney, Assentamento Maria de Nazaré Mineiro, entre outros.

O território do município possui cerca de 31.170,30 km², mas apenas 32km² foram destinados à cidade sede, no restante encontra-se o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Território Indígena Waiãpi, a Estação Ecológica da Jari, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, a Reserva Extrativista do Rio Cajari, etc., como veremos no mapa a seguir:

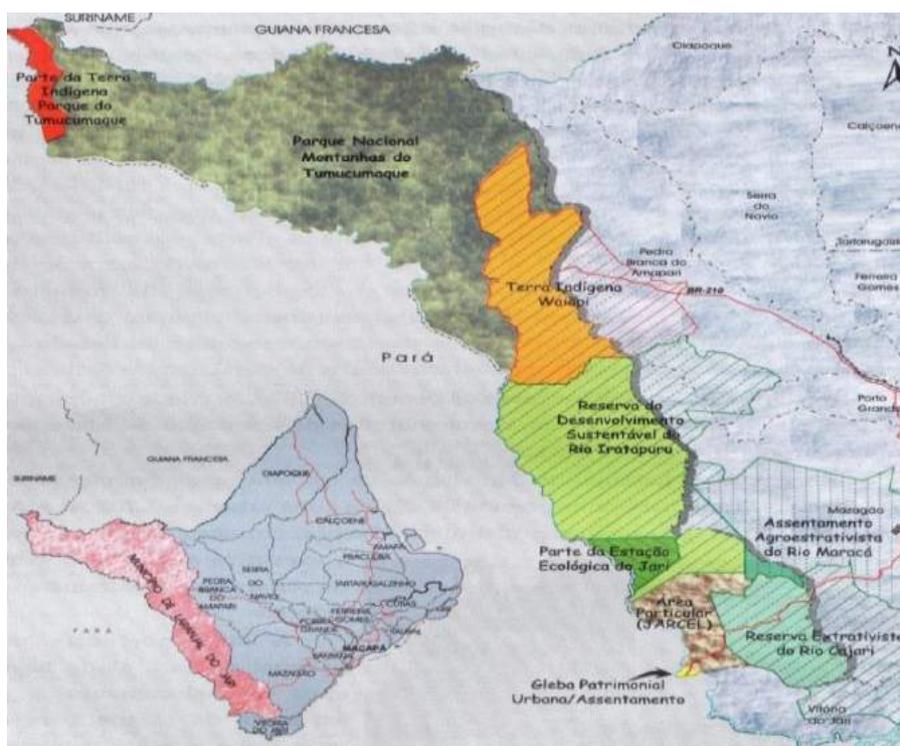


Figura 4 - Divisão Territorial do Município de Laranjal do Jari. Fonte: casteloroget.blogspot.com

De acordo com dados do IBGE (2017), a estimativa da população residente em Laranjal do Jari está em cerca de 40.000 habitantes. Com isto, o município é considerado a 3ª maior cidade do Estado do Amapá. Devido a riscos de recorrentes enchentes e alguns sinistros

na parte baixa, a parte alta, em terra firme, se expandiu, os primeiros bairros – Malvinas, Santarém, Samaúma, Sagrado Coração de Jesus e Centro – localizados na parte baixa da cidade já não abrigam mais a maioria da população da cidade.

No bairro do Agreste, considerado o bairro nobre, estão localizados os vários órgãos do governo federal, estadual e municipal – Prefeitura, Câmara dos Vereadores, Fórum, Justiça Eleitoral, Delegacias de Polícia, Promotoria, Defensoria Pública, Quartel da Polícia Militar, Quartel do Corpo de Bombeiros, Hospital, a praça central, estádio de futebol, ginásio poliesportivo, várias escolas públicas e particulares, além de estabelecimentos como os Correios, Agências Bancárias, restaurantes, supermercados, lojas de confecções, importadoras, lojas de eletrodomésticos e etc.

A economia do município está voltada para a extração de madeira, o extrativismo de castanha-do-pará, comércio, agricultura de subsistência, funcionalismo público e, em especial, ao atendimento como mão-de-obra nos postos de trabalho gerados pelas empresas sucessoras do Projeto Jari, no distrito de Monte Dourado e vila Munguba.

Com cerca de 93% de sua vegetação nativa preservada, o município possui regiões paradisíacas compostas por rios, igarapés, balneários, trilhas ecológicas, etc., regiões bastante propícias ao ecoturismo. O principal cartão postal do município é a Cachoeira de Santo Antônio, onde se chega, especialmente, de catraia, num trajeto que dura cerca de quarenta minutos.

Atualmente, Laranjal do Jari é o terceiro maior município do Estado do Amapá, sua história é rica em fatos, em personagens, em experiências de vida, de superação, de lutas, de realização de sonhos que, em geral, são silenciados, algo que precisa ser revisto.

PARA FINALIZAR

Diante de tudo o que fora escrito, podemos compreender a formação do município de Laranjal do Jari, no estado do Amapá, a partir de suas intrínsecas ligações com um grande empreendimento instalado no Estado do Pará, provocando mudanças radicais na paisagem e nas relações nas fronteiras do rio Jari. O rio Jari representa uma fronteira física, uma delimitação política demarcando o território que pertence ao Estado do Amapá e ao Estado do Pará, mas nunca representou uma barreira, as idas e vindas através deste rio sempre foram muito recorrentes, propiciando as mais variadas trocas entre ambos os lados.

A historiografia que analisa as comunidades fronteiriças na Amazônia possui um grande potencial de pesquisa, pois permite entender dinâmicas específicas de trocas comerciais e culturais de distintas sociedades. O território de Laranjal do Jari faz fronteira internacional com a Guina Francesa e o Suriname. Embora essa ligação por rodovia seja precária, os estudos arqueológicos e antropológicos das comunidades indígenas que vivem nesse entorno contribuem para entender como se desenrolam as negociações e mobilidades em áreas que as instituições públicas são frágeis.

As pesquisas com recorte espacial em Laranjal do Jari estão ganhando força com a emergência em novos focos de análise que colocam o espaço local como centro de debate para o entendimento da dinâmica global. A renovação que o ensino de história local está propiciando, permite entender uma nova perspectiva de Laranjal, pois insere essa comunidade nos estudos sobre a formação do coronelismo em áreas de fronteira no Brasil, rompendo assim com os estudos hegemônicos que centram o eixo Rio-São Paulo que muitas vezes não dão conta dessas realidades locais. Em perspectiva global, o tema da II Guerra Mundial passou a ser debatido com a inserção de fontes documentais que comprovam a presença nazista na região. Além disso, Laranjal do Jari permite entender as relações do chamado capitalismo dependente, termo cunhado pela sociologia brasileira dos anos 1970. Há um potencial de estudos que precisam ser analisadas sobre as relações entre o capital estrangeiro, centrado na empresa de celulose que se instalou no município, com a dinâmica social, política e econômica na região.

REFERÊNCIAS:

BELO, E. Laranjal luta contra problemas e má fama. In: **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo, domingo, 28 de janeiro de 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/28/dinheiro/23.html>. Acesso em 20 ago. 2016

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo Demográfico**. 2016.

CARNEIRO, G. **Jari**, uma responsabilidade brasileira: origens e nacionalização do controle do Projeto Jari. São Paulo: LISA, 1988.

CLARETO, S. M. **Terceiras Margens**: um estudo etnomatemáticos de espacialidades em Laranjal do Jari (Amapá). Tese (Doutorado em Educação Etnomatemática, orientada pelo Prof. Dr. Ubiratan D'Ambrósio). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro – SP. 2003.

_____. Espaço Urbano e Ocupação Espacial na Amazônia Brasileira: um estudo de espacialidades em Laranjal do Jari. **Anais do X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA – 20**

a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. p. 3480 – 3504. Disponível em: observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/ensenazadelageografia/investigacionydesarrolloeducativo/09.pdf. Acessado em 07.12.2016.

FERREIRA, R. C. M. **Cidade de Laranjal do Jari: expansão urbana, planejamento e políticas públicas**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, orientada pelo Prof. Dr. José Alberto Tostes). Universidade Federal do Amapá – Macapá, 2008.

GREISSING, A. A Região do Jari, do extrativismo ao agronegócio: as contradições do desenvolvimento econômico na Amazônia Florestal no exemplo do Projeto Jari. **Revista de Estudos Universitários da Universidade de Sorocaba**, 2011, 36 (3), pp.20-37. Disponível em <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00560647>. Acesso em 12 nov. 2016.

LINS, C. **A Jari e a Amazônia**. Rio de Janeiro, Dataforma e Prefeitura de Almeirim – PA. 1997.

_____. **Jari: 70 anos de História**. Rio de Janeiro, Dataforma. 1990.

NASCIMENTO, M. P. **Laranjal do Jari: propostas para a escrita de livros didáticos e ensino de história local no Amapá**. Dissertação de Mestrado orientada pelo Professor Dr. Andrius Estevam Noronha; coorientada pelo Professor Dr. Giovani José da Silva. Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Amapá, 2018.

PINTO, L. F. **Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig**. As relações entre o Estado e multinacional na Amazônia. Editora Marco Zero, São Paulo. 1986.

PINTO, M. J. S. **Conhecendo o Amapá**. Estudos Amazônicos e Estudos Amapaenses. Editora Cultural Brasil, 1 ed. Belém – PA, 2016.

PINTO, J. C. **Beiradão: Histórias e Encantos**. Editora Tarso, 2014.

REIS, A. T.; NUNES, A.; FONTÃO, E.; RODRIGUES, T. **O Coronelismo e a consolidação das elites agrárias na região do Jari: o caso Zé Júlio**. Monografia orientada pelo Professor Doriaval da Costa Santos, curso de História da Universidade Federal do Amapá. 2004.

ROSENBERG, C. O desafio de salvar o Jari. **Época Negócios**, São Paulo, jun./ 2007.

SAUTCHUK, J.; CARVALHO, H. M.; GUSMÃO, S. B. **Projeto Jari: a invasão americana**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1979.

Segunda chance para a maior favela fluvial. **Revista DCI - Diário Comércio Indústria e Serviços**. Disponível em <http://www.dci.com.br/especial/segunda-chance-para-a-maior-favela-fluvial-id277300.html>. Acesso em 12 nov. 2016.

SERRÃO, J. Entrevista concedida à Marília Pantoja do Nascimento (áudio). Laranjal do Jari: 30 de março de 2018.

A REPRESENTAÇÃO INDÍGENA DOS JESUÍTAS CROSSARD, LAVIT E FAUQUE NAS MISSÕES FRONTEIRIÇAS DE CAIENA E KOUROU ENTRE 1728-1729.

Karolliny Melo Ferreira Diniz

Andrius Estevam Noronha

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende compreender a representação indígena na fronteira setentrional amazônica do século XVIII através das relações interétnicas entre jesuítas franceses e indígenas localizados na Guiana Francesa. Para fundamentar este estudo, utilizaremos como fonte os documentos da coletânea “*Lettres Édifiant et Curieuses*” que reúne as cartas edificantes escritas pelos inacionos franceses que atuaram em diversa regiões do mundo até a supressão da ordem. A historiografia que aborda as fontes documentais construídas pela Companhia de Jesus sobre os indígenas tem como subsídio teórico muitos elementos que foram incorporados da Antropologia por meio do fortalecimento do campo da História Cultural.

As três cartas que analisamos nesse estudo foram escritas entre 1728 até 1729 e retratam as ações da Companhia de Jesus na Guiana Francesa pelos padres Crossard, Lavit e Fauque. Para tanto, será utilizado como fonte de pesquisa esses três documentos que constam na obra *Lettres édifiantes et curieuses* (Tomo XIX)⁷ e que foram trocadas entre os padres jesuítas que estiveram nessa região⁸. Os três documentos foram escolhidos pela proximidade temporal, menos de um ano, e espacial, pois foram escritas na Missão de Caiena e a oeste dela, a Missão de Kourou, fronteira com a Guiana Holandesa, atual Republica do Suriname.

O contexto histórico da Missão de Caiena e a Missão de Kourou estão inseridos no centro da disputa fronteiriça que envolve a Coroa Francesa contra o Reino de Portugal e a Holanda na região do platô das guianas. Caiena abastecia economicamente e militarmente o

⁷ As correspondências constam em AIMÉ- MARTIN, M. L. *Lettres édifiantes et curieuses, concernat l' Asie, l' Afrique et l' Amerique avec quelques relations nouvelles des missions et des notes géographiques et historiques*. Paris, Auguste Desrez, 2 vols. (col. Panthéon littéraire), 1839.

⁸ Para Artionka Capiberibe (2007) foram organizadas quatro missões jesuíticas na fronteira do Oiapoque com a Guiana Francesa: a missão Saint Paul, criada em 1733 pelo padre D'Ayma, às margens do baixo Rio Oiapoque ao lado de um forte francês construído em 1725; a missão Ouanari, criada 1738 pelo padre D'Ausillac no Rio homônimo, localizado na Guiana Francesa; a missão Saint-Pierre, também conhecida como Notre-Dame de Sainte-Foi, localizada no encontro da foz do Rio Camopi (Guiana Francesa) com o Oiapoque; e, por fim, a missão Palikours, que teria sido fundada em 1738 pelo padre Fourné na região do Uaçá.

forte do Oiapoque e dava suporte aos jesuítas que disputavam com os portugueses a influência catequética daquela região. Kourou estava a oeste de Caiena sendo o flanco mais avançado da colônia francesa antes do território holandês, fator que colocava um elemento a mais na disputa territorial. A administração da Guiana Holandesa era exercida por protestantes calvinistas que de alguma forma poderia ser um obstáculo da Companhia de Jesus na conversão dos indígenas na região.

Em relação a fonte de pesquisa, a coletânea *Lettres édifiantes et curieuses* constituiu uma publicação de 34 volumes originalmente impressa entre 1702 a 1776 e reúne todas as cartas enviadas pelos padres jesuítas franceses que atuaram na América, Ásia e África no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII. Em 1839, o pesquisador Louis Aimé Martin republica parte importante dos volumes com uma revisão estilística e gramatical mais rigorosa pela editora Auguste Desrez. Desse modo, a obra passou a ser integrada a coletânea literária do Panthéon. Essa segunda versão, que será utilizado nesse artigo, foi a mesma citada nos trabalhos de Artionka Capiberibe (2007) e Antonela Tassinari (2000).

As fontes documentais selecionadas, contribuíram para a formulação do problema norteador desse artigo: como foi construída a representação dos indígenas pelos três jesuítas franceses nas missivas escritas na Guiana Francesa de 1728 e 1729?

O objetivo central desse trabalho é compreender a retórica dos padres jesuítas Crossard, Lavit, e Fauque diante da atuação missionária que ocorreu nessa região da fronteira amazônica do século XVIII. Para alcançar esse objetivo o presente artigo será dividido em quatro partes: a primeira aborda uma revisão bibliográfica sobre a historiografia indígena na perspectiva antropológica; a segunda descreve a carta do Padre Crossard, para qual não há o registro de datação; a terceira parte descreve a carta do Padre Lavit, escrita em 23 de Outubro de 1728; a quarta analisa a carta do Padre Fauque, escrita em 10 de Janeiro de 1729.

A HISTORIOGRAFIA INDÍGENA E A REPRESENTAÇÃO EUROPÉIA NO CONTEXTO COLONIAL

Os estudos que abordam a representação indígena nos estudos coloniais ganharam força com a renovação historiográfica que assimilou parte importante dos conceitos abordados pela Antropologia. A História Cultural passou por essa transformação e influenciou inúmeros pesquisadores que procuraram entender como os europeus descreviam os indígenas

em suas memórias. Nessa perspectiva optamos por analisar as pesquisas de Almir Diniz de Carvalho Júnior (2005), Auxiliomar Ugarte (2003), Janaina Camilo (2011), Arthur Cézár Ferreira Reis (1993), Alírio Carvalho Cardoso e Rafael Chanbolyron (2003), Paulo Oliveira (2011), François Laplantine (2003), Lèvi Strauss (1993) e Hadassa Kelly Santos Melo (2013). Certamente esse grupo não dá conta do universo da representação indígena da fronteira amazônica, mas certamente permite uma confrontação dos conceitos construídos e como o historiador deve olhar a fonte documental produzida pelo europeu sobre o indígena no século XVIII. Foi com base nesses referenciais teóricos que procuramos analisar as três cartas que compõem a fonte documental principal desse estudo.

Almir Diniz de Carvalho Júnior (2005) analisou o processo de construção da representação indígena a partir de um panorama integrado em novas identidades que foram construídas na longa duração e que podem ser avaliadas em duas características inseridas nas epístolas: as positivas, que tem o objetivo de idealizar o encontro com as comunidades; e as negativas, que são retratadas na dinâmica do projeto de colonização e conquista. O autor discute que a visão do europeu estava centrada no “bom” e “mau” “selvagem” e não consideravam de fato o índio em sua totalidade, ou seja, as percepções apresentadas nos relatos dos cronistas configuram uma imagem mítica.

Nesse sentido, Auxiliomar Silva Ugarte (2003) relata que o objetivo da conquista colonial está relacionado ao imaginário europeu no processo colonizador. Essas diferentes visões de mundo pré-estabelecidas, construídas anterior ao contato com a Amazônia, contribuiu para que a visão mítico lendária fosse reproduzida nos documentos elaborados nas expedições e que foram impulsionadas por uma imaginação coletiva, repleta de simbolismos impregnados nas viagens e visíveis nos relatos. Esta questão foi enfatizada pela autora Janaína Camilo (2011, p. 37):

É instigante pensar que a formação da fronteira moderna não dependeu somente da amalgama científico que frutificou na Europa, ao longo dos séculos XVI ao XVIII, entendida como algo que separava dois povos (ou duas civilizações) distintos. Muitas vezes, as incursões sobre o mundo dos não civilizados eram justificadas por questões mitológicas.

Os relatos informam e confirmam esta concepção no decorrer das narrativas. Partindo desse pressuposto, analisa-se o mito, enquanto impulsionador nas buscas do além mar, como consequência da própria conquista, ou seja; imaginária e territorial, noções indissociáveis nesse período. Para Ugarte: "A riqueza material (ouro, prata, pedras preciosas, especiarias), na maior

parte das vezes, foi associada a elementos quiméricos que encontravam recepção no universo mental dos conquistadores" (UGARTE, 2003, p. 8).

A mentalidade dos cronistas, descrita nos registros sobre o que visualizavam ou imaginavam ter visualizado foi devido as reflexões e narrativas influenciadas por padrões e valores europeus para descrever o que vivenciavam. As motivações materiais e imateriais estiveram presente durante todo o processo das expedições.

Os cronistas foram bastante atuantes nas expedições e importantes para o conhecimento das aventuras ultramarinas, pois conviviam em condições naturais difíceis em terras desconhecidas e relatavam, mesmo que por meio de visões épicas, as impressões desses territórios. Os objetivos, embora fossem em parte para os agrados das coroas, com uma certa paixão, fantasias e interesses, discutidos por Auxiliomar Silva Ugarte (2003), não deixam de expor como os europeus compreendiam o novo mundo e, foram embasados no preceito de "servir a Deus e sua majestade" justificando os sofrimentos das viagens em nome de uma ideologia cristã que estava enraizada por esses homens.

Para Ugarte (2003), a trajetória da conquista iniciou a partir do século XVI, período em que os europeus intensificaram suas investidas de forma mais consistente nas desconhecidas regiões que se estendiam para além da Cordilheira dos Andes. No período pré-colombiano, além do império inca, os relatos das expedições européias, referiam-se a outros domínios de povoamento, portanto entende-se que a através da dominação Inca se faz a iniciação da conquista do Rio Amazonas. O reconhecimento do interior amazônico iniciou-se a partir do: "gradativo contato com as populações indígenas das vertentes orientais dos Andes, nos quais, espanhóis coletavam informações sobre os territórios interiores, resultando nas primeiras entradas que se fizeram na Amazônia" (UGARTE, 2003, p. 19).

O autor reforça que essas empreitadas permitiram a disseminação de histórias fantasiosas sobre o País da Canela, o Reino do El Dorado, o Reino de Omágua e o Reino das Amazonas. As notícias difundidas mundialmente são atribuídas aos cronistas, homens importantes no processo de inclusão da Amazônia no domínio ibérico. Os testemunhos cronísticos encontram-se nas diferentes projeções e interpretações que seus autores fizeram quanto as realidades expostas.

Em outras palavras, variavam de acordo com as experiências e ideologias que os acompanhavam. As iniciativas das coroas ibéricas sobre a conquista do território amazônico possuía objetivos semelhantes no que tange as ambições, relações diplomáticas com os povos

indígenas, o usufruto dos territórios e as políticas coloniais na questão demográfica e social, porém, a coroa portuguesa se sobressaiu em comparação a outros conquistadores a partir de um componente fundamental na ação expansionista, o realismo. Arthur Cézár Ferreira Reis (1993, p. 52) defende a mesma tese sobre a relação de Portugal com o processo de colonização da Amazônia:

A política que Portugal realizou na Amazônia, revelando -a, tentando dominá-la, não pela força de uma ação violenta, mas pelo condicionamento as suas peculiaridades e pela exploração do que ela podia produzir de acordo com os conhecimentos da época, foi uma política realista.

A adaptação dos conhecimentos portugueses aos indígenas contribuiu para que esse grupo social pudesse comandar e realizar o desbravamento, a conquista e a dominação por intermédio do instrumento pedagógico. A catequese, como movimento de ocupação da Amazônia, foi desenvolvida pelas companhias religiosas, em destaque a Companhia de Jesus, ordem que acreditava possuir uma missão nesse processo. Essa designação está associada ao componente de confirmação do colonizador, a memória e o martírio.

Nesse sentido, a narrativa tem por objetivo determinar a história dos jesuítas na construção da identidade regional, realizadas a sangue e sofrimento, observados nos documentos de caráter devocional, doutrinário e informativo que circulavam dentro e fora da Companhia. Para os autores, Cardoso e Chambouleyron (2003) a abordagem não possuía importância no entendimento das dificuldades relatadas pelos jesuítas que construíam narrativas de sofrimento e sacrifício, mas sim objetivava entender o projeto de conquista desses religiosos.

Para Carvalho Júnior (2005) a etimologia usada pelos jesuítas na representação dos indígenas passava por transformação ao longo do tempo e caracteriza diferentes grupos étnicos com a mesma finalidade: identificar, ao longo dos séculos XVII e XVIII, quem eram os aliados ou não aliados; amigos ou inimigo. Esse evento ocorreu no Oiapoque com os jesuítas franceses, como foi possível identificar nas fontes que permitiu visualizar as hostilidades que havia entre a coroa portuguesa com as populações indígenas no estuário do rio Amazonas. Isso teve reflexos nos projetos estruturados pelos jesuítas franceses que percorreram a região no começo do século XVIII.

A estratégia empregada pelos padres visava agrupar os índios vulneráveis a violência cometida pelos portugueses. Assim, optaram por estruturar missões na região do baixo Oiapoque, pois essa localidade foi considerada uma área de fuga. O campo de atuação dos

jesuítas foi ampliado na Guiana Francesa e os indígenas que fugiam acabavam integrados ao projeto missionário francês. A medida em que os europeus avançavam a colonização distinguiam os índios nas fontes coloniais e imperiais a partir de aspectos peculiares

eram índios mansos, índios brutos; ladinos; selvagens; gentios sem civilização; tapuios; bárbaros; domésticos, cristãos, entre outros. Normalmente, das mais variadas formas, afirmavam a condição de “civilizados” ou “selvagens”; pertencendo ao povoado ou ao sertão; permanecendo gentios ou transformados em cristãos (JÚNIOR, 2005, p. 02)

Para François Laplantine (2003) o início do pensamento antropológico esteve inserido no processo de expansão ultramarina. A emergência do Renascimento permitiu ampliar os espaços globais de exploração dos territórios desconhecidos e construir diagnósticos sobre os diferentes grupos étnicos: A principal dúvida que aparece surge após o primeiro contato com a alteridade, como demonstra o autor: “aqueles que acabaram de serem descobertos pertencem a humanidade? O critério essencial para saber se convém atribuir-lhes um estatuto humano e, nessa época, religioso: O selvagem tem uma alma? O pecado original também lhes diz respeito?” (*Op. cit.*, 2003, p. 25) elementos questionados pelos padres, uma vez que o argumento poderia responder as dúvidas.

Notamos que se, no século XIV, a questão é colocada, não é de forma alguma solucionada. Ela será definitivamente resolvida apenas dois séculos mais tarde. Se durante o Renascimento esboçou-se, com a exploração geográfica dos continentes desconhecidos, a primeira interrogação sobre a existência múltipla do homem, essa interrogação fechou-se muito rapidamente no século seguinte, no qual a evidência do cogito, fundador da ordem do pensamento clássico, exclui da razão o louco, a criança, o selvagem, enquanto figuras da anormalidade (*Op. cit.*, p. 25)

A abordagem do século XVIII, instruída no contexto de emergência do iluminismo, não incluí as comunidades indígenas no conceito de civilização. Isso evidencia a distinção e sanciona o efeito comparativo com a visão do europeu que utilizavam nos seus discursos e estavam registrados nos documentos.

Para Nöbert Elias (1994) o termo cultura deve compreendido de maneira mais abrangente. O sentido surgiu na união de dois elementos: o germânico *kultur*, que definia os aspectos espirituais de uma comunidade, e a francesa *Civilization*, que se refere principalmente às realizações materiais de um povo. Para o autor, o conceito de civilização

está fortemente ligado ao processo de formação dos Estados Absolutistas que incorporaram ao longo dos séculos a identidade do homem branco europeu.

A partir desses elementos identificamos como os jesuítas se depararam com o conceito de “civilização” ao entrarem em contato com os indígenas, pois tiveram que reconstruir sua representação sobre o nível tecnológico, os costumes e as ideias para desenvolverem seus projetos missionários. Havia uma avaliação que eles faziam sobre as estruturas de habitações ou a forma como os homens e as mulheres vivem nessas comunidades. A Companhia de Jesus precisou adequar as distintas formas de punição no sistema jurídico, peculiar nas regiões que atuavam, além disso, se depararam com choques culturais em questões cotidianas como a preparação dos alimentos. Lèvi Strauss (1993, p. 335) segue a mesma argumentação:

preso entre a dupla tentativa de condenar experiências que os chocam afetivamente e de negar as diferenças que ele não compreende intelectualmente, o homem moderno entregou-se a toda espécie de especulações filosóficas e sociológicas para estabelecer vãos compromissos entre estes polos contraditórios e para aperceber a diversidade das culturas procurando suprimir nesta o que ela contém, para ele, de escandaloso e de chocante.

Para Claude Lèvi Strauss (1993) os termos “selvagem”, “gentios”, ou “silvícola” foram denominações recorrentes para referir-se aos índios, mas principalmente a palavra “selvagem”, como é possível observar nas cartas dos jesuítas franceses que servia justamente para distinguir dos brancos “civilizados” da Europa. O autor resume o sentido do uso do termo selvagem nas relações inter-étnicas. Segundo este autor (*Op. cit.*, p. 59) :

A atitude mais antiga e que repousa, sem dúvida, sobre fundamento psicológicos sólidos pois que tende a reaparecer em cada um de nós quando somos colocados numa situação inesperada, consiste em repudiar pura e simplesmente as formas culturais, morais, religiosas, sociais e estéticas mais afastadas daquelas com que nos identificamos. “costumes de selvagens”, “isso não é nosso”, “não deveríamos permitir isso”, etc., um sem número de reações grosseiras que traduzem este mesmo calafrio, esta mesma repulsa, em presença de maneiras de viver, de crer ou pensar que nos são estranhas. Dessem modo, a antiguidade confundia tudo o que não participava da cultura grega (depois greco-romana) sob o nome de bárbaro, em seguida a civilização ocidental utilizou o termo de selvagem no mesmo sentido.

A inconstância indígena é um dos temas abordados por Hadassa Kelly Santos Melo (2013) que permite entender a retórica que os integrantes da Companhia de Jesus adotaram para justificar a presença e a permanência dos missionários nas missões no intuito de salvar as almas dos “infiéis”. Essa situação pode ser percebida nas cartas utilizadas como fonte nessa

pesquisa que analisa a representação descrita pelos missionários sobre esse costume como um problema que ocasionava a “facilidade com a qual eles esqueciam as verdades que lhes ensinavam, a menos que os lembrassem sem cessar” (AIMÉ-MARTIN, 1839, p. 3).

Melo (2013) destaca que havia um engajamento pedagógico em ensinar o comportamento dos europeus aos indígenas por meio da compreensão do outro. O exame das cartas edificadas descritas por Crossard, Lavit, Fauque, Lombard, e permite entender como foi contruído a representação indígena pelos jesuítas do século XVIII.

“A VIDA ERRANTE E ORDINÁRIA FIRMADA PELO HÁBITO FORMADO NA EDUCAÇÃO”: ANÁLISE DA CARTA DO PADRE CROSSARD.

A carta do padre Crossard constitui a primeira do conjunto de documentos que retratam a Missão da Companhia de Jesus na Guiana Francesa e que estão localizadas na coletânea *Lettres Édifiant*. Não consta a data de escrita, mas analisando comparativamente as outras cartas provavelmente foi uma das primeiras a ser registrada pela Companhia na fronteira da Guiana Francesa com o Oiapoque. O documento foi endereçado ao Superior das missões da Companhia de Jesus na ilha de Caiena ao padre de La Neuville, que ocupava o cargo de Procurador das missões da América. O título do documento é “*Origem e progresso da missão e da colônia das Guianas*” e analisa o desenvolvimento dos trabalhos realizados nessa região.

Crossard inicia sua narrativa destacando a importância de atuar na ilha de Caiena, local onde La Neuville havia trabalhado por alguns anos citando os trabalhos de dois padres que atuavam na região, Lombard e Ramette e sua experiência com os “selvagens”, como foi descrito pelo próprio autor, reforçando que os indígenas nunca ouviram falar de Jesus Cristo. Crossard afirma que: “Apenas estava em concordância que por um momento, seria somente guiado pelo seu zelo. Sem outro interprete que não fosse o Espírito Santo, eles entravam na Guiana e se espalhavam em meio a estes índios” (AIMÉ-MARTIN, 1839, p. 3).

A carta descreve que os dois padres percorreram diferentes grupos étnicos dispersos numa vasta região e que estavam iniciando seus trabalhos de conversão, destacando que muitos indígenas estavam “no estado de não compreender tudo aquilo que eles poderiam fazer” (*idem*).

Crossard destaca que os dois jesuítas tiveram que conquistar a confiança dos povos para que pudessem ensinar os “seus espíritos” com cuidados “para os mais humildes eles cuidavam das crianças, estavam sempre prestando socorro médico aos doentes e lhes

distribuindo remédios, cujo Deus abençoava em ato eclesiástico na virtude, dividiam as tarefas e tomavam medidas consternadamente nos menores desejos” (AIMÉ-MARTIN, 1839, p. 3). Para adquirir a aproximação com os indígenas a metodologia utilizada pelos padres foi presentear os nativos com objetos desconhecidos como espelhos, facas, anzóis, pedaços de copos coloridos, etc. Crossard avalia os resultados desse contato:

Esses bons ofícios ganham passo a passo o coração de um povo que é naturalmente doce e sensível a amizade. Durante esse tempo, os missionários aprendiam as diferentes línguas das tribos, estavam tão habilidosos e nisso rezavam tão bem dentro de uma inteligência que se encontravam em um estado de pregar as verdades cristãs, com algum tipo de eloquência. Todavia, eles retiravam somente o fruto de suas primeiras pregações. O apego desses povos por seus antigos costumes, a inconstância e a leveza de seu espírito. A facilidade com a qual eles esqueciam as verdades que lhes ensinavam, a menos que os lembrassem sem cessar; a dificuldade que havia dos dois missionários era contínua entre as várias nações diferentes, que ocupavam próximo de duzentos lugares de terrenos, tudo isso colocava obstáculo em meio a sua comunicação quase insustentável (*Op. cit.*, p.4).

A lamentação que a carta nos traz foi a dificuldade enfrentada pelos padres como destaca o padre Lombard sobre a descrição do temperamento do padre Ramette, que se queixava dos alimentos e das doenças. O documento faz referência dos relatos de Lombard em relação a importância da missão e os obstáculos enfrentados para a consolidação da missão com narrativas de heroísmo: “Todavia seu zelo, longe de se abrandar, se revigora e cresce novamente; uma sana perseverança o retém no meio de uma tão abundante ceifa; resolveu se sustentar nesse trabalho e de levar sozinho este peso” (*Op. cit.*, p. 4). Crossard relata a construção de uma habitação fixa que contribuiria para o encontro e reunião de todos os povos daquela região que foram cativados pelos padres que percorreram diversos lugares.

A carta traz informações sobre dois escravos negros que saíram com eles de Caiena e dois “selvagens” que haviam se juntado no caminho que cumpriam importante papel no processo de “desbravamento” da região. A missão iniciou seus trabalhos agrícolas com plantação de mandioca, trigo da Índia, milho e outras plantas com objetivo de constituir uma reserva de alimentos para futuros integrantes.

Crossard relata que os dois padres conseguiram integrar mais três indígenas que auxiliaram na derrubada da mata e na fabricação da madeira com o objetivo de construir uma capela, uma casa grande para alojar comodamente uma quantidade considerável de pessoas. A conclusão desse projeto é relatado nesse trecho:

Logo que acabou estas duas construções, visitou as diferentes nações, e apressou cada uma delas de lhe confiar uma de suas crianças. Se mostrava tão amável com estes povos, e arrebatou seus espíritos que eles não o recusar. Como conhecia a maioria dessas crianças, escolheu a naquela que achava mais espírito e doçura, a mais bela e natural e que se identificava mais propriamente ao projeto por ele formado. Conduziu com triunfo esses jovens índios dentro de sua habitação, que se tornavam catequistas durante um seminário destinado a pregar a lei de Jesus Cristo (*Op. cit.*, p. 5).

No relato de Crossard, o padre Lombard se aplicou com zelo no cultivo da agricultura e na catequização das crianças que aprenderam o idioma francês, a ler e escrever com duas aulas de religião por dia, além disso, revisavam tudo que aprendiam a noite. Quando chegavam a dezessete ou dezoito anos, os jovens foram instruídos pelos padres a ensinarem outras crianças de diferentes tribos dentro de sua própria nação, assim vinham outras crianças que substituíam as primeiras.

Segundo Crossard, quando esses jovens apareciam no meio de seus grupos étnicos “logo despertavam admiração, seu amor e toda a sua confiança” (AIMÉ- MARTIN, 1839, p. 5). Esse fator permite compreender o grau de confiança que a Companhia exercia sobre as comunidades indígenas, pois havia um objetivo “civilizador” além da coesão social daqueles que concluíam os estudos com os padres europeus como relata a narrativa da carta: “Cada um se apressava em vê-los e os entende-los. Eles aproveitavam nesses habilidosos catequistas, das suas disposições favoráveis para civilizar os povos que formavam sua nação e trabalhar em seguida com mais eficácia em suas conversões” (*Op. cit.*, p. 5).

A carta traz a metodologia de ensino que foi praticada após alguns meses de instrução moral que os jovens indígenas passavam, em que os conteúdos religiosos foram canalizados. “Dias inteiros e uma parte da noite passavam nesse santo exercício, e este foi um tal sucesso que ganharam vários para Jesus Cristo e nenhum deles se encontrava sem conhecimento suficiente da lei cristã e que não fosse persuadido da obrigação indispensável de o seguir” (*Op. cit.*, p. 5).

Segundo a carta, todas as vezes que estes jovens catequistas obtinham alguma conquista, eles comunicavam seu padre comum, pois havia uma preocupação com a prestação de contas que ocorriam mensalmente mesmo que fossem pequenas. A narrativa destaca a ampliação do número e de batizados promovidos por esses jovens indígenas o que permite inferir um ambiente favorável para o cristianismo e não se restringiam apenas nos saudáveis, mas os próprios doentes terminais “e não podemos contar quantas almas eles povoaram no céu após ter assim purificados no batismo das águas” (*Op. cit.*, p. 5).

A carta de Crossard relata as diversas visitas realizadas ao longo daquele ano nas missões das indígenas que foram catequizadas pelo padre Lombard, que trabalhou por durante quinze anos na Guiana, trazendo excelentes notícias sobre o sucesso evangelizador, “sempre ocupado ou em formar hábeis catequistas, ou em recolher os frutos que eles tinham feito ou em visitar os novos convertidos” (*Op. cit.*, p. 5-6).

No entanto, havia uma preocupação descrita na carta, pois como esses cristãos tornavam-se a cada dia mais numerosos sob os cuidados dos jovens índios que ele havia formado, Lombard teve dificuldade de cultivá-los por meio da distância entre os diferentes grupos étnicos. Em meio a esses embaraços em que se encontrava, ele teve a ideia de reunir todos os cristãos em um mesmo lugar. O processo seria de difícil execução, pois “uma situação fixa que está inteiramente contrária ao temperamento destes povos. A inclinação que os leva a uma vida errante e ordinária nasceu com eles e está firmado pelo hábito formado na educação” (*Op. cit.*, p. 6).

Embora houvesse críticas aos costumes indígenas, percebemos que houve alguns sucessos nas estratégias jesuíticas: “sua propensão natural cedia a doce eloquência do missionário. Todas as famílias verdadeiramente convertidas abandonavam sua tribo e vinham se estabelecer com ele nessa agradável planície que ele tinha escolhido (*Op. cit.*, p. 6)”, mais precisamente na embocadura do rio Kourou. A missão tinha objetivos nesse contexto de construir uma igreja, para formar um grande vilarejo e explorar economicamente as terras de cada grupo étnico como relata Crossard:

A dificuldade estava em levantar o plano desta igreja, de dirigir os operários que deveriam trabalhar lá. O padre Lombard fez vir de Caiena um hábil carpinteiro, que podia servir de arquiteto dentro da necessidade. Convinha com ele a soma de 1.500 livres. Todo módico que parece esta soma ela era excessiva para um missionário destituído de toda ajuda e encontrado somente a boa vontade de um grupo de neófitos que não tem dinheiro e nem negócios. Com o seu zelo, sempre engenhoso lhe fornecem uma nova fonte. Os índios que deviam formar o povoado estavam em cinco companhias que tinham cada uma seu chefe e seus oficiais subalternos. O padre os reunia e os propunha o meio que Deus havia lhe inspirado para procurar a pronta execução de sua engenharia. Esse meio era que cada companhia se empenhasse para fazer uma piroga (é um grande barco que pode conter aproximadamente quinhentos homens). O empreiteiro fazia cada piroga no valor de 200 livres cada uma. Embora esses índios sejam naturalmente indolentes e inimigos do exercício penoso, eles se portavam nesse trabalho com extremo afinho, e em pouco tempo, as pirogas foram acabadas. Restava ainda 300 livres para pagar o empreiteiro. O padre Lombard encontrou de quem suplicar esta soma por meio das mulheres indígenas. Enquanto as mulheres colhiam o algodão, seus maridos se ocupavam em derrubar a madeira necessária para a construção da igreja. O que se executa com uma prontidão espantosa. Eles já tinham esquadrinhado e juntado as peças de madeira, segundo a proporção que lhes havia marcado o arquiteto, quando

lhe sobrevinha um novo obstáculo. Trata-se de cobrir o edifício e por isso era necessário tábuas e esteio, calhas, nossos selvagens não tinham nenhum costume desse ofício. O fervor dos neófitos levou brevemente esta dificuldade. Em um número de vinte, eles iam encontrar um francês, habitante de Caiena, que tinha dois negros muito ágeis para manejar no trabalho, eles pediam estes dois escravos e eles se ofereciam para o servir durante todo o tempo que estivessem ocupados em fazer o telhado da igreja. Esta oferta era muito vantajosa para não ser aceita; os selvagens serviriam o francês na ausência dos negros, os negros acabariam o que restava para fazer na completa construção da igreja (*Op. cit.*, p. 6).

A queixa principal observada na carta se refere a quantidade mínima de dez missionários que a Companhia de Jesus precisaria dispor para atuar na região da Guiana francesa que nesse contexto contava apenas com o padre Lombard que estava com saúde frágil e idade avançada, a carta termina com o receio de que ele poderia falecer. Isso implicaria na formação de um outro missionário com a mesma qualificação que soubesse os idiomas de todas as nações que somente Lombard conhece.

“POBRES INFIÉIS E A MISERÁVEL VIDA”: ANÁLISE DA CARTA DO PADRE LAVIT

Em relação a carta do padre Lavit, escrita em Caiena no dia 23 de outubro de 1728, direcionada ao Procurador das missões francesas na América, o Padre De La Neuville nos traz como título *“Traversée de Rochelle em Caiena- Estado da Colônia- costume dos selvagens entre o Oiapoque e Maroni”* Esse documento inicia com o relato de viagem desse jesuíta por toda a colônia francesa:

Eu acreditaria faltar conhecimento que eu vós devo de tantas provas de amizade que você me deu antes de partir de Paris, se eu diferisse de vós fazer em poucas palavras a narração de minha viagem e da primeira entrevista que eu tive com os selvagens desde os primeiros dias da minha chegada em Caiena. Nós partimos de La Rochelle, como vós o sabeis, no dia 3 de julho: a calma e os ventos contrários não nós permitiam sermos molhados diante de Caiena, somente no dia 21 de setembro. Havia próximo de duzentas pessoas sobre nossa margem e embora nesta travessia, que foi bastante longa, nós tivemos sofrimentos e ardor do sol e da sede, onde nós nos encontramos durante mais de um mês, nisso graças ao senhor, que poucos doentes e a morte não levou ninguém. O padre de Montville não foi tão feliz como eu, o mal do mar o atormentou em toda rota. Para mim que aproveitei da saúde que Deus me concedeu para ministrar todos os dias a missa aqueles da tripulação que podiam o entender e para fazer exortações todas as festas. Eu tive a consolação de ver nisso uma grande parte se aproximar dos sacramentos e vários marinheiros que fizeram sua primeira comunhão no navio. Eu lhe confesso que fiquei com saudades dessas boas pessoas, em que encontrei tanta simplicidade da fé. (AIMÉ-MARTIN, 1839, p. 6).

Poucos dias após sua chegada em Caiena, foi chamado em uma habitação para ministrar os sacramentos a um doente. Nesta pequena viagem que foi feita de canoa dentro da floresta, encontrou sobre sua rota duas famílias que nomeou de “selvagens”. Isso foi para ele um espetáculo tocante de ver pela primeira vez “esses pobres infiéis e a miserável vida” que eles levam. O padre ficou por uma hora em uma cabana que havia somente crianças amedrontadas com sua presença; os outros vinham com menos pena e foram cativados com aguardente e outros presentes como espelhos e faca. O relato do jesuíta menciona a importante presença de um escravo negro que o acompanhava:

Eu teria tido muito embaraço com eles se o negro que me conduziu não soubesse sua língua, ele me serviu de interprete e com sua ajuda me fizera conhecer esses pobres selvagens, vivendo como lhe fizessem dentro da ignorância do verdadeiro Deus, estavam em um estado de perdição; que eles não tinham uma alma imortal e se negligenciassem de serem instruídos dos lugares eterno seria sua divisão logo após sua morte, que eles podiam evitar essa terrível desgraça; que para isto teriam somente de encontrar o padre Lombard, que sabia perfeitamente sua língua; que se eles fizessem esse trâmite, esse padre os receberia de braços aberto e teria o mesmo cuidado que o padre mais terno tem de suas crianças. Eu via em seu semblante que eles estavam tocados deste discurso. Me responderam que não queriam afinal ser infelizes nesta vida e na outra, que com prazer iriam encontrar com o padre Lombard, mas que eles não eram mestres deles mesmos, viviam dentro da dependência de seus chefes, os quais eles obedeciam se eles entrassem dentro da minha visão, que atualmente eles estavam em pecado, e que se eu quisesse pregar para eles eu os encontraria de retorno ao meio dia. Eu saí bastante contente com minha visita e lhe dei a palavra que retornaria em socorro de um moribundo pelo qual havia me chamado, cuja habitação era somente um lugar pequeno de morada destes selvagens (*Op. cit.*, p. 7).

Lavit afirma que após ter administrado a missa e confessado o doente, deu-lhe a extrema unção concluindo que o enfermo encontrou na participação dos sacramentos tanto a saúde do corpo como da alma, pois ficou fora de perigo embora não tivesse passado totalmente a febre. Lavit descreve que o doente continuava com delírios durante a noite ao longo de três dias até estar completamente recuperado: “só pensava em ir rever meus selvagens. Antes de sair de casa, eu me informei de qual era a característica e a maneira de viver desses bárbaros”.

Segundo o jesuíta, eles viviam como “feras”, sem nenhum culto e quase sem nenhum conhecimento natural, que seu líder havia colocado seu próprio filho no meio de suas mulheres e não conseguiam cativá-los na cultura jesuítica. Lavit descreveu que foi feito diversos esforços para que o líder fizesse uma viagem para Kourou, mas não obtiveram êxito

nisso. Os costumes indígenas encorajavam o jesuíta em sua missão: “A ideia que tinha desses índios abrandava fortemente o zelo em que me sentia de continuar a boa obra que só tinha que se esboçar. No entanto, reanimando toda a minha confiança em Deus, não acreditava que devia ceder a este obstáculo” (*Op. cit.*, p. 7).

A carta afirma o compromisso missionário, reforçando os vínculos da instituição com a causa catequética daqueles grupos indígenas e a necessidade de aproximar os elementos cristãos das famílias: “e como o senhor emprega algumas vezes o que há de mais vil para reaproximar dele aqueles que parecem mais afastados, me convencia que teria uma reprovação eterna se negligenciasse de manter os chefes” (*Op. cit.*, p. 7). Quando Lavit entrava nas cabanas, os encontrava de retorno da pesca: os indígenas estavam tranquilamente deitados em suas redes e segundo o padre não se dignavam em recebê-lo. Como é possível ver nesse trecho:

No momento que o primeiro capitão percebeu minha presença, riu com todas as forças, o que me parecia ruim augúrio, no entanto, ele me fez um sinal de aproximar minha mão da dele, e esta leve marca de amizade me encorajou. Eu me sentei em um tronco de árvore que estava perto de sua rede e com ele estava o segundo capitão, me pareciam bastantes dispostos em me escutar, repetia o que tinha dito pela manhã a sua família; depois eu os reuni para lhes pregar uma visão feliz, que não existia outro caminho, que enfim, era tempo de abrir os olhos para a luz e sair das trevas; que não deviam resistir a voz de Deus que a chamava, por ele mesmo e por seus ministros, para renunciar suas loucas supertições e de abraçar a religião cristã, que se quisessem me seguir em Kourou, eu os colocaria sobre as mãos do verdadeiro padre que os receberia com bondade, e que lhes facilitaria os meios de se estabelecer com sua família (*Op. cit.*, p. 7).

O relato de Lavit indica que mesmo com as adversidades, ele conseguiu conquistar a amizade dos indígenas que prometeram fazer “o que desejasse”, assim reuniu um grupo de jovens e partiram no dia seguinte até a missão de Kourou, que é afastado de suas moradias aproximadamente dezoito horas de caminhada. Lavit relata que engajou os jovens ainda mais.

Ao chegarem na região, deram início ao desenvolvimento de uma plantação de mandioca e trouxeram o restante de suas famílias que se deslocaram pelo rio com apoio de uma “piroga” (embarcação indígena), “afim de colocar nela sua bagagem e levar sua família composta de vinte pessoas”. O jesuíta ficou tocado de “compaixão” com o “estado deplorável” como se encontravam os “selvagens” que conduziu até Kourou, ficou bem consolado de ver o rápido progresso que a religião fizera nos corações dos índios que compunham a igreja gerada, seu relato reforça esse processo:

Não pude conter minhas lágrimas, vendo o acolhimento, a modéstia e a devoção com o qual essas diferentes nações de selvagens assistiam os ministérios divinos. Cantavam a grande missa com uma piedade que teria neles inspirados aos mais mornos e dissipados. Depois do evangelho, o padre Lombard se coloca como pregador: as lágrimas dos índios foram o elogio do pregador. Como ele pregava na sua língua, eu não compreendia nada daquilo que dizia, eu julgava somente a força da sua pregação, pela impressão de sensibilidade que causava nos seus ouvintes. Ele teve nisso um grande número de comunhão no final da missa, e eles dedicavam uma hora e meia de seu tempo para a ação de graças. Em vista a esse espetáculo e comparando o que via desses novos cristãos com a ideia que eu tinha formado dos selvagens, não podia me impedir de exclamar: Oh meu Deus! quanta piedade! quanto respeito! quanta devoção! poderia eu o ter acreditado se não tivesse sido testemunha? Após o meio dia o padre Lombard fez o catecismo das crianças, cantaram a cerimônia religiosa. A prece da noite, que se faz em comum dentro da igreja, termina a jornada do dia de domingo (*Op. cit.*, p. 7).

O jesuíta finaliza a carta descrevendo que na segunda pela manhã, ainda via os índios reunidos na igreja para fazer a oração e que em seguida, ouviam a missa do padre Lombard, durante a qual, eles recitavam o rosário em dois coros e de lá iam cada um para seu trabalho nas plantações de mandioca. A missão seria o modelo de todas aquelas que ele pensava estabelecer por meio de todas as “nações selvagens” que estão espalhadas pela Guiana Francesa.

“O NASCIMENTO DA CRISTANDADE NA ESSÊNCIA DA IGNORÂNCIA E BARBÁRIE”: ANÁLISE DA CARTA DO PADRE FAUQUE

A Carta do padre Fauque foi escrita na Missão de Kourou na Guiana Francesa, “em quatorze lugares” da ilha de Caiena no dia 10 de janeiro de 1729 ao padre De La Neuville, procurador das Missões da América.

Fauque inicia seu relato retomando o projeto descrito por Lavit sobre a necessidade de se construir uma igreja na região de Kourou, após treze meses desde a escrita da última carta edificante, a obra foi concluída. O relato traduz o sentimento do empreendimento: “custou nisso de suores e fadigas, com a finalidade de conseguir reuni-los, em um grande número dentro do mesmo povoado, e a os motivar em contribuir, no trabalho de suas mãos, na construção da igreja que acabara de ser felizmente terminada” (AIMÉ-MARTIN, 1839, p. 8).

O jesuíta continua descrevendo a dificuldade nesse processo pela “inconstância dessas nações selvagens” conforme ele caracteriza os costumes indígenas que são inimigos de todo o exercício seja ele o menos penoso. O missionário reforça a importância de atuação do padre Lombard que soube conduzir toda essa “inconstância” reunindo-os num mesmo lugar, tendo por

assim dizer “forçado seu natural”, lhes incitando para o trabalho, numa atividade e numa vivacidade cujo seu natural e a educação os faziam inteiramente incapazes, segundo seu relato.

Fauque descreve que foi no trabalho e no zelo “desses neófitos” que Lombard inaugurou a primeira igreja que fora construída nessas “terras infiéis” e planejou essa construção no ano de 1726 como havia informado ao padre superior geral. A carta descreve a estrutura física do empreendimento: o corpo desse “santo edifício” tem oitenta pés de altura sobre quarenta de largura; foi feito sobre a largura de dezoito pés para fazer a sacristia e um quarto próprio para alojar o missionário; um e outro são colocados atrás do mestre de cerimônia, o coro, a nona, e duas asas que acompanham são bem claras e é possível juntar o altar na decoração da parte superior.

O padre relata que a nova igreja de Kourou, seria observada até mesmo da Europa, como “uma obra de bom gosto”. Ministraram a benção solene no terceiro domingo de ramos no dia doze de dezembro do ano de 1728. Os índios se renderam processualmente a igreja cantando, o celebrando na alvorada, chuvosa e fluvial, estava procedido do fundamento da cruz e de uma dezena de jovens “selvagens” (*Op. cit.*, p. 8).

A carta de Fauque afirma que quando foi recitado na porta da igreja as preces prescritas no ritual, começaram os benzer de fora. O primeiro aspergido foi acompanhado de cantos de canhões que despertava a atenção dos índios: foi o senhor Dorvilliers, governador de Caiena que estava presente nesta artilharia, o qual teve várias salvas durante a cerimônia. Segundo o jesuíta (*Op. cit.*, p. 8): “Não podíamos deixar de ser enternecidos vendo a santa alegria que transparecia sobre os rostos dos nossos neófitos”, quando a benção da igreja acabou, eles foram buscar o santo Sacramento em uma casa, onde desde manhã tinham ministrado uma missa e consagraram uma hóstia como é relatado:

O pátio foi levado por alguns franceses de Caiena que eram devotos dessa santa cerimônia. Fora um espetáculo edificante de ver, uma multidão prodigiosa de índios, fieis e infiéis, espalhados em uma grande praça, que se prostava diante de Jesus Cristo para adorá-lo, enquanto o levamos em triunfo para o novo templo que acabara de ser consagrado. A procissão fora seguida de uma grande missa durante a qual o padre Lombard fez um sermão muito emocionante a seus neófitos: doze selvagens enfileirados em dois coros cantavam com justa precisão, que eram admirados pelos franceses, os quais os assistiam. A tarde reunia-se para fazer as cerimônias religiosas feitas nesse horário e a festa acabara pelo (te deum) e a benção dos três sacramentos. Num instante antes que o padre estava do lado do povo para dar as bênção, o padre Lombard avançou com a vestimenta própria para o altar e por um pequeno discurso tocante, ele levou a Jesus Cristo o nome de todos os neófitos, a oferenda pública da nova igreja. O silêncio e a atenção dos bons índios parecia visível que seus corações estavam semeados dos sentimentos de respeito, de amor e de reconhecimento que o missionário se esforçava em lhes inspirar (*Op. cit.*, p. 9).

O relato de Fauque afirma que desde que “nossos selvagens” tiveram a igreja construída em seu povoado, foi percebido que eles se afeiçoavam muito mais e que não faziam antes em todos os exercícios da piedade cristã. Eles se rendiam lá todos os dias em multidão, seja para fazer as suas preces e ouvir a instrução feita a noite e pela manhã em sua língua, para assistir o santo sacrifício da missa. O jesuíta afirma que não via em nada faltar a saudação que se faz na quinta feira e no sábado, do mesmo modo que se pratica na ilha de Caiena.

Fauque descreve que é por essas frequentes instruções, e de tão santas práticas que se viu acreditar cada vez mais no “fervor na devoção” desses novos convertidos. “Tais são meu reverendo padre, as primeiras de uma cristandade que só se faz nascer no seio mesmo da ignorância e da barbárie”. Ele não duvida afinal, que a exemplo destes primeiros cristãos não sejam previamente seguidos por outras “nações de selvagens”, que estão espalhados por todos os lados neste vasto continente (*Op. cit.*, p. 9).

Pensava frequentemente durante sua permanência no forte do Oiapoque, no qual ficou por um mês para prestar “socorros espirituais” a guarnição. Na caracterização dele, o país é bonito e excelente para todo o tipo de plantação; mas o que marcou foi a possibilidade de estabelecer numerosas missões. Um grande número de índios que estão na vizinhança o visitavam e pareceram desejar que ele permanecesse e teria com prazer caso fosse o responsável pela missão.

O padre assegurou que o Reino da França, comandado na época por Luís XV, iria enviar padres para auxiliar os jesuítas fixados nessa região “e que logo que chegassem nós teríamos somente que trabalhar no coração em os instruir e a lhes abrir a porta do céu”. O padre destaca que a conversão daquele grupo étnico não seria difícil em relação aos Galibis, o relato de sua conversa é explicativo:

Quando eu lhes perguntava se não tinham um verdadeiro desejo de ser cristão, eles me respondiam rindo, que não sabiam ainda do que se tratava e que desta maneira não poderiam me responder positivo. Eu achei esta reflexão bastante sensata para selvagens. Nos momentos que tive de lazer, tracei um pequeno plano das missões que poder-se-ia estabelecer desses opositores em meio as nações selvagens, que descobriu-se até o presente. Aproveitei às luzes do senhor da guarda, comandando para o rei no forte do Oiapoque, que muito navegou por estes rios: eis aqui o projeto de cinco missões que formamos juntos (*Op. cit.*, p. 9).

O jesuíta francês descreve na carta que planejava estabelecer a primeira missão as margens do Ouanari, um rio que desemboca no Oiapoque, a direita em direção ao forte de Caiena. Os povos que poderiam compor o empreendimento seriam os Tocoyennes, os Maraones e Maorions, além

de outras “nações selvagens” que precisariam ser catequizados. Esses grupos estavam estabelecidos aproximadamente em “três ou quatro localidades” do forte e poderiam ser assistidos com frequentes excursões.

Segundo Fauque, o jesuíta responsável não teria outra língua para aprender que não fosse a dos Galibis, pois caso fosse colocado dois missionários no forte do Oiapoque, um deles poderia tranquilamente se aplicar na instrução dos índios, e o outro, depois de assegurado a comunidade indígena num grande número, poderiam receber o batismo.

A segunda missão planejada por Fauque deveria ser composta pelas etnias Palikur, Caramari e Mayets, que estão espalhados nas savanas nas proximidades do Couripi, um outro rio que desemboca também no Oiapoque a esquerda, próximo ao Ouanari. Segundo o relato do jesuíta, essas nações habitam agora áreas quase inabitáveis, suas casas são submersas uma parte do ano e deste modo precisariam ser transportados em direção ao alto do Couripi: “O que facilitaria a conversão desses povos, o que por meio deles, não acharia-se bruxos, como por outros lugares, e que não entrariam jamais em poligamia” (*Op. cit.*, p. 10).

Para Fauque, essas duas missões não estavam longe do forte e forneciam tranquilamente os equipamentos necessários para a posse do Rei Luís XV. Os índios convertidos poderiam percorrer até vinte localidades da Guiana por meio de uma piroga (embarcação com doze ou quinze integrantes).

Fauque afirma que subindo em direção aos altos do Oiapoque, poderia estabelecer uma terceira missão em quatro jornadas do forte na embocadura do Rio Camopi e estaria composta de nações indígenas que são dispersas por toda a região. Essas principais nações foram os Caranes, Pirious e Acoquas. Avançando cinco ou seis jornadas, seguindo sempre o mesmo rio e entrando nas terras, o jesuíta poderia formar uma quarta missão composta de Macapas, Oyayes, Tarippis e Pirous.

Uma quinta missão poderia ser instalada na enseada de Palanques que se lança no Oiapoque a sete jornadas do forte. Ela seria formada por Palanques, Ouens, Tarippis, Pirious, Coussanis, e de Macayonis. Segundo Fauque, a mesma língua das terras eram faladas nas três missões e afirma que até a próxima da páscoa pretende trazer um índio Carave (que não é de uma nação) que conhece o idioma Galibi e com o qual começaria a decifrar essa língua.

Em seu relato Fauque afirma que: “Nós temos ainda dentro da vizinhança um bom número de índios Galibis que desejam que os instruissem dos princípios do cristianismo: eles estão nas proximidades de um rio chamado Sinamari”. Se a presença do jesuíta não fosse necessária no

Oiapoque, teria passado alguns meses com esses índios e destaca que o padre Lombard conhece a maioria desses “selvagens” assegurando que qualquer missão que se estabelecesse poderia ficar tão numerosa quanto ao de Kourou. “Eis aqui, meu reverendo uma vasta carreira aberta aos trabalhadores apostólicos de dez ou doze missionários. Com prazer no senhor de enviar o mais cedo aqueles que tem destinado a acolher em uma missão tão abundante”.

Fauque finaliza sua carta destacando a importância de se enviar mais jesuítas como Lombard, pois o vasto território da Guiana poderia ser organizado sob domínio real da coroa francesa para “avançar na conversão de tantos povos bárbaros”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou elaborar uma discussão em torno da questão da representação dos indígenas através dos indícios registrados nas missivas pelos padres jesuítas franceses que atuaram na fronteira setentrional amazônica da Guiana Francesa e Oiapoque. Para compreender o objeto de estudo recuperamos a historiografia que aborda os estudos sobre a representação indígena pelos europeus no contexto da América Colonial. Essas pesquisas passaram a ser influenciadas por novos pressupostos teórico-metodológicos voltados para a Antropologia que permitiram incorporar essas fontes documentais no centro de discussões da Amazônia Colonial.

As três cartas selecionadas estão inseridas numa coletânea publicada em 1839 na França em que reúne um conjunto extenso de cartas edificantes que foram escritas pelos jesuítas franceses ao longo do século XVIII que desenvolveram missões na América, na Ásia e na África. Optamos pelo conjunto de apenas três documentos que descrevem as estratégias dos jesuítas para a região da Guiana Francesa no ano de 1728 e 1729. Certamente elas não dão conta da complexidade do dinamismo social que ocorreu naquele contexto, mas permite recuperar a memória da atuação desses sujeitos na fronteira amazônica do século XVIII.

Além disso, a intenção desse artigo foi compreender a representação indígena produzida pelos jesuítas franceses a partir da fonte documental do século XVIII, permitindo assim entender a mentalidade e os valores introduzidos na sociedade colonial desse período. Vale destacar que há um enorme potencial de pesquisa acadêmica sobre as cartas edificantes da Companhia de Jesus da França sobre a região da Guiana Francesa e Oiapoque, essa é apenas uma amostra de três cartas, num total de 16 que foram escritas na região amazônica e que constam na “*Lettres Édifiant et Curieuses*”. Por fim, outro possível enfoque seria a análise da

prática pedagógica que é muito retratada nesses escritos e as estratégias de organização do trabalho pelos padres no processo de conversão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIMÉ- MARTIN, M. L. **Lettres édifiantes et curieuses, concernat l' Asie, l'Afrique et l'Amerique avec quelques relations nouvelles des missions et des notes géographiques et historiques**. Paris, Auguste Desrez, 2 vols. (col. Panthéon littéraire), 1839.

CAMILO, J. V. P. Em busca do país das amazonas. In: AMARAL, A.; OLIVEIRA, A.; SANTOS, D. CAMBRAIA, P.; LOBATO, S. **Do lado de cá**: Fragmentos de História do Amapá. Belém: Editora Açai, [p.37-61], 2011.

CARDOSO, A. C.; CHAMBOULEYRON, R. Fronteiras da cristandade: relatos jesuíticos no Maranhão e Grão-Pará (século XVII). In: DEL PRIORI, M.; GOMES, F. S. (orgs.). **Os senhores dos rios**: Amazônia, margens e história. Rio de Janeiro: Elsevier, [33-62], 2003.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

JÚNIOR, A. D. C. **Índios cristãos**: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769). Tese de Doutorado do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

LAPLAMTINE, F. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MELO, H. K. S. **Discursos da construção do 'outro'**: Os povos indígenas nos Sermões do Padre António Vieira (1652-1662). Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

OLIVEIRA, P. R. M. Um estilo jesuítico de escrita da história: notas sobre estilo e história na historiografia jesuítica. **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto- MG. N. 7, nov/dez, 2011, 266-278. Disponível em: file:///C:/Users/COMPUTADOR/Downloads/221-1478-1-PB.pdf.

REIS, A. C. F. **Limites e demarcações na Amazônia Brasileira**, 2 vols. (Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1993). Volume 1: A fronteira colonial com a Guiana Francesa; Volume 2: A fronteira com as colônias espanholas.

STRAUSS, C. L. Raça e História. In: _____. **A Antropologia Estrutural Dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, p. 335.

UGARTE, A. Margens Míticas: a Amazônia no Imaginário Europeu do Século XVI. In: DEL PRIORI, M.; GOMES, Fl. S. (Orgs.). **Os senhores dos rios**: Amazônia, margens e história. Rio de Janeiro: Elsevier, [3-32], 2003.

DIREITOS INDÍGENAS, MEIO AMBIENTE E PROJETOS ECONÔMICOS NA HISTÓRIA RECENTE DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE/AP

*Simone Garcia Almeida
Cecília Maria Chaves Brito Bastos*

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresenta discussões acerca do campo do direito indígena associado às questões ambientais e aos projetos econômicos desenvolvidos nas terras indígenas do Oiapoque. O objetivo é verificar se os direitos indígenas, relacionados ao ambiente, onde vivem os povos do Oiapoque, e ao desenvolvimento de seus projetos econômicos, vêm sendo respeitados e se na prática há transformação da letra da lei em realidade.

Os povos indígenas Galibi-Marworno, Galibi do Oiapoque, Karipuna e Palikur são habitantes do Oiapoque, município do Estado do Amapá (Brasil), que faz fronteira com a Guiana Francesa (França). Os povos do Oiapoque estão distribuídos em três Terras Indígenas (TIs), demarcadas e homologadas. A TI Uaçá faz fronteira em sua porção leste com o Parque Nacional do Cabo Orange. As TIs Galibi e Juminã fazem fronteira com a Guiana Francesa. Essas terras abrangem 23% da extensão territorial do município de Oiapoque, formando um mosaico de áreas protegidas. O conjunto das terras configuram uma grande área contínua, cortada a Oeste pela BR-156, que liga Macapá ao Oiapoque (VIDAL, 2009; IEPE, 2009).

Atualmente, os indígenas do Oiapoque vivenciam em seu território vários projetos de desenvolvimento nacional e regional, tais como: construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque (na fronteira Amapá-Guiana Francesa); a pavimentação da BR-156 e a passagem da Linha de Transmissão da Eletronorte (os dois últimos atravessam a TI Uaçá). Historicamente, esses projetos vem pressionando ambientalmente e economicamente a área das terras indígenas. É nesse sentido que consideramos a necessidade de discutirmos, por meio do campo do direito, como as lideranças dos povos do Oiapoque e os representantes que estão à frente de órgãos públicos que lidam diretamente com as questões indígenas, vêm construindo representações sociais acerca do meio ambiente e dos projetos econômicos desenvolvidos nas TIs.

Desse modo, para tratar acerca das representações sociais dos indígenas do Oiapoque, analisamos a legislação e as bibliografias relacionadas a temática aqui discutida e

entrevistamos⁹ os seguintes colaboradores, no ano de 2008¹⁰: Fernando Forte (etnia Karipuna), Presidente da Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO); Estela Maria dos Santos Oliveira (etnia Karipuna), administradora da FUNAI-Regional do Oiapoque; Estácio dos Santos (etnia Karipuna), Secretário Municipal de Assuntos Indígenas do Oiapoque; Adelmo Moraes de Souza (etnia Karipuna), secretário interino da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Estado do Amapá (SEPI), substituindo a secretária Vitória Santos dos Santos (etnia Karipuna) que estava em férias.

Com esses dados, o texto apresentou as seguintes questões: o campo do direito indígena e o movimento dos povos indígenas; as terras indígenas e unidades de conservação e o usufruto exclusivo das riquezas naturais. E, por fim, delineou alguns problemas quanto ao desenvolvimento de projetos econômicos nas terras indígenas do Oiapoque.

O CAMPO DO DIREITO E O MOVIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS

O estudo enfocou o campo do Direito voltado às questões ambientais e aos projetos econômicos na História recente dos povos indígenas do Oiapoque, a partir do que Lara e Mendonça, no livro “Direitos e justiça: histórias plurais” (2002), definem como campo de lutas, aproximando dois campos - o da História e do Direito. Na história do Brasil fazem parte da vida social as normas legais, os procedimentos jurídicos e as diversas concepções do campo do direito, campos que se envolvem em um complexo e conflituoso jogo político abrangendo toda a sociedade. Assim, podemos considerar que a história do direito e da justiça na sociedade brasileira está intrinsecamente ligada à história social. Por isso, as autoras afirmam que há direitos pelos quais vale a pena lutar, mesmo que enfrentando todo tipo de lentidão da justiça brasileira, além de energia e disposição para travar os embates necessários para garantia de direitos.

Compreendendo a importância do campo do direito como um espaço de lutas, é importante verificar se os direitos indígenas estabelecidos historicamente vêm sendo respeitados e como tem se dado na prática a transformação da letra da lei em realidade. Isto porque, a legislação, geralmente, é construída e perpassada pela questão do conflito, o que para nós historiadores e historiadoras abre uma brecha para estudarmos as relações sociais e

⁹ Para evidenciar as representações sociais, tornou-se necessária a utilização de fontes orais coletadas em uma situação de entrevista. Os estudos de Lang (1996) e Meihy (1996) auxiliaram teoricamente na aquisição dos dados orais.

¹⁰ É importante enfatizarmos que os dados da pesquisa em questão foram adquiridos entre os anos de 2006 e 2009.

as transformações históricas de uma dada sociedade, como a sociedade indígena. Por isso concordamos com Sampaio (2005, p. 68-69) quando explica que:

Analisar a legislação e temáticas relacionadas ao Direito não é um procedimento novo na historiografia brasileira. A diferença está em extrapolar a abordagem tradicional da história do Direito e retomar temas e problemas na perspectiva da história social [...]. Em termos estritos, isso implicou na superação de concepções que consideravam o Direito apenas como parte da superestrutura ou expressão política e ideológica da hegemonia das “elites”, levando os historiadores a encarar o direito (e a justiça) como um “campo de lutas”. Desse modo, “seus artefatos (a legislação, as instituições) são definidos pelo conflito e recebem significados diversos. São, neste sentido, uma porta de entrada para o estudo de relações sociais e transformações históricas e delas são parte constitutiva.

Os direitos, conforme Teles (1994), estão na base da compreensão dos problemas cotidianos de nossa existência e através dos quais são problematizados e julgados quanto à necessidade de serem tratados com equidade e justiça. Porém, não sem conflitos, pois na constituição de espaços públicos em que a negociação seja possível, as diferenças podem ser expressas, pois são “espaços nos quais valores circulam, argumentos se articulam e opiniões se formam” (TELES, 1994, p. 92). Mas, espaços nos quais as diferenças e os conflitos possam conviver. Esses espaços públicos fazem parte da experiência democrática.

A partir dos diversos espaços públicos podemos demarcar a importância dos movimentos sociais. O movimento indígena tornou-se representante de um dos movimentos sociais mais atuantes, capaz de construir toda uma trama de representações – por meio dos quais vem se generalizando, não só entre os indígenas, mas entre a sociedade brasileira em geral a consciência do direito a ter direitos.

A conquista de direitos pelos povos indígenas se insere na perspectiva de uma luta não só pelos direitos já estabelecidos, mas pela criação de novos direitos, que emergiram de lutas específicas e de práticas concretas, que se expressam hoje através, por exemplo, da Constituição Federal de 1988. Esta Constituição é uma das mais avançadas no que concerne aos direitos indígenas. Destaca-se, sobretudo, ao determinar como princípio norteador do relacionamento entre os povos indígenas e o Estado brasileiro o respeito à diversidade étnica e cultural dos povos indígenas. Dessa forma, a redefinição dos direitos, como enfatiza Dagnino (1994, p. 108) envolve “não só o direito à igualdade, mas também o direito a diferença [...]”. Nessa direção a autora explica ainda que (*op. cit.*, p. 114):

Não se trata de recusar a diferença, mas entender o que ela designa [...] [pois, há] um vínculo intrínseco entre a igualdade e a diferença. No campo da direita, a diferença sempre emerge como afirmação do privilégio e, portanto, como defesa da desigualdade. No campo da esquerda, no campo da cidadania, a diferença emerge enquanto reivindicação precisamente na medida em que ela determina a desigualdade. A afirmação da diferença está sempre ligada à reivindicação que ela possa simplesmente existir como tal, o direito de que ela possa ser vivida sem que isso signifique, sem que tenha como consequência, o tratamento desigual, a discriminação. Não fora a desigualdade construída enquanto discriminação à diferença, ela não existiria como reivindicação de direito. Concebido nessa perspectiva, me parece que o direito a diferença, específica, aprofunda e amplia o direito à igualdade.

Além da Constituição de 1988, que dedica à questão indígena um capítulo e outras nove disposições dispersas, existe também um conjunto de decretos, leis e normas que regulamentam procedimentos administrativos de reconhecimento e proteção dos direitos indígenas. A esses instrumentos legais que regulamentam a relação entre o Estado e a população indígena dá-se o nome de legislação indigenista, pois como afirma Coelho dos Santos “não se refere ao direito interno de cada povo ou comunidade indígena, mas sim a um ordenamento jurídico por meio do qual o Estado reconhece os direitos dos índios” (COELHO DOS SANTOS, 2004, p. 91).

No entanto, para que os povos indígenas do Brasil tivessem seus direitos garantidos e ampliados uma longa luta se desenrolou, colocando a questão indígena no campo das discussões dos graves problemas nacionais. Assim, os povos indígenas, estimulados por grupos da sociedade civil e da Igreja começaram a organizar o movimento indígena ainda no período da ditadura militar.

A partir da organização do movimento emergiram lideranças indígenas que passaram a apresentar seus problemas diretamente aos órgãos estatais, fazendo com que suas reivindicações repercutissem no cenário nacional e internacional. Valiosos instrumentos contribuíram para a conscientização dos povos indígenas e a sua organização, para lutarem por melhores condições de vida. Além das Assembleias Indígenas, configuradas em meados dos anos de 70, houve a criação a União das Nações Indígenas (UNI) no início dos anos de 1980. Por meio da UNI houve uma ampliação da circulação de informações sobre a situação dos povos indígenas no país, o estabelecimento de alianças entre os indígenas e com organismos da sociedade civil, objetivando expandir a repercussão de suas reivindicações. No Oiapoque, os anos de 1970, são representativos da organização indígena por meio de encontros nacionais, acompanhados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e das

Assembleias Indígenas, tendo a primeira Assembleia ocorrida em 1976 (POVOS INDÍGENAS ..., 1976).

É dentro desse contexto, conforme Coelho dos Santos (1989), que os indígenas passam a pressionar a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para demarcar suas terras, impedir a utilização das terras demarcadas sem a devida autorização e indenização e para o estabelecimento de projetos desenvolvimentistas (passagem de rodovias e estradas de ferro, linhas de transmissão, barragens).

Nesse momento, passa a ser uma prática constante dos povos indígenas o envio de lideranças para Brasília, no sentido de obter soluções para problemas comuns que, segundo Coelho dos Santos (1989), foi fator importante para que o Governo da Nova República descentralizasse a FUNAI, criando as Superintendências Regionais. Dentre elas, no Amapá foi criada a FUNAI-Regional do Oiapoque.

Na campanha pelas eleições diretas para presidente da República em 1984, lideranças indígenas apoiadas por várias instituições - organização não-governamental Comissão Pró-Índio de São Paulo, CIMI, Organização dos Advogados do Brasil (OAB) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), além de antropólogos, indigenistas e missionários - encaminharam para Tancredo Neves, candidato à presidência, um documento estabelecendo as bases para uma nova política indigenista. O documento encaminhado a Tancredo Neves tinha por base o respeito ao pluralismo cultural e étnico, a assistência aos povos indígenas e o relacionamento político simétrico.

No entanto, com a morte de Tancredo Neves o projeto não foi executado e nem levado em consideração pela FUNAI. Frente a isso, a luta se transferiu, por meio das lideranças indígenas, apoiada pela sociedade civil e pela igreja, para o âmbito das discussões em torno da Assembleia Nacional Constituinte. Essa mobilização dos povos indígenas conseguiu garantir importantes conquistas na Constituição de 1988, entre elas o direito, através do respeito a pluralidade cultural, de continuarem a ser indígenas e de não serem incorporados à comunhão nacional.

A UNI lançou a campanha “Povos Indígenas na Constituinte”. Essa campanha mobilizou várias etnias indígenas para reverter o quadro “anti-indígena” que havia no Congresso Constituinte, como também para a concretização de pontos importantes a serem aprovados no texto constitucional. Portanto, foi através de uma longa luta que os povos indígenas se constituíram como sujeitos sociais ativos, definindo o que consideravam seus

direitos e lutando pelo seu reconhecimento. Os povos indígenas conseguiram garantir na Constituição de 1988, e em outros instrumentos legais, direitos ao reconhecimento de suas terras, de sua cultura, de seus costumes e de seus saberes. Dentre essas lutas coloca-se, também, a discussão quanto às terras indígenas, as unidades de conservação e o usufruto exclusivo das riquezas naturais.

TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Uma questão complexa no debate do campo do direito refere-se à sobreposição entre terras indígenas e unidades de conservação. Frente a essa problemática a Lei 9.985/2000 em seu Artigo 57 determina que:

Os órgãos federais responsáveis pela execução das políticas ambiental e indigenista deverão instituir grupos de trabalho para, no prazo de cento e oitenta dias a partir da vigência da Lei, propor as diretrizes a serem adotadas com vistas à regularização das eventuais superposições entre áreas indígenas e unidades de conservação (BRASIL, 2000, Art. 57).

Em outubro de 2000 o grupo foi criado, mas extinguiu-se em dezembro do mesmo ano, sem oferecer uma solução para resolver o impasse da sobreposição de terras indígenas e unidades de conservação. Segundo Fischer (2007) tal fato ocorreu devido aos diferentes pontos de vista quanto a preservação e uso dos bens naturais entre conservacionistas e preservacionistas. Os conservacionistas apregoavam que a natureza poderia ser utilizada, mas dentro de parâmetros que possibilitassem o uso racional dos recursos naturais e os preservacionistas propunham que a natureza deveria ser defendida contra o desenvolvimento industrial, a partir da criação de “ilhas” protegidas da ação destruidora das indústrias e da vida moderna.

Nesta linha de discussão surge o conceito de Unidade de Conservação (UC) parte integrante do Direito Ambiental. Conforme esclarece Souza Filho (1998) a UC designa um espaço territorial que tem proteção especial no sentido de preservar a biodiversidade, no qual é proibida a alteração, supressão ou utilização de seus recursos de forma que comprometa a integridade daqueles atributos que justificaram a sua criação. Dessa forma, o Artigo 225 da Constituição Federal determina que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público

e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988, Art. 225)

A legislação ambiental brasileira prevê normas gerais e de proteção através do estabelecimento de critérios de utilização dos recursos naturais para manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Quando a fragilidade ambiental de uma determinada região é mais gritante se faz necessário uma maior proteção, nesse caso a lei exige a criação de unidades de conservação, espaços territoriais especialmente protegidos.

A Lei 9.985/2000 regulamenta o Artigo 225 da constituição, acima citado, e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Essa lei, pelos Artigos que vão do 7º até o 20º, divide as unidades de conservação existentes em nosso país em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Fazem parte das Unidades de Proteção Integral as estações ecológicas, as reservas biológicas, os parques nacionais, os monumentos naturais e os refúgios de vida silvestre. As Unidades de Uso Sustentável são compostas pelas áreas de proteção ambiental e as de relevante interesse ecológico, são elas: as florestas nacionais (FLONA), as reservas extrativistas (RESEXs), reservas de fauna de desenvolvimento sustentável e as reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs).

Interessa-nos particularmente a criação jurídica dos Parques Nacionais de proteção integral, tendo em vista que parte das terras indígenas do Uaçá encontram-se sobrepostas com o Parque Nacional do Cabo Orange. Segundo o Artigo 2º, alínea VI do SNUC entendemos por proteção integral a “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto de seus recursos naturais.

O Artigo 11 do SNUC, afirma que o Parque Nacional tem como objetivo à preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a pesquisa científica, atividades de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Sobre as Unidades de Proteção Integral Fischer (2007, p. 8) esclarece que:

No interior dessas unidades, a superfície deverá ser mantida intacta, sendo inadmissível a exploração de seus recursos naturais. Porém, tal vedação não significa que não se possa fazer uso econômico de tais áreas. Segundo o art. 10, §2 do SNUC, é possível sua exploração econômica desde que compatibilizada com a preservação dos ecossistemas, como por exemplo, através da realização de pesquisas científicas e da cobrança de ingressos para a visitação pública.

Na Amazônia uma parte significativa de seu território é destinado à terras indígenas e a unidades de conservação. Assim, a situação de sobreposição dessas duas áreas, que em muitos casos possuem finalidades distintas, fez com que Fischer levantasse a seguinte questão: “no caso de sobreposição de terras indígenas e unidades de conservação, o que deve prevalecer?” (FISCHER, 2007, p. 3).

Como até o momento não há uma resposta para essa questão no sentido de resolver as 55 (cinquenta e cinco) sobreposições identificadas entre terras indígenas e unidades de conservação, a doutrina dividiu-se em três opiniões, conforme Fischer (2007). A primeira posição é defendida pela FUNAI e por organizações indígenas e movimentos de apoio aos índios, tendo por base a interpretação dos direitos indígenas previstos na Constituição. Conforme Souza Filho (1998) as terras indígenas são uma espécie de unidade de conservação. O que não se pode esquecer é que pela Constituição Federal os povos indígenas têm o direito de se desenvolverem segundo parâmetros próprios e pelo parágrafo 2º do Artigo 231 têm o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais nelas existentes¹¹. Ou seja, os índios têm o direito de utilizarem tais recursos, o que pode envolver retirada de madeira, caça a animais, fazer roçados, coleta de frutos, dentro de uma concepção de desenvolvimento sustentável e conforme seus costumes e tradições, quando não envolvem produção de excedente com o fim de comercialização. Nesse sentido, esclarece Souza Filho (1998, p. 145):

O usufruto de suas terras, segundo seus usos, costumes e tradições, implica na possibilidade de, sem restrições, utilizar os bens e recursos da área. Portanto os indígenas podem fazer roça, aldeia, extrair lenha e alimentos para o uso da comunidade, sem qualquer restrição, porque restrições impostas administrativamente ou por lei, implicariam em inconstitucionalidade. Por outro lado, as populações indígenas produzem excedentes que comercializam para a aquisição de bens e serviços de que não dispõem internamente. A extração desses excedentes deve ser orientada segundo os padrões legais de proteção ambiental nacional, levando em conta as normas gerais aplicadas. Segundo esse raciocínio, a caça somente está permitida para seu consumo interno. Se pretendem vender carne de caça, devem ter criadouros inscritos e autorizados; somente podem vender madeira ou minerais extraídos conforme as normas específicas para tal fim, mas podem fazer roças e aldeias mesmo nas áreas consideradas de preservação permanente.

Contudo, ao ler-se o parágrafo 6º do Artigo 231, percebemos que o mesmo estabelece que:

São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objetivo a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere esse artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes,

¹¹ Toda a legislação anterior a promulgação da Constituição Federal de 1988, tais como o Estatuto do Índio, o Código Florestal entre outras devem ser avaliadas e interpretadas de acordo com o que é disposto na Carta Magna, no capítulo VIII intitulado “Dos Índios”.

ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar [...]. (BRASIL, 1988, Art, 231, § 6º).

Portanto, conforme o parágrafo 6º do Artigo 231, qualquer ato administrativo que crie área de conservação em terras indígenas frente ao que refere a Constituição Federal é, segundo interpretação de Souza Filho (1998), nulo se for praticado depois da demarcação da terra indígena e extinto, caso tenha ocorrido antes da mesma.

Márcio Santilli (2000) esclarece que há uma diferença fundamental entre reservas de recursos naturais situadas em terras indígenas e aquelas situadas fora delas, já que as primeiras demandam o apoio dos próprios indígenas na sua criação. A respeito dessa questão Santilli (2000, p. 173) enfatiza que:

Não se pode instituir unilateralmente uma reserva de recursos naturais em terras indígenas, como faz o poder público no caso de outras unidades de conservação ambiental pois, aí sim, estaria sendo violados os direitos e a vontade do povo ocupante, e estaria comprometida a eficácia da conservação.

Há ainda o Artigo 9º do Decreto nº 1.141/1994¹², que dispõe sobre ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas, deixa bem claro que: “As ações voltadas a proteção ambiental das terras indígenas e seu entorno destinam-se a garantir a manutenção do equilíbrio necessário à sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas.”

Portanto, segundo Souza Filho (1998), não há limitação ambiental para o uso da terra e dos recursos naturais nela existente pelos indígenas, mesmo que essas terras estejam sobrepostas à unidades de conservação, desde que esse uso seja para o sustento físico e cultural desses povos¹³. Isso não exclui que medidas sanitárias e de preservação sejam implantados nessas terras. Para essa posição, em função do parágrafo 6º do Artigo 231, é nulo qualquer ato visando a posse, uso ou exploração de recursos naturais em terras indígenas, enquadrando-se aí a criação de unidades de conservação nessas terras.

A segunda posição é sustentada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que subdivide as terras indígenas em homologadas

¹² Revogado pelo Decreto no. 7.747/2012 institui a Política de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Entre as diretrizes a PNGATI destaca em seu artigo 3º a “proteção territorial, ambiental e melhoria da qualidade de vida nas áreas reservadas a povos indígenas e nas terras indígenas”.

¹³ No caso de sítios arqueológicos e paleontológicos e de cavidades naturais a preservação deve ser feita de forma suasória (persuasiva), pois são anteriores a ocupação indígena.

e não homologadas. No caso das terras homologadas, a parte que se sobrepor será considerada nula, devido ao já citado parágrafo 6º do Artigo 231. Nos demais casos:

[...] isto é, nas terras indígenas tradicionalmente ocupadas, nas áreas identificadas e as áreas que somente foram demarcadas o Decreto (e também a Lei ou Decisão Judicial não mais passível de modificação), prevaleceriam, seguindo a hierarquia de leis, sobre os demais atos administrativos (relatório circunstanciado do grupo de trabalho entregue a FUNAI, Portaria do Ministério da Justiça, etc.) (FISCHER, 2007, p. 17).

Tal visão se deve ao fato de que para os defensores dessa posição apenas o ato da homologação constituiria o direito dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, pelo Artigo 225, parágrafo 1º, alínea III, a alteração ou supressão de espaços territoriais especialmente protegidos só pode ocorrer através de lei, o que impossibilita a revogação do ato por Decreto. Fischer afirma (2007, p. 18) que:

[...] como o direito dos índios sobre a terra é originário, o ato de criação da UC [Unidade de Conservação] seria nulo, mas a nulidade somente seria decretada após atestado o direito dos índios sobre a terra em litígio, isto é, após a homologação.

Finalmente, a terceira posição considera viável a coexistência das sobreposições. Porém, como nem todas as unidades de conservação comportam a utilização direta dos recursos naturais existentes em seu interior, se faz necessário compatibilizar as unidades de conservação com os usos permitidos aos indígenas em suas terras. Lembrando que o SNUC, em seu Artigo 55 enfatiza que:

[...] as unidades de conservação e áreas protegidas criadas com base nas legislações anteriores e que não pertencem às categorias previstas nesta lei serão reavaliadas, no todo ou em parte, no prazo de até dois anos, com o objetivo de definir sua destinação com base na categoria e função para as quais foram criadas.

Diante disso, seria legalmente possível compatibilizar as unidades de conservação de uso direto, ou seja, de uso sustentável com as terras indígenas, tendo por base o respeito aos “direito[s] dos índios de decidirem sobre o uso dos recursos existentes no seu território, limitado tão somente pelas exceções previstas no próprio texto constitucional e pela legislação infraconstitucional ao meio ambiente” (LEITÃO, 2004 *apud* FISCHER, 2007, p. 19)¹⁴.

¹⁴ Nos decretos de homologação das terras indígenas Raposa Serra do Sol (2005) e Inãwébohona (2006) que apresentam sobreposição com Parques Nacionais foi criada a figura da dupla afetação, “[...] destinado à

Portanto, por essa posição, quando houver sobreposição de terras indígenas e unidades de conservação, deve-se verificar, segundo Fischer (2007), se o uso tradicional dos recursos naturais são compatíveis com os usos possíveis das unidades de conservação a que estão sobrepostas, já que o uso desses recursos podem ser feitos de forma tradicional ou não e, nesse último caso, as leis ambientais podem ser aplicadas.

As terras indígenas são, ainda, espaços de preservação ambiental, no entanto essa afirmativa não equivale a dizer que em todas as circunstâncias os povos indígenas preservam o meio ambiente. No período pré-contato com a sociedade não indígena, os povos que viviam no Brasil mudavam constantemente suas aldeias, roças e territórios de caça, dando possibilidade a natureza de se recuperar, mantendo portanto uma relação sustentável com o meio ambiente. Hoje essa realidade é completamente diferente. Márcio Santilli (2000, p. 173) esclarece que:

A relação pré-contato entre índios e a natureza tem alto grau de sustentabilidade. Ocupam determinada área e nela praticam a caça, a pesca, a coleta e a agricultura até os recursos começarem a se exaurir. Mudam a localização das aldeias em busca de novas reservas de recursos naturais, enquanto a área anteriormente ocupada se recompõe. Um dia voltam a viver onde se localizava sua antiga aldeia [...] Atualmente, o que também vale para o futuro, os povos indígenas vivem em circunstâncias radicalmente diferentes. Mesmo supondo-se a melhor das hipóteses, que tenham suas terras demarcadas em grandes extensões, desintrusadas de invasores, estarão confinadas nelas. Terão que produzir sua subsistência e os excedentes indispensáveis para a aquisição de bens de consumo que desejem ou necessitem a partir dos recursos ali existentes.

Considera-se, assim, a primeira posição apresentada a que melhor se adéqua ao que é colocado pela Constituição Federal, no capítulo “Dos Índios”. Essa posição resguarda os direitos indígenas quanto a terra e ao usufruto dos seus recursos naturais, dando assim, a possibilidade desses povos continuarem a sua existência enquanto grupos étnicos específicos dentro do território nacional.

O USUFRUTO EXCLUSIVO DAS RIQUEZAS NATURAIS

Na discussão acerca da sobreposição das terras indígenas e das unidades de conservação vincula-se o uso exclusivo das riquezas naturais dentro destas terras. A Constituição Federal

preservação do meio ambiente e à realização dos direitos constitucionais dos índios”. (RICARDO, 2006, p. 165). Os decretos afirmam, ainda, que os parques serão administrados em conjunto pela FUNAI, IBAMA e comunidades indígenas envolvidas.

assegura aos indígenas o direito a posse permanente sobre suas terras tradicionais, como também o usufruto exclusivo sobre os recursos naturais existentes nas mesmas, incluídas as riquezas do solo, dos rios e dos lagos. Sobre o uso exclusivo das riquezas naturais dentro das terras indígenas. Juliana Santilli (2000, p. 102) esclarece que o Artigo 231, parágrafo 3º prevê que:

As únicas exceções ao direito do usufruto indígena estão previstas na própria Constituição: aproveitamento de recursos hídricos e mineração por terceiros, desde que ouvidas as comunidades indígenas e assegurada a participação nos resultados da lavra.

Esse direito de usufruto exclusivo tem como objetivo assegurar às populações indígenas os meios necessários para a sua sobrevivência, para que possam se reproduzir física e culturalmente, e não obstruir suas iniciativas e projetos de autossustentação econômica.

O conceito jurídico de usufruto é de fundamental importância para se entender a legislação que regula a exploração dos recursos naturais em terras indígenas. Pelo Código Civil de 1916, Artigo 713, o usufruto é o “direito real de usufruir das utilidades e frutos de uma coisa”. Já o Artigo 718 do mesmo Código esclarece que “o usufrutuário tem direito à posse, uso, administração e percepção dos frutos.”. O atual Código Civil brasileiro¹⁵ trata do usufruto no título VI, Artigos 1390 a 1411, e coloca da mesma forma que o Código Civil anterior no Artigo 1394 que “o usufrutuário tem direito à posse, uso, administração e percepção dos frutos” de sua terra.

No Estatuto do Índio (1973), ainda em vigor, usufruto indígena é definido da seguinte forma:

O usufruto assegurado aos índios ou silvícolas compreende o direito à posse, uso e percepção das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas, bem assim ao produto da exploração econômica de tais riquezas e utilidades; § 1º - Incluem-se no usufruto, que se estende aos acessórios e seus acrescidos, o uso dos mananciais e das águas dos trechos das vias fluviais compreendidos nas terras ocupadas; § 2º - É garantido ao índio o exclusivo exercício da caça e pesca nas áreas por ele ocupadas, devendo ser executadas por forma suasória as medidas de polícia que em relação a ele eventualmente tiverem de ser aplicadas (BRASIL, 1973, Art. 24).

O direito de usufruto exclusivo que é assegurado constitucionalmente aos indígenas implica que os mesmos podem tirar dos recursos naturais de suas terras todos os frutos e rendimentos possíveis, desde que não comprometam a sua sustentabilidade ambiental, nem alienem a terceiros esse direito. Sobre essa questão Juliana Santilli (2000, p. 102) destaca que:

¹⁵ Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, em vigor desde 2003, após o cumprimento de sua *vacatio legis* de um ano. Ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm.

Os índios não podem alienar a terceiros o seu direito de usufruto. Isso Não significa, entretanto, que estejam obrigados a gozar direta e imediatamente de seus bens, ou que não possam fazer parcerias ou ser assessorados por terceiros em projetos que visem a exploração de seus recursos naturais. O entendimento contrário transformaria o “usufruto exclusivo” indígena em um verdadeiro “presente de grego” às comunidade indígenas, que estariam impedidas de desenvolver os seus próprios projetos econômicos [...].

Contudo, o que na verdade as comunidades indígenas não podem é se envolver em projetos que comprometam a posse de suas terras e/ou a sustentabilidade de seus recursos, haja vista que devem ser preservadas para as futuras gerações e por se tratar de direitos coletivos. Tal proibição se deve ao fato que a terra é a base do *habitat* das populações indígenas e a sustentabilidade das riquezas naturais extraídas delas possibilitam assegurar a reprodução física e cultural dessas populações.

Por reconhecer a vinculação cultural das comunidades indígenas ao seu *habitat* é que a Constituição Federal de 1988 impôs ao poder público a obrigação de defender e preservar as terras habitadas pelos indígenas, bem como as utilizadas para desenvolver suas atividades produtivas, as quais são indispensáveis ao seu bem estar, a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, conforme consta no Artigo 231.

Outro aspecto que deve ser lembrado dentro do conceito de usufruto exclusivo diz respeito à distinção entre o uso de recursos naturais, para atendimento das necessidades básicas de manutenção da comunidade indígena, segundo seus usos, costumes e tradições e a produção com fins de comercialização, mesmo que tenha por finalidade a manutenção da referida comunidade. Segundo Marés em sua obra “O renascer dos povos indígenas para o Direito”:

O usufruto das terras (indígenas), segundo seus usos, costumes e tradições, implica a possibilidade de, sem restrições, utilizar os bens e recursos da área. Portanto, os indígenas podem fazer roça, aldeia, extrair lenha e alimentos para o uso da comunidade, sem qualquer restrição, porque restrições impostas administrativamente ou por lei, implicariam inconstitucionalidade. Por outro lado, as populações indígenas produzem excedentes que comercializam para a aquisição de bens e serviços de que não dispõem internamente. A extração destes excedentes deve ser orientada segundo os padrões legais de proteção ambiental nacional, levando-se em conta as normas gerais aplicáveis. Assim, a caça somente será permitida para seu consumo interno, se pretendem vender carne de caça, devem ter criadouros inscritos e autorizados; somente podem vender madeira ou minerais extraídos conforme as normas específicas para tal fim, mas podem fazer roças e aldeias mesmo nas áreas consideradas de preservação permanente (*Apud* SANTILLI, J., 2000, p. 103).

Fica evidente que as atividades tradicionais das comunidades indígenas desenvolvidas para a sua subsistência não estão sujeitas a nenhuma restrição, nem mesmo condicionadas a qualquer autorização do Estado. Já as atividades produtivas voltadas para a comercialização que envolva os recursos naturais dependem do cumprimento das exigências e normas legais cabíveis.

Quanto à exploração florestal madeireira pelos índios para o desenvolvimento de atividades tradicionais, voltadas para a subsistência, tais como construção de casas, utensílios domésticos, instrumentos de trabalho, barcos, e outros, não há qualquer limitação legal. Portanto, não incidem sobre essas atividades tradicionais as disposições do Código Florestal, podendo os índios inclusive fazer roças e aldeias em áreas de preservação permanente.

Já a exploração florestal visando o comércio pelas populações indígenas deve se submeter a legislação ambiental vigente e sua exploração por terceiros é expressamente proibida. Como afirma Márcio Santilli (2000, p. 104):

Tais atividades madeireiras comerciais [desenvolvidas pelos próprios índios] devem se submeter à legislação ambiental aplicável. Assim estarão sujeitas a todas as restrições impostas pelo Código Florestal, pela Lei 7.754/89, pela legislação que regula a exploração de recursos florestais sob a forma de manejo florestal sustentável e proíbe o corte e a comercialização de determinadas espécies. Salienta-se, finalmente, que a exploração florestal realizada por terceiros em área indígena viola flagrantemente o direito de usufruto exclusivo assegurado constitucionalmente às comunidades indígenas. Tal conduta ilegal é passível de ser responsabilizada tanto no plano administrativo (através de multas, apreensões e outras sanções impostas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA), quanto no plano cível (pagamento de indenizações às comunidades indígenas) e no plano criminal.

Para Souza Filho (2005), portanto, não basta a elaboração de leis apropriadas para resolver os problemas dos povos indígenas, é necessário acabar com a distância entre o que as leis determinam e a execução de políticas, de acordo com essas mesmas leis e a aplicação judicial para a solução de possíveis conflitos. Percebe-se pelas entrevistas com os representantes das organizações indígenas governamentais e não governamentais do Oiapoque que os problemas enfrentados pelas populações indígenas, cotidianamente, não se encerraram com a promulgação da Constituição de 1988 e outros dispositivos legais.

Com essa concepção a proposta da pesquisa procurou discutir alguns problemas relacionados aos projetos econômicos e sua relação com o meio ambiente, no sentido de analisar as representações engendradas pelos representantes indígenas, verificando se os

direitos indígenas vêm sendo respeitados e como se dá na prática a transformação da letra da lei em realidade.

DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ECONÔMICOS NAS TERRAS INDÍGENAS DO OIAPOQUE

Quanto à questão da produção econômica percebeu-se através das entrevistas feitas junto a Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO), FUNAI, Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas do Oiapoque e Secretaria Estadual Extraordinária dos Povos Indígenas que um dos grandes problemas enfrentados pelos povos indígenas do Oiapoque relaciona-se a efetivação de projetos econômicos em área indígena, pois muitos projetos são iniciados, mas não têm a continuidade devida.

Com relação à caça e a pesca a Diretora da Funai-Oiapoque, Estela dos Santos Oliveira, explicou que a caça está diminuindo e que a venda desse produto e de peixes é proibida, exceto para a própria população indígena. A diretora afirmou ainda que a caça está diminuindo com o aumento da população, pois o barulho que as pessoas fazem acaba espantando a caça nas aldeias próximas a BR 156. Outra questão refere-se à falta de controle sobre extinção das espécies. Por isso existe nas comunidades um controle sobre a caça e a pesca nos períodos de reprodução, é o caso do pirarucu. Com relação a extinção das espécies, Estela Oliveira lembrou que a ONG *The Nature Conservancy* (TNC) está fazendo um estudo de zoneamento nas comunidades indígenas (Kumenê, Kumarumã e Santa Isabel) para garantir um espaço onde se reproduzam espécies de caça e pesca como alimento para as gerações futuras.

Além disso, a diretora da FUNAI apontou como problema o fato de que na BR 156 o aumento da população tem provocado o desmatamento fazendo com que ocorra fuga de espécimes das terras indígenas. Por isso as lideranças estão proibindo a venda de pesca e caça fora das aldeias. A venda desses produtos é liberada dentro da comunidade indígena, contudo, o contrabando é uma realidade nas aldeias.

Percebe-se que quanto à exploração da caça e da pesca há pela população indígena uma tentativa de utilização dos recursos sem descuidar da preservação e da conservação desse patrimônio. Preocupação essa muito importante, conforme destaca Santilli, M. (2000), já que no período pré-contato com a sociedade não indígena, os povos que viviam no Brasil mudavam constantemente suas aldeias, roças e territórios de caça, dando possibilidade a natureza de se recuperar, mantendo portanto uma relação sustentável com o meio ambiente.

Portanto, os povos indígenas do Oiapoque vêm procurando utilizar seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais de forma que não comprometa a sua sustentabilidade ambiental.

Com relação ao desenvolvimento de projetos econômicos o presidente da APIO, Fernando Forte, afirmou em 2008 que não estão sendo desenvolvidos projetos de manejo nas terras indígenas do Oiapoque devido à dificuldades no diálogo com a FUNAI e as Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam nas aldeias. A esperança das lideranças indígenas é que com o empreendimento da BR 156, que atravessa as terras indígenas, seja feito um acordo relacionado as medidas compensatórias envolvendo a implementação desses projetos econômicos nas comunidades indígenas do Oiapoque.

Adelmo Morais de Souza, Secretário Extraordinário dos Povos Indígenas, também aponta para a questão de que muitos projetos são iniciados, mas as ações para que esses projetos sejam completamente desenvolvidos não são colocadas em prática.

Com relação aos projetos economicamente sustentáveis dentro da terra indígena, as lideranças indígenas gostariam que tivessem o apoio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), do Instituto de Terras do Amapá (TERRAP) e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), de forma a concretizar um diagnóstico das necessidades dos povos indígenas do Oiapoque.

Ainda sobre o desenvolvimento de projetos econômicos a diretora da FUNAI-Oiapoque destacou que foram experimentados dois projetos pela Fundação: a produção de farinha, na aldeia Manga, e a criação de peixe nas comunidades indígenas, habitantes da área da BR-156 que atravessa a Terra Indígena Uaçá. Porém, segundo a diretora, há dificuldades com relação ao transporte de alevinos (peixes recém-saídos do ovo e que já reabsorveram o saco vitelino) para a execução do projeto.

A diretora da FUNAI lembrou que existe a necessidade de fazer um projeto na área da boca do rio Uaçá para proteger o território indígena. Contudo, o IBAMA afirma que essa região não é área indígena, o que é contestado pelos índios. A divisória das terras fica no meio do rio. Atualmente a FUNAI está buscando junto ao IBAMA uma parceria visando a possibilidade de desenvolver projetos na área da pesca, cujo resultado fosse revertido aos povos indígenas.

Percebe-se que há ainda problemas sérios quanto ao desenvolvimento de projetos econômicos com parceiros ou assessores, o que prejudica o desenvolvimento econômico e a

qualidade de vida dessas populações, já que poderiam reproduzir sua vida econômica de forma mais racional, desenvolvendo atividades dentro do conceito de desenvolvimento sustentável.

Seria interessante que os povos indígenas do Oiapoque consolidassem parcerias com as ONG, e instituições públicas como a FUNAI e a Universidade Federal do Amapá para o desenvolvimento de projetos que pudessem concorrer ao Programa Demonstrativo das Populações Indígenas (PDPI)¹⁶, programa gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ - *Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*), vinculado ao subprograma Projetos Demonstrativos da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável.

O PDPI tem como objetivo custear projetos de sustentabilidade para os povos indígenas. Assim, poderiam ser financiados projetos na área de agricultura (tradicional, comercial ou alternativa), em sistemas agroflorestais, manejo de espécies da flora (açai, castanha, cipó, etc.), extração e beneficiamento de óleos e resinas florestais (copaíba, andiroba, etc.), criação e manejos de animais (galinhas, gado, peixe, animais silvestres, como quelônios e queixadas), produção de mel (apicultura e meliponicultura) e produção de artesanato.

Como destaca Almeida e Souza (2006) um dos pressupostos do PDPI é o fortalecimento do protagonismo indígena, garantindo que os povos indígenas participem na construção de políticas públicas que os afetem diretamente, evitando que os direitos indígenas sejam desrespeitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das representações sociais é um elemento importante para o campo da História e do Direito, pois enfoca exatamente a capacidade do homem representar o mundo em que vive. Assim, a partir da história oral relatada nas entrevistas, foi possível analisar as representações construídas pelas organizações indígenas e pelos representantes indígenas à frente de órgãos públicos que defendem os direitos indígenas sobre alguns problemas que os povos indígenas do Oiapoque enfrentam em relação aos projetos econômicos e o usufruto das riquezas naturais.

¹⁶ Conforme Barroso-Hoffmann, o PDPI foi “proposto em 1999 e gerenciado por técnicos do MMA e GTZ, visando dar apoio a projetos em terras indígenas nas áreas de valorização cultural, atividades econômicas sustentáveis e proteção e recuperação das terras indígenas [combinando] defesa dos direitos indígenas à perspectiva ambientalista.” (BARROSO-HOFFMANN, 2009, p. 26). Este programa começou a receber propostas desde o final de 2001, mas iniciou seu funcionamento apenas em 2005.

As representações sociais construídas por meio da história oral denotam que, tanto os povos indígenas como seus representantes estatais, têm claro que o Brasil começa o século XXI com uma legislação indígena, em suas linhas gerais, avançada, contudo, os efeitos são ainda tímidos no panorama atual das comunidades indígenas. A partir dos direitos adquiridos com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os povos indígenas compreendem e avaliam seus problemas cotidianos e isso fica evidente nas representações emitidas através das entrevistas dos diversos atores que lidam com a população indígena do Oiapoque.

Como os indígenas estão à frente tanto de suas organizações, como dos principais órgãos públicos, municipais, estaduais e federais, que tratam da questão dos indígenas no Oiapoque, as suas representações muitas vezes são próximas. Assim, as lutas de representações no campo do Direito - importantes para compreender como um grupo tenta impor sua concepção de mundo e seus valores - são pontuais. Nesse sentido as representações sociais engendradas pelas populações indígenas, através de seus representantes, permitem perceber suas visões de mundo e suas tomadas de posições.

Portanto, considera-se finalmente que há uma compreensão dos direitos indígenas e que a partir do conhecimento desses direitos os grupos indígenas lutam para que eles sejam respeitados e, muitas vezes, ainda, implantados. É importante frisar que o usufruto das terras indígenas tem sido desenvolvido segundo seus usos, costumes e tradições, o que demonstra a utilização do patrimônio ambiental de forma responsável dos bens e dos recursos das terras indígenas do Oiapoque.

Produtos como caça e pescado não são comercializados pelos povos indígenas do Oiapoque, já que a caça tem reduzido significativamente nas Terras Indígenas. A comercialização da caça é feita apenas dentro das aldeias e entre os próprios indígenas. Entendemos, portanto, que os povos indígenas do Oiapoque vêm procurando utilizar seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais de forma que não comprometa a sua sustentabilidade ambiental.

Contudo, um problema recorrente diz respeito à efetivação de projetos econômicos sustentáveis nas áreas indígenas. A maioria dos projetos econômicos são iniciados, mas não concluídos, a exemplo dos projetos relacionados ao manejo da andiroba e do jacaré. Esse fato tem prejudicado o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dessas populações, já que elas poderiam reproduzir sua vida econômica de forma mais racional, desenvolvendo atividades a partir do conceito de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, seria produtivo que os povos indígenas do município do Oiapoque consolidassem parcerias com instituições públicas para concorrer ao PDPI, visando custear projetos de sustentabilidade para os povos indígenas, fortalecendo, assim, o protagonismo indígena, na medida em que participem diretamente na construção de projetos de seu interesse e que os afetam diretamente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. V. R.; SOUZA, C. I. Projetos para sustentabilidade das TIs. In: INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas no Brasil - 2001/2006.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006, p. 189-192.

APIO. **Plano de Manejo Florestal Sustentável de Óleo de Andiroba.** Oiapoque, 2005.

BARROSO-HOFFMANN, M. **Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação.** Um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas. Rio de Janeiro: Editora E-papers: Museu Nacional, 2009.

BRASIL. Decreto nº 1.141/1994. **Dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1141.htm Acesso em 02/03/2008.

_____. Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 dez. 1973, Seção 1, p. 13177.

_____. Lei 9.985/2000. **Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em 22 de agosto de 2018.

COELHO DOS SANTOS, S. O direito dos indígenas no Brasil. In: SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B. (Org.). **A temática indígena na escola.** São Paulo: Global, Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 2004, p. 87-108.

_____. **Os povos indígenas e a constituinte.** Florianópolis: Movimento, 1989.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____. (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 103-118.

FISCHER, L. R. C. Os recortes na terra dos “Filhos do Guaraná”: implicações jurídicas das sobreposições de Unidades de Conservação na terra indígena Andirá-Maraú. **Seminário Formação Jurídica e Povos Indígenas. Desafios para uma educação superior**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2007.

IEPÉ. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena. **Mapa ilustrativo das terras indígenas e unidades de conservação no Amapá e norte do Pará**. Iepé. Julho/2009. https://www.institutoiepe.org.br/media/mapas/Mapa_amapa_norte_para-web.pdf

LANG, A. B. S. G. História Oral. Muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996, p. 33-47.

LARA, S. H.; MENDONÇA, J. **Direitos e justiça**: histórias plurais. São Paulo: SECULT/UNICAMP, 2002.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE. **Ata de Assembleia**. Oiapoque, Aldeia Kumaumã, 22 a 24 de setembro de 1976.

SAMAPAIÓ, P. M. M. Entre a tutela e a liberdade dos índios: relendo a Carta Régia de 1798. In: COELHO, M.; GOMES, F. S.; MARIN, R. A. (Org.). **Meandros da História**: trabalho e poder no Grão-Pará e Maranhão séculos XVIII e XIX. Belém: UNAMAZ, 2005, p.68-84.

SANTILLI, M. As terras indígenas e as unidades de conservação: a proposta de “RIRN” é direito e vantagem para os índios. In: INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil – 1996/2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000, p. 173 -175.

SANTILLI, J. O direito de usufruto e os projetos econômicos indígenas. In: INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil – 1996/2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000, p. 102-104.

SOUZA FILHO, C. F. M. **O renascer dos povos indígenas para o direito**. Curitiba: Juruá, 1998.

TELLES, V. S. Sociedade Civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 91-102.

UMA REPÚBLICA NA FRONTEIRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO INDEPENDENTE DA GUIANA (CUNANI)

Iuri Cavlak

INTRODUÇÃO

Em 23 de outubro de 1886, um ex-escravo brasileiro, fugitivo da vila de Cameté, no interior do Pará, conhecido como Trajano Benítez, proclamou o Estado Livre da Guiana Independente, também conhecido como República do Cunani, no coração do então território contestado entre França e Brasil, situado ao Norte do atual Estado do Amapá e ao Sul da Guiana Francesa.

Até hoje um episódio controverso na historiografia de ambos os países, com alguns estudos pioneiros e seminais a respeito¹⁷. Muito por conta da diferença das abordagens entre historiadores franceses e brasileiros, o episódio ainda é visto, em alguns casos, como uma luta dicotômica entre nacionalistas e traidores, heróis e vilões, o que certamente não se sustenta frente uma abordagem mais crítica¹⁸.

Neste trabalho, pretendo problematizar o principal livro publicado em língua francesa, fruto da pesquisa do historiador francês Odon Abbal, buscando contribuir para o avanço das discussões a respeito do tema, cruzando referências e matrizes interpretativas de ambos os países.

O CONTEXTO:

Pode-se afirmar que o vir a ser da República do Cunani deitou raízes nas disputas que o território em questão foi palco desde o final do século XVII. Tratando-se de uma região pouco povoada por franceses e portugueses, protagonizou imbróglis diplomáticos históricos.

¹⁷ Cf. QUEIROZ, Jonas. História, Mito e Memória: O Cunani e Outras Repúblicas. In: GOMES, Flávio (org). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII/XIX)*. Belém: Editora da UFPA, 1999. CARDOSO, Francinete. *Entre Conflitos, Negociações e Representações: o contestado franco-brasileiro na última década do século XIX*. Belém: Editora da UFPA, 2008.

¹⁸ Nos trabalhos de conclusão de curso defendidos no âmbito do curso de História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) não é difícil detectar essa tendência, que não é contrabalançada a contento na medida em que não há uma historiografia consolidada sobre o período e a região. Até aqui, a meu juízo, existem obras de extrema qualidade, que serão arroladas no decorrer da argumentação, todavia em número ainda insuficiente.

As fronteiras do Cabo Norte, Amazônia oriental pertencente ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, fundado por sua vez em 1621, padeceram da relativa falta de proteção lusa contra os invasores não ibéricos, franceses, ingleses e holandeses, sobretudo. Após a chamada União Ibérica (1580-1640), a região sofreu ainda mais com a indefinição de suas lindes, já que Espanha e Portugal, monarquias doravante apartadas, não haviam estabelecido com precisão suas possessões amazônicas, o que só se daria efetivamente com o Tratado de Madri, em 1750, já na época do Ministro Pombal.

Em 1698, ocorreu uma invasão francesa ao território então luso para além do rio Oiapoque, o que levou a primeira neutralização em 1700. Com a derrota francesa em conflitos na Europa, a posição ibérica se fortaleceu, concretizada no Tratado de Utrecht de 1713, que delimitou o rio Oiapoque enquanto marco limdeiro entre Portugal e França na América do Sul.

As chamadas Guerras Napoleônicas vieram conturbar o cenário. Em 1801/1802, os franceses novamente atravessaram o Oiapoque e estabeleceram sua soberania até o rio Calçoene, sacramentada pelos tratados de Badajoz e Amiens, não ratificado por Portugal. Com a fuga da família real portuguesa, uma ocupação lusa à Guiana Francesa foi levada a cabo, durando de 1809 até 1817. A fronteira voltou a ser o rio Oiapoque, até que a Cabanagem, somada as dificuldades franceses em lidar com quilombolas na região, ensejaram nova incursão contra as terras naquele momento brasileiras, situação resolvida com nova neutralização, em 1841.

A partir de então, Brasil e França estabeleceram tratados jurídicos facultando a entrada de forças repressivas de ambos para a captura de escravos, desertores e criminosos sempre que necessário no território contestado, respeitando seu caráter neutralizado.

Em excelente trabalho de pesquisa, o historiador Flávio dos Santos Gomes demonstrou como esse território se transformou em uma espécie de lócus da liberdade, de sorte a reunir indivíduos oprimidos pelos Estados francês e brasileiro (GOMES, 1999, p. 225).

O LADO DOS DIRIGENTES:

Com essa configuração, a região contestada recebeu aspirações de vários utopistas do século XIX, que projetaram no lugar possibilidades de falanstérios e novas formas de sociabilidade. Uma descrição da época afirmava que, no Contestado, se falava português,

francês e *creole*, entre 500 e mil pessoas no total. (ABBAL, 2016, p. 19). De acordo com um jornal da época:

Cunani vive sob autoridade absoluta do capitão Trajano, negro trãnsfuga do Brasil. Trajano cuida da justiça, estabelece o orçamento, aplica os impostos, ele é por sua vez juiz, ministro, governador, ele tem pleno poderes para resolver as diferenças, quaisquer que sejam (...) ele é o soberano absoluto de um reino (...) (citado por ABBAL, 2016, p. 21).

Também autoridades católicas se faziam presente no lugar, sobretudo jesuítas franceses, responsáveis pelos sacramentos.

Por outro lado, no desenvolvimento da Terceira República, a partir de 1870, o ideário de missão civilizadora francesa, atrelado com a corrida econômica por novas colônias, calou fundo em setores da sua intelectualidade. A Guiana Francesa se caracterizava como uma das colônias mais abandonadas pelo poder central, colônia penitenciária pouco atrativa para investimentos e desenvolvimento.

Na metrópole, algumas sociedades geográficas discutiam a necessidade de maior atenção com o território sul-americano, demanda que ganhou força nos anos 1880 através da militância do deputado guianense em Paris Gustavo Franconie. Esse último se aliou a um grupo de discussão sobre a colonização, todos em apoio ao crescimento do interesse da metrópole na Guiana Francesa.

Nesse momento, de acordo com Abbal, entrou em cena o jornalista Jules Gros, especialista em publicações a respeito de aventuras e lugares exóticos direcionado ao público leitor na França europeia. Juntos, eles formam um secretariado em favor do desenvolvimento econômico da Guiana Francesa. A partir de então, se articulam a Henri Coudreau, já na época conhecido e respeitado explorador, professor no liceu em Caiena, apaixonado pela Guiana Francesa e autor de uma obra que defendia o pertencimento do Contestado a Terceira República.

No ano de 1883, apareceu na imprensa francesa vários relatos de possibilidade de ouro na Guiana Francesa, bem como artigos da lavra de Gros convidando patriotas, investidores, aventureiros, enfim, todos que estivessem dispostos a ir para o território francês na América do Sul, pois ali estaria a chave do sucesso para eles e para a colônia.

CONTRADIÇÕES:

No Cunani, exercia uma autoridade conquistada entre os moradores o antigo escravo Trajano Benítez. Poucas informações existem sobre ele, provavelmente um “negro da mata”, antigo na comunidade e encarregado de sua governança. Naquela ocasião, na França, mais uma figura se associava a Sociedade de Geografia e ao Secretariado para o Desenvolvimento da Guiana Francesa. A figura de Jean Ferréol Guigues, ligado aos interesses econômicos de exploração da região contestada.

Desde 1884 os jornais paraenses publicavam notícias de uma “república de opereta”, que estaria sendo instalada no Contestado (QUEIROZ, 1999, p. 323). Porém, foi em 23 de outubro de 1886 que veio à tona a proclamação, assinada por Trajano Benítez. Assim dizia o documento:

Eu Trajano, capitão chefe do rio Cunany, chefe da Capitania da Guiana Independente, em nome e delegado pelos principais negociantes e pela maioria dos habitantes declaro o que segue: 1) organizar no nosso país um governo que será República, reconhecida pelas duas potências, a França e o Brasil. 2) o governo em questão já tendo sido declarado e proclamado em mais de dez reuniões públicas, as quais assistiu o senhor Guigues, explorador, segue-se o que queremos: a- nos reger pelas leis francesas, quer dizer que adotamos o código como legislação de nosso país. B- que a língua francesa seja a língua governamental. C- nosso presidente, o senhor Jules Gros. Nossa república tendo sido declarada ... pedimos proteção dos Estados vizinhos. Viva a França. Viva a República da Guiana Independente (citado por MORAES e ROSARIO, 2009, pp. 29,30).

Um registro extremamente ambíguo e recheado de contradições. Provavelmente Trajano era analfabeto, o que descartaria a hipótese de ter sido ele mesmo o autor. Proclama a República citando Guigues e afirmando que o governo “já havia sido declarado e proclamado em mais de dez reuniões públicas”, ou seja, as gestões de Guigues na França para consolidar sua autoridade junto a seus pares e aos agentes econômicos que ele tentava convencer a investir no Cunani. O proclamador adota as leis francesas, diz querer ser reconhecido por Brasil e França, e hipoteca a soberania para um francês culto, Jules Gros. Por fim, pede a “proteção” dos países vizinhos. Aparentemente, uma *mise-en-scène*, dado que Gros ainda não havia pisado no Cunani, sendo completamente desconhecido para a população local.

Aliás, pouco se sabe da existência de desejos separatistas e/ou nacionalistas no Cunani, numa população heterogênea, longe do poder Estatal e com práticas de autogestão e escolha própria de seu líder. Escrevendo a Jules Gros, assim descreveu Guigues os cidadãos da nova República: “Os habitantes, longe de procurar e explorar as riquezas de toda sorte no meio em

que vivem, só pensam em cantar, beber, dançar e se divertir, por conta da vida para eles que é fácil”. Tentava convencer Gros da necessidade de um governo ocidental frente a indivíduos infantilizados e indolentes, típico do discurso colonialista do final do século XIX. Segue a descrição de Guigues o destaque para a falta de Estado, de autoridade civil e organização da justiça. Em poucas palavras, existia a “necessidade de um governo” (citado por ABBAL, 2016, p. 47).

Para tratar com os governos locais, Guigues escreveu e enviou um documento para a prefeitura de Caiena, versando sobre a criação do novo Estado. Tratava-se outrossim do “certificado” de aclamação de Jules Gros como presidente do novo país:

Nós declaramos, além disso, sempre em nome dos principais personagens do país e de toda população, em nome do capitão do Cachipour, meu subordinado, que depois de um ano nós trabalhamos, em concordância com o Senhor Guigues, que tomou a iniciativa de formar entre a gente, povo independente, sem governo regulamentado, sem justiça, para formar, eu digo, uma República que será reconhecida pela França e pelo Brasil (citado por ABBAL, 2016, p. 48).

O prefeito de Caiena não acreditou na assinatura de Trajano no documento, recusando a atestar a autenticidade do mesmo. Guigues reuniu então mais quatorze assinaturas de comerciantes, tanto de Caiena quanto do Cunani, atestando se tratar de assinatura autêntica. Ocorria que Trajano detinha uma autoridade reconhecida regionalmente, consolidada informalmente em toda região, e os novos candidatos a gestores tentavam transferir essa autoridade consolidada para eles próprios. Em Paris, era Gros que arengava com autoridades, buscando o reconhecimento do novo Estado e de sua respectiva autoridade como presidente. (ABBAL, 2016, p. 48).

No início de 1887, vieram a cunhagem de moedas e da bandeira, a fundação de um jornal com o curioso nome de *Les Nouvelles de France et des Colonies: Journal Officiel de la Republique “La Guyane Independent”*, e a nomeação de Ministros, aquelas pessoas ligadas as Sociedades Geográficas. Adrien- Louis Bouasset foi nomeado Cônsul geral da República Independente da Guiana.

Após a nomeação, várias brigas internas tornaram-se frequentes, e uma cascata de demissões foi levada a cabo. Jules Gros chegou a ser deposto do cargo por Guigues. (ABBAL, 2016, p. 59). Tudo isso ainda no ano de 1887.

Em setembro daquele ano, o governo francês publicou uma nota explicativa, negando qualquer reconhecimento da República, ordenando outrossim a prisão de Guigues e Gros caso aparecessem em Caiena (ABBAL, 2016, p. 62). De acordo com nota do Ministério das Relações Exteriores da França:

Tentativas estão sendo feitas atualmente por algumas pessoas na vontade de criar uma República independente no Cunani, localidade situada no vasto território onde França e Brasil reivindicam igualmente a posse desde o Tratado de Utrecht. Um tal empreendimento está em flagrante contradição com as reivindicações dos dois Estados e com o *modus vivendi* estabelecido entre eles em 1862, para regular o exercício de polícia num território em que a soberania não poderia ser respondida por ninguém sem usurpação. Nessas condições, nem o Governo da República Francesa, nem Sua Majestade o Imperador do Brasil autorizam o estabelecimento da autointitulada “República Counaniniana” (citado por ABBAL, *ibidem*).

Incomodava toda essa movimentação no Contestado, e o Estado francês tratava de se defender contra o que interpretava como usurpação de soberania, afinal pertencente a França e Brasil até o final da neutralização.

Mas brigas ente a cúpula dos dirigentes franceses seguiram acontecendo, ajudando a inviabilizar a instalação plena do já tão complicado empreendimento. Em 17 de setembro de 1887, menos de um ano após o documento de “proclamação” assinado por Trajano ter sido difundido, Guigues aprofundou o rompimento com Gros e decretou que o Cunani doravante seria uma “Colônia Livre sob autoridade francesa”, dirigida por uma junta de secretários comandadas por ele próprio (ABBAL, 2016, p. 65). Frente a isso, Jules Gros manteve a postura do Estado independente, trocando a bandeira e renomeando seus associados. Em fevereiro de 1888, costurou um acordo com o “The Guiana Syndicate Limited”, uma empresa criada por acionistas ingleses visando a exploração dos recursos naturais, ouro inclusive, e administração política do Cunani, por 99 anos, em troca de 125 mil francos em ações e outros benefícios financeiros para Gros. Tratava-se da tentativa de fazer vingar o novo país através de sua viabilidade econômica.

Foi a derradeira tentativa de Jules Gros nesse sentido. Em Paris, muito se publicou na imprensa a respeito de tal companhia, com acusações de que o intuito verdadeiro seria usurpar todo o Contestado e anexá-lo a Guiana Inglesa, uma solução ainda mais assustadora para os sinceros apoiadores da expansão colonial francesa. Em 1891, Jules Gros morreu na metrópole, encerrando essa etapa da tentativa de criação de uma nova entidade política no extremo norte do Brasil.

O PROJETO DE GROS:

Através de duas passagens escritas na época por Jules Gros, é possível entender quais eram algumas intenções desse último:

Eu me proponho ser o benfeitor de algumas centenas de homens que me chamam, de os dotar de uma pátria e da felicidade de uma família através da instituição do estado civil, em seus casamentos, os elevando eles e seus filhos ao amor da França, em ensiná-los nossa bela língua que eles já compreendem, ensiná-los a aprender a escrever, organizar entre eles uma justiça de paz, aquela que convêm a um pequeno grupo de homens (citado por ABBAL, 2016, p. 80).

Assim imaginava a vida da população do Cunani, escrevendo para os futuros colonos franceses que ali iriam residir:

As populações atuais estão em seus territórios de caça e de pesca onde eles têm o costume de viver e onde se deslocam, frequentemente com suas fantasias do momento, suas casas e seus campos de mandioca que eles cultivam. Por que eu mudaria esse estado de coisas e impor a eles o odioso princípio do teu e do meu. Permaneçam, meus amigos, permaneçam em suas florestas, suas vilas e suas savanas! Continuem a exercer essa larga hospitalidade que Coudreau tanto admirou na casa de vocês. Eu seria um criminoso se eu impusesse em vocês nossos vícios e nosso egoísmo europeu (citado por ABBAL, 2016, p. 81).

Uma filantropia não tão estranha a mentalidade culta da época, preocupada em transportar o que se entendia serem aspectos positivos da civilização para povos inocentes e puros.

CONCLUSÃO

Grande parte dos elementos históricos estudados no episódio da República Independente do Cunani não escapa a determinadas peculiaridades da época. Fundação de novas entidades políticas desmembrando colônias europeias, homens de letras visionários e filantropos, articulação com interesses econômicos, falta de interesse das metrópoles em determinados lugares de seus respectivos impérios, entre tantas outras coisas.

No caso em tela, o desacordo entre os dirigentes na França somado a distância e a dificuldade no acesso ao lugar escolhido foram determinantes no sentido de frustrar os desígnios inicialmente traçados. As autoridades de Caiena não se interessaram, e embora o apoio local tenha sido garantido, graças ao convencimento ou a utilização da força contra Trajano (ou as duas ao mesmo tempo), não se efetivou uma migração e um investimento econômico que pudesse gerar de fato uma nova conjuntura.

Do Brasil tampouco veio um apoio para os dirigentes cunanistas, se resumindo então, no que tange os registros efetivos da criação do novo Estado, em bandeiras, condecorações, moedas, jornais e nomeações de ministros e secretários. O arbitramento diplomático na Suíça, após o acontecimento de 15 de maio de 1895, encerrou a história da República Independente, já bastante desbotada após a morte de Jules Gros, em 1891.

BIBLIOGRAFIA

ABBAL, Oddon. **Un Rêve Oublié entre Guyane et Brésil: La Republique de Counani**. Matoury: Ibis Rouge, 2016.

CARDOSO, F. **Entre Conflitos, Negociações e Representações: o contestado franco-brasileiro na última década do século XIX**. Belém: Editora da UFPA, 2008.

GOMES, F. (org). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII/XIX)**. Belém: Editora da UFPA, 1999.

QUEIROZ, J. História, Mito e Memória: O Cunani e Outras Repúblicas. In: GOMES, F. (org). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII/XIX)**. Belém: Editora da UFPA, 1999.

Este livro visa refletir sobre as diversas faces que a fronteira se apresenta. Foram convidados pesquisadores venezuelano, argentinos e brasileiros, que possuem a fronteira como parte integrante de seus planos de investigações e debates. Nesta obra contamos com debates oriundos de uma conferência em um evento internacional, ocorrido em Macapá, como também de dissertações de mestrado defendidas na UNIFAP, teses doutorais, pesquisa de pós-doutoramento que discutam sobre o tema lindeiro.

